
MINUTA DO PROJETO DE LEI

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA - PA

MAIO - 2013

PODER EXECUTIVO

RAULIEN QUEIROZ

Prefeito Municipal

ROBERTO CRIXI

Vice-Prefeito

ROBERTO STRAPASSON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ALCIDES JOSÉ GRANDO

Secretário Municipal de Planejamento e Captação de Recursos

PEDRO LUCIO SANTA ROSA DA LUZ

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ELINTON RODRIGUES DE VASCONCELOS

Secretário Municipal de Saúde

MARTINHO PAULO HEINLE

Secretário Municipal de Urbanização, Transportes e Limpeza Pública

VERA MARIA SACRAMENTO SEMBLANO

Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social

EVERTON SALES DA SILVA

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo

HÉLIO JOSÉ MIRANDA DE CARVALHO

Secretário Municipal de Agricultura e Minerações

IVÂNIO ALENCAR NOGUEIRA

Secretário de Assuntos Indígenas

PODER LEGISLATIVO

JERSON RODRIGUES MOURÃO

Presidente

ADONIAS KABA MUNDURUKU

EDILEUZA VIANA

ELINALDO CRIXI MUNDURUKU

AVANILSON PEREIRA ROSA

GERSON BARBOSA MANHUARY MUNDURUKU

IVANILDO VIANA ROCHA

RAIMUNDO ACÉLIO DE AGUIAR

RAIMUNDO BATISTA SANTIAGO

ROSINILDO SAW MUNDURUKU

WALTER AZEVEDO TERTULINO

Vereadores

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Administrativo e Financeiro

Celso Freitas
Diretor Técnico

Marcos Duarte
Diretor de Sustentabilidade

Alysson Cássio Miranda
Gerente de Socioeconomia

Alan Beletti
Engenheiro Civil – CHTP

INSTITUTO DE PESQUISA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IPED

Antônio Humberto de Oliveira – Economista

Rosana Juliano – Economista

Francisco Claudio Jassniker Junior – Técnico em Processamento de Dados

Marcela Massa – Arquitetura Urbanista

Nelson Antônio de Amorim Massa – Arquiteto

Versides Sebastião Moraes e Silva – Engenheiro Florestal – Consultor AHDOC

Nelson Marcondes da Silva – Especialista em Legislação Urbana

Clarkson Ramos Juliano Neto – Técnico em Processamento de Dados

Fernanda Maria Moreira Cruz – Arquiteta Urbanista

Rodrigo Pinto Pereira – Engenheiro Agrônomo

SUMÁRIO

TÍTULO I	1
DA POLÍTICA URBANA	1
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1
CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS	2
CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES.....	4
SEÇÃO I – DAS DIRETRIZES GERAIS	4
SEÇÃO II – DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS.....	5
CAPÍTULO IV - DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA	12
CAPÍTULO V - DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA URBANA.....	12
SEÇÃO I – DO FUNDO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO	12
SEÇÃO II – DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO COMPULSÓRIA.....	13
SEÇÃO III – DA OPERAÇÃO URBANA	13
SEÇÃO IV – DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	13
SEÇÃO V – DO IMPOSTO TERRITORIAL PROGRESSIVO.....	14
CAPÍTULO VI - DO ZONEAMENTO E USO DO SOLO	14
SEÇÃO I – DAS DEFINIÇÕES	14
SEÇÃO II – DO ZONEAMENTO.....	19
SEÇÃO III – DA CLASSIFICAÇÃO PARA USO DO SOLO	24
SEÇÃO IV – DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA AO AR LIVRE	28
CAPÍTULO VII - DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DOS LOTEAMENTOS.....	31
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	31
SEÇÃO II – DOS DESMEMBRAMENTOS.....	40
CAPÍTULO VIII - DOS PARCELAMENTOS EM CONDOMÍNIOS.....	41
CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES.....	42
TÍTULO II	43
DO SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES	43
CAPÍTULO I - DO SISTEMA VIÁRIO	43
CAPÍTULO II - DOS TRANSPORTES COLETIVOS E DE CARGAS	44
TÍTULO III	46
REGULAMENTO DAS CONSTRUÇÕES	46
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	46
SEÇÃO I – DAS CONDIÇÕES GERAIS.....	46
SEÇÃO II – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA	47
SEÇÃO III – DA ANÁLISE E REGISTRO DE PROJETOS	49

SEÇÃO IV – DA EXECUÇÃO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO	51
SUBSEÇÃO I – DO HABITE-SE	51
SUBSEÇÃO II – DA NUMERAÇÃO / RENUMERAÇÃO DOS PRÉDIOS	52
SUBSEÇÃO III – DA EXECUÇÃO DAS OBRAS	53
SUBSEÇÃO IV – DOS PÉS DIREITO	54
SUBSEÇÃO V – DAS ÁREAS DE INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DIRETA	55
SUBSEÇÃO VI – DA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO INDIRETA E ARTIFICIAL	56
SUBSEÇÃO VII – DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL	56
SUBSEÇÃO VIII – DAS OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS	57
SUBSEÇÃO IX – DA FISCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DE MADEIRAS	57
SUBSEÇÃO X – DOS TAPUMES E ANDAIMES	57
SEÇÃO V – DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGEM	59
SEÇÃO VI – DAS CIRCULAÇÕES	60
SEÇÃO VII – DAS MARQUISES	62
SEÇÃO VIII – DAS OBRAS E SERVIÇOS NOS PASSEIOS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	62
SEÇÃO IX – DAS OBRAS PARALIZADAS E DAS EDIFICAÇÕES EM RUÍNAS OU EM RISCOS DE DESABAMENTO	63
CAPÍTULO II - DAS HABITAÇÕES	63
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	63
SEÇÃO II – DAS CASAS POPULARES	65
SUBSEÇÃO I – DAS CASAS POPULARES ISOLADAS	65
SUBSEÇÃO II – DAS CASAS POPULARES GEMINADAS	66
SEÇÃO III – DOS CONJUNTOS DE CASAS/PRÉDIOS POPULARES	66
SEÇÃO IV – DAS RESIDÊNCIAS	67
SUBSEÇÃO I – DAS RESIDÊNCIAS ISOLADAS	67
SUBSEÇÃO II – DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS	67
SEÇÃO V – DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DE CASAS/PRÉDIOS	67
SUBSEÇÃO I - DAS CONSTRUÇÕES PRECÁRIAS	68
SEÇÃO VI – DOS HOTÉIS, MOTÉIS E CASAS DE PENSÃO	68
CAPÍTULO III - DOS EDIFÍCIOS	69
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	69
SEÇÃO II – DOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS	70
SEÇÃO III – DOS EDIFÍCIOS COMERCIAIS	70

SEÇÃO IV – DA CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS	71
SEÇÃO V – DA UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS	72
CAPÍTULO IV - DOS POSTOS DE SERVIÇOS E DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS	72
CAPÍTULO V - DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS.....	75
TÍTULO IV.....	75
DAS POSTURAS MUNICIPAIS.....	75
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	75
CAPÍTULO II - DA HIGIENE PÚBLICA.....	76
SEÇÃO I – DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA.....	76
SEÇÃO II – DA CONSERVAÇÃO E DA LIMPEZA URBANA	76
SEÇÃO III – DO LIXO	77
SEÇÃO IV – DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS	79
SEÇÃO V – DAS FEIRAS LIVRES.....	79
SEÇÃO VI – DOS HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES, LANCHONETES, PADARIAS, CONFEITARIAS E SIMILARES	80
SEÇÃO VII – DAS ATIVIDADES AMBULANTES	80
SEÇÃO VIII – DAS BARBEARIAS, CABELEIREIROS E SIMILARES	83
SEÇÃO IX – DAS COLÔNIAS DE FÉRIAS E DOS LOCAIS DE ACAMPAMENTO	83
CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE POSTURAS E ORDEM PÚBLICA	83
SEÇÃO I – DA ORDEM E SOSSEGO PÚBLICO	83
SEÇÃO II – DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS	85
SEÇÃO III – DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS.....	86
SEÇÃO IV – DOS LOCAIS DE CULTO.....	88
SEÇÃO V – DAS CALÇADAS, MUROS, CERCAS E DIVISÓRIAS EM GERAL.....	88
SEÇÃO VI – DA PUBLICIDADE EM GERAL.....	89
CAPÍTULO IV - DO MOBILIÁRIO URBANO	91
CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E PRESTADORES DE SERVIÇOS..	92
SEÇÃO I – DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO	92
SEÇÃO II – DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.....	92
SEÇÃO III – DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	93
SEÇÃO IV – DOS DEPÓSITOS DE FERRO VELHO	96
SEÇÃO V – DOS ESTACIONAMENTOS	96
SEÇÃO VI – DOS LOCAIS DE REUNIÕES.....	97
SEÇÃO VII – DAS DIVERSÕES ELETRÔNICAS	99

SEÇÃO VIII – DOS MERCADOS DE ABASTECIMENTO	99
SEÇÃO IX – DOS MOVIMENTOS DE TERRA	101
SEÇÃO X – DAS INVASÕES E DAS DEPREDações NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS.....	102
CAPÍTULO VI - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES	103
TÍTULO V.....	103
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE	103
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	103
CAPÍTULO II - DA ATENÇÃO A SAÚDE	105
SEÇÃO I - DOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE	105
SEÇÃO II - DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	105
CAPÍTULO III - DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.....	107
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	107
SEÇÃO II - DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE DOENÇAS.....	107
SEÇÃO III - DAS VACINAS OBRIGATÓRIAS.....	110
SEÇÃO IV - DA PREVENÇÃO DE ZOOSES	111
SEÇÃO V - DO CONTROLE DE ZOOSES	112
CAPÍTULO IV - DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO, DOMÉSTICOS, E POR CALAMIDADE PÚBLICA.....	113
CAPÍTULO V - DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	114
SEÇÃO I - DA SAÚDE DO TRABALHADOR.....	114
SEÇÃO II - COZINHAS OU SALAS DE MANIPULAÇÃO	119
SEÇÃO III - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.....	120
SEÇÃO IV - DA ODONTOLOGIA SANITÁRIA.....	120
CAPÍTULO VI - DAS FARMÁCIAS, DROGARIAS, ERVANÁRIOS E SIMILARES	121
SEÇÃO I - DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO	121
CAPÍTULO VII - DA PROTEÇÃO A SAÚDE.....	122
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	122
SEÇÃO II - DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS À SAÚDE.....	123
CAPÍTULO VIII - DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.....	123
SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	123
SEÇÃO II - DO REGISTRO	125
SEÇÃO III - DOS ADITIVOS.....	125
SEÇÃO IV - DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE	126
SEÇÃO V - DA VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS.....	127
SEÇÃO VI - COLETA DE AMOSTRAS E ANÁLISE FISCAL.....	129

SEÇÃO VII - QUALIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS	132
SEÇÃO VIII - NORMAS GERAIS PARA ALIMENTOS	134
SEÇÃO IX - DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA SOBRE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	135
SEÇÃO X - DOS ESTABELECIMENTOS	136
CAPÍTULO IX - DO SANEAMENTO BÁSICO	138
SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS	138
SEÇÃO II - DO SANEAMENTO BÁSICO	138
SEÇÃO III - DAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO	139
SEÇÃO IV - DA COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ESPECIAIS	141
CAPÍTULO X - DOS CEMITÉRIOS, NECROTÉRIOS E ATIVIDADES MORTUÁRIAS	142
SEÇÃO I - DAS AGÊNCIAS FUNERÁRIAS, CASAS MORTUÁRIAS, NECROTÉRIOS, SALAS DE ANATOMIA PATOLÓGICA, CEMITÉRIO E CREMATÓRIO	142
CAPÍTULO XI - DAS INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA MUNICIPAL E RESPECTIVAS SANÇÕES	145
TÍTULO VI	145
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO, PAISAGISMO E CONTROLE AMBIENTAL	145
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	145
SEÇÃO I - DA ARBORIZAÇÃO, PAISAGISMO E MEIO AMBIENTE	146
CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL	147
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	147
SEÇÃO II - DA FLORA	148
SEÇÃO III - DA FAUNA	148
SEÇÃO IV - DO PATRIMÔNIO GENÉTICO	149
SEÇÃO V – DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PINTURAS PULVERIZADAS OU VAPORIZADAS E SIMILARES	149
CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES DE ARBORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO	150
SEÇÃO I - DOS MUROS E CERCAS	150
SEÇÃO II - DOS CORTES E PODAS	150
SEÇÃO III - DA FIXAÇÃO E PROTEÇÃO DO SOLO	151
SEÇÃO IV - DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES	151
SEÇÃO V - DAS NORMAS PARA ARBORIZAÇÃO	152
CAPÍTULO IV - DOS PARQUES MUNICIPAIS	153
CAPÍTULO V - DAS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	154
CAPÍTULO VI - DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	155
CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS HÍDRICOS	156

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS MINERAIS	157
CAPÍTULO IX - DAS ATIVIDADES FLORESTAIS E AGRÍCOLAS	158
CAPÍTULO X - DA POLUIÇÃO	159
CAPÍTULO XI - DO LICENCIAMENTO MUNICIPAL.....	160
SEÇÃO I - DAS LICENÇAS	160
SEÇÃO II - DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO	160
SEÇÃO III - DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	160
SEÇÃO IV - DA LICENÇA ESPECIAL.....	161
SEÇÃO V - DO CADASTRO URBANO.....	161
SEÇÃO VI - DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMBIENTAL	161
SEÇÃO VII – DA FABRICAÇÃO, COMÉRCIO, TRANSPORTES E EMPREGO DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS	162
SEÇÃO VIII – DOS DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS.....	163
TÍTULO VII.....	163
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	163
ANEXOS	165
TABELA I.....	165
MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DO PLANO DIRETOR	165
SOBRE O USO DO SOLO URBANO.....	165
TABELA II.....	167
MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DO PLANO DIRETOR	167
COEFICIENTES/TAXA DE OCUPAÇÃO.....	167
TABELA III.....	168
TABELA DE MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DESTE PLANO DIRETOR.....	168
PRANCHAS.....	176

MINUTA DO PROJETO DE LEI

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA-PA.

TÍTULO I DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - No implemento da política urbana, de que dispõe o Artigo 182 da Constituição Federal/88 e Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade, Bem como, Artigos 9º “XXI” e 161 da Lei Orgânica Municipal, serão aplicadas as disposições desta Lei Complementar, denominada **“PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA”**.

Art. 2º - Fica instituído o Plano Diretor, instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana e rural, nos aspectos políticos, sociais, físicos ambientais e administrativos.

Art. 3º - O Plano Diretor é o instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município de Jacareacanga e de orientação dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão da cidade.

Art. 4º - Este Plano Diretor, ressalvada a competência da União e do Estado, estabelece normas com a finalidade de garantir a melhoria da qualidade de vida no Município de Jacareacanga.

§ 1º - O presente Plano Diretor, abrangendo todo o Perímetro Urbano e Rural do Município é o instrumento básico da Política de Planejamento Municipal e integra o processo de Desenvolvimento Estratégico executado pelo Poder Público do Município.

§ 2º - As diretrizes, prioridades e normas asseguradas nesta Lei Complementar, devem ser respeitadas por todos os Agentes públicos e Privados que atuam na Gestão da Cidade, mantendo o objetivo do pleno desenvolvimento da sua “função social”.

Art. 5º - A política de desenvolvimento, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas na Lei Orgânica Municipal, Título V, Capítulo I, Artigo 162, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Art. 6º - A Política Municipal de Planejamento e Desenvolvimento se implementará através do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, consubstanciado pela articulação dos diversos agentes e instrumentos intervenientes no desenvolvimento do Município, conforme especificado .

Art. 7º - São instrumentos da Política Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, o conjunto de documentos normativos e programáticos produzidos pelo Poder Executivo.

§ 1º - São documentos normativos as Leis, Decretos, Portarias, Normas e Resoluções decorrentes da implantação das determinações deste Plano Diretor, bem como ela própria.

§ 2º - São documentos programáticos aqueles que se referem à definição pública de estratégias, objetivos, metas e prazos, das intervenções públicas de curto, médio e longo prazo, e em outros planos de caráter geral e setorial.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 8º - O Plano Diretor fixa objetivos políticos, sociais, físico-ambientais e administrativos que orientarão o desenvolvimento do Município de Jacareacanga.

Art. 9 - O Plano Diretor tem por fim realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, priorizando o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem estar de seus habitantes, mediante:

- I - Justa distribuição do ônus e benefícios decorrentes da implantação das obras e serviços da infraestrutura urbana e rural;
- II - Racionalização do uso da infraestrutura instalada, inclusive Sistema Viário e Transporte evitando sua sobrecarga ou ociosidade;
- III - Regularização fundiária e urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- IV - Incorporação da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e da transformação dos espaços coletivos da cidade;
- V - Preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana;
- VI - Controle de expansão e a ocupação dos vazios urbanos;
- VII - Criação de áreas especiais de interesse social, ambiental, lazer, turístico ou de utilização pública, conforme **Prancha xx**;
- VIII - Estudo permanente do meio ambiente urbano, objetivando o monitoramento da qualidade de vida urbana;
- IX - Adequar e ordenar o território, incluindo a integração das atividades urbanas.
- X - Gestão democrática por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da Comunidade, em programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Art. 10 - **São requisitos fundamentais para a ordenação da cidade:**

-
- I - Distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, transportes e meio ambiente, de modo a evitar sobrecarga e ociosidade dos investimentos coletivos;
 - II - Intensificação do processo de ocupação do solo à medida que houver ampliação da capacidade de infraestrutura;
 - III - Adequação das condições de ocupação do sítio às características do meio físico, para impedir deterioração e degeneração de áreas do Município;
 - IV - Melhoria da paisagem urbana, a preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e, em especial, dos mananciais de abastecimento de água;
 - V - Recuperação de áreas degradadas visando assegurar a melhoria do meio ambiente e as condições de habitabilidade;
 - VI - Acesso a terra e ampliação da oferta de habitação para a população residente de baixa renda;
 - VII - Promoção e desenvolvimento do transporte coletivo;
 - VIII - Promoção de um sistema de circulação e rede de transporte que assegure uma acessibilidade satisfatória a todos os bairros da cidade;
 - IX - Criação de um sistema de planejamento com distribuição de atribuições, de forma a contemplar as especificidades locais no processo de gestão e revisão do plano, visando torná-lo participativo e democrático;
 - X - Estabelecimento de mecanismos para o relacionamento do Município de Jacareacanga com o Governo do Estado do Pará e da União no que diz respeito aos interesses comuns, em especial os relativos aos sistemas de: transporte, meio ambiente, abastecimento de água, tratamento de esgotos, energia elétrica e implantação industrial;
 - XI - Estabelecimento de mecanismos para atuação conjunta dos setores, público e privado no alcance e cumprimento das metas de transformação urbanística da cidade.
 - XII - Regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo, de caráter incentivador à ação dos seus agentes promotores.
 - XIII - Atividades de interesse urbano são aquelas inerentes ao pleno exercício do direito à cidade sustentável, ao pleno direito e cumprimento das funções sociais da cidade e ao bem estar dos seus habitantes e usuários;
 - XIV - A compatibilidade com a preservação do Meio Ambiente, se refere ao controle da poluição do ar, da água, do solo e da destinação dos resíduos, assim como a fluidez de drenagem das águas pluviais e dos corpos d'água, à melhor permeabilidade do solo, à maior preservação de sua cobertura vegetal e da vegetação significativa existente no perímetro urbano.
 - XV - O proprietário possuidor a qualquer título ou responsável legal de imóveis urbanos e/ou rurais, sujeita-se a sanções administrativas, cíveis e penais, previstas nesta lei, que por qualquer meio, artifício ou omissão, impressão ou

difícultem a realização de atividades de interesse do Poder Público em sua propriedade.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 11 - Os objetivos do Plano Diretor serão alcançados mediante obras e serviços, obedecendo às normas e diretrizes sociais, físico-ambientais e político-administrativas.

SEÇÃO I – DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 12 - Constituem Diretrizes Gerais do Plano Diretor do Município de Jacareacanga:

- I - Implantar a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, visando manter a capacidade de ordenação do seu crescimento;
- II - Estender o mesmo tratamento praticado no perímetro urbano, aos Distritos a serem criados e Comunidades Rurais quanto à Política Municipal de Desenvolvimento, compatibilizando as relações campo/cidade;
- III - Promover a reorganização político-administrativa do Município;
- IV - Desenvolver um programa municipal com o propósito de favorecer a produção industrial através da criação de incentivos à fixação de investimentos no território;
- V - Estabelecer programas de apoio à agricultura familiar com estímulo preferencial aos micros e pequenos produtores, notadamente na olericultura, apicultura, piscicultura, fruticultura, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e centro processador de matéria prima;
- VI - Desenvolver e implementar, através do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, planos e programas setoriais visando a adequação da infraestrutura e dos serviços urbanos à demanda real e futura, de acordo com o proposto neste Plano Diretor;
- VII - Estruturar, revisar e ampliar o Sistema Viário do Município (**Prancha xx**) de forma a permitir uma melhor circulação das pessoas e veículos em geral;
- VIII - Incorporação do córrego do Sonrizal, que se encontra no perímetro urbano como elemento estrutural de composição da cidade, através de formas de uso e ocupação adequada à sua preservação, para os presentes e futuras gerações;
- IX - Implantar o Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento e seus componentes principais;
- X - Implantar a Política de Circulação e de Transportes Coletivos Alternativos, com definição do traçado e ampliação;

- XI - Elaborar e implantar um Programa Habitacional de Interesse Social visando à moradia digna para a população de baixa renda;
- XII – Fortalecer o Conselho da Cidade;
- XIII - Definir “áreas preferenciais” e “áreas restritas à ocupação urbana”, compatibilizando com a acessibilidade e mobilidade de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos reais, e futuros, de acordo com o proposto nesse Plano Diretor;
- XIV - Garantir a todos os habitantes do Município e usuários da cidade acesso as condições seguras de qualidade do ar, do solo, da água, e de alimentos, de circulação e habitação fixa e transitória, em áreas livres de resíduos, de poluição sonora ou visual, de uso dos espaços abertos e verdes existentes;
- XV - Parcerias para formação e qualificação de mão de obra;
- XVI - Apoio ao acesso à informação sobre os avanços científicos e tecnológicos de interesse da comunidade, bem como a difusão de tecnologias existentes ou alternativas para o incremento das atividades produtivas;
- XVII - Estimulo ao associativismo, ao cooperativismo e ao empreendedorismo;
- XVIII - Promoção do acesso dos portadores de necessidades especiais aos serviços regulares prestados pelo município mediante remoção de barreiras arquitetônicas;
- XIX - Fortalecimento das atividades do comércio local e apoio à criação de formas alternativas de comercialização;
- XX - Regularização e Incentivo ao Artesanato e pequenas indústrias caseiras.

SEÇÃO II – DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 13 - Constituem as diretrizes específicas do Plano Diretor de Jacareacanga:

I. NA ÁREA DE HABITAÇÃO:

- Implantar para curto, médio e longo prazo um programa habitacional de interesse social a ser executado pela municipalidade, visando o atendimento da demanda da população de baixa renda,
- Criar zona especial de interesse social na qual deverá estar previstos estoques de terras destinadas ao assentamento, com definição de tipologias construtivas, sistemas auto-construtivos eficientes, infraestrutura urbana e social, bem como todas as condições de execução, controle e avaliação (Prancha XX);
- Compatibilizar os programas de iniciativa do Estado e da União com o interesse do município.

II. NA ÁREA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO:

- Articular junto aos Governos Federal e Estadual a implantação de Indústrias de Pequeno Porte no Município de Jacareacanga;

- Promover programas visando criar em Jacareacanga condições favoráveis à transformação da cidade num grande centro Cultural;
- Elaborar, através da Secretaria Municipal de Planejamento, um programa de apoio com incentivos fiscais, para implantação de indústrias;
- Melhorar o sistema de circulação e acessibilidade à área central da cidade, com o intuito de estimular a presença dos munícipes no comércio local;
- Estabelecer junto com o Concelho da Cidade de Jacareacanga, mecanismos de ação que incentivem a abertura de novos comércios e escritórios de serviços;
- Promover em conjunto com os empresários locais, a divulgação das potencialidades dos setores de indústria, comércio, turismo, serviços e produção agropecuária no Município.

III. NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

- Articular a política educacional ao conjunto de políticas públicas, em especial a política cultural, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas à inclusão social e cultural com equidade;
- Assegurar a autonomia de instituições educacionais quanto aos projetos pedagógicos e aos recursos financeiros necessários à sua manutenção conforme Artigo 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes Básicas da Educação e a Lei Orgânica do Município;
- Incentivo ao Conselho Municipal de Educação;
- Inclusão na grade escolar do Município a Educação Ambiental;
- Programa de acesso à informática a todos os estudantes do Município;
- Incentivar a criação de uma Escola Agrícola Profissionalizante no Município com todos os recursos adequados para implantação.
- Reorganizar o processo de assistência técnico-pedagógica nas escolas;
- Integrar com os diversos Órgãos Federais, Estaduais e outros afins, para garantir a realização de um programa que atenda às aspirações da população, cujo sucesso depende do comprometimento de todos;
- Planejar sistematicamente a rede física escolar, garantindo o respaldo técnico, inclusive aos alunos e professores portadores de deficiência física, quanto à construção, ampliação e reforma da mesma.

a – EDUCAÇÃO INFANTIL

- Expandir a oferta progressiva da educação infantil municipal;
- Dinamizar a educação pré-escolar no Município, nos aspectos técnico-pedagógico e administrativo, objetivando a sua melhoria qualitativa e quantitativa;
- Implantar parques-infantis escolares e creches com aproveitamento de recursos locais, visando propiciar à clientela escolar, melhores condições para seu lazer, bem como a integração escola-comunidade.

b – ENSINO FUNDAMENTAL

-
- Promover acesso e reorientação curricular que permita o repensar permanente do trabalho pedagógico em todas as escolas;
 - Assegurar a autonomia de instituições educacionais quanto a projeto pedagógico e recursos financeiros;
 - Incorporar o uso de novas tecnologias da informação e educação ao processo educativo;
 - Instituir programas de estímulo à permanência das crianças na escola;
 - Fortalecer as instâncias de representação e participação da população no sistema educacional;
 - Trabalhar a comunidade escolar com respeito e valorização às diferenças;
 - Expandir progressivamente a oferta de vagas no ensino fundamental, visando minimizar o déficit de atendimento;
 - Construir, ampliar e reformar as unidades escolares;
 - Equipar e reequipar as unidades escolares;
 - Expandir de forma progressiva o atendimento à clientela do ensino fundamental da zona rural;
 - Construir espaços para as praticas esportivas nas escolas municipais;
 - Promover a integração escola-comunidade buscando a participação dessas no processo educativo escolar, ajudando inclusive, na manutenção e conservação da escola.

c – EJA – EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

- Promover ampla mobilização para a superação do analfabetismo, reconstruindo experiências positivas já realizadas e reivindicando a colaboração de outras instancias de governo.
- Apoiar as iniciativas que permaneceram sob o comando de organizações comunitárias;
- Implantar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, voltado ao ensino de novas tecnologias de informação, articulado a projetos de desenvolvimento regional e local;
- Promover esforços para ampliação de cursos no período Noturno adequado as condições do aluno que trabalha;
- Apoiar novos programas comunitários de educação de Jovens e Adultos e incentivar a qualificação do já existente;
- Promover a articulação das escolas com outros equipamentos sociais e culturais do Município, e com organizações da sociedade civil voltados a Jovens e Adultos, de modo a ampliar o atendimento a suas necessidades no campo da educação.
- Implementar e ampliar o atendimento à clientela da Educação para Jovens e Adultos – EJA, em perfeita integração com a Secretaria de Estado de Educação.

d – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

- Promover a integração da rede de ensino municipal com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde para desenvolver nas escolas ações preventivas nas áreas de odontologia e saúde em geral;
- Implementar e expandir o apoio ao educando através do fornecimento da merenda escolar e do material didático;
- Implantar um programa de hortas escolares, árvores frutíferas e medicinais nas escolas da rede municipal;
- Implementar atividades artístico-culturais nas áreas de: teatro, música, artes plásticas, arte-educação, ciências e outros com a participação de agentes culturais: artistas, arte-educadores e integrantes da comunidade;
- Divulgar o histórico cultural do Município;

e – VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

- Viabilizar recursos para participação das equipes técnico-pedagógica e administrativa nos eventos promovidos por outros órgãos tais como: congressos, seminários, simpósios, palestras, etc., objetivando um intercâmbio de experiências e interiorização de novos conhecimentos;
- Capacitar e treinar os professores da rede municipal de ensino;
- Realizar reuniões e encontros tanto a nível pedagógico como administrativo, oportunizando uma visão crítica dos aspectos técnicos - pedagógicos e administrativos de sua ação, no sentido de enriquecer o desempenho das suas funções;
- Promover a interação com a Secretaria de Estado de Educação a fim de qualificar os professores leigos atuantes do ensino da zona rural.

IV. NA ÁREA DE RECREAÇÃO, ESPORTE E LAZER:

- Executar levantamento de todas as áreas com destinação a praças e promover a elaboração e implantação dos projetos;
- Promover programas de recuperação de praças e áreas de lazer;
- Estabelecer um programa plurianual de esportes, mais difundido no Município e região, bem como os seus respectivos calendários;
- Estabelecer programas que visem difundir e diversificar o esporte nas escolas municipais;
- Buscar maior intercâmbio entre as ligas esportivas municipais existentes e a Secretaria Estadual de Desporto e Lazer.

V. NA ÁREA DE LIMPEZA URBANA:

- Elaborar e implementar um Plano Setorial de Limpeza;
- Implantar e incentivar a coleta seletiva e criar estações de triagem e reciclagem do lixo;
- Estimular estudos e pesquisas direcionadas, em busca de alternativas tecnológicas, para a coleta, tratamento e deposição final do lixo.

VI. NA ÁREA DE SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES:

- Estudar a oferta e a demanda atual e projetar, procurando aproveitar seus efeitos indutores, e compatibilizar a acessibilidade local às propostas de uso e ocupação do solo;
- Elaborar e estruturar o Sistema de Transporte Coletivo Alternativo, reforçando os meios de maior capacidade;
- Estruturar o Sistema Viário de modo a reduzir a disputa entre veículos automotores e motocicletas pelo espaço nas vias;
- Implantar rede de transporte coletivo de pequeno porte, articulando as áreas periféricas e estas com a área central;
- Elaborar uma hierarquização das vias componentes do sistema viário urbano, considerando principalmente o zoneamento proposto, vias principais de acesso à cidade, e o tráfego urbano;
- Elaborar um estudo para propor um sistema de cruzamento nas principais intersecções, apresentando solução para cada caso;
- Promover ações visando:
 - a - A elaboração de projetos de obras complementares, tais como canais, bueiros e pontes;
 - b - A alteração e mudança no sentido de circulação na zona central;
 - c - A pavimentação e complementação de trechos desarticulados da malha viária;
 - d - A recuperação e manutenção de vias pavimentadas ou não.

VII. NA ÁREA DE SANEAMENTO E DRENAGEM:

- Implantar rede coletora de esgotos e sistemas isolados de tratamento;
- Oferecer melhores condições de infraestrutura de saneamento e drenagem para as habitações.

VIII. SISTEMAS DE ÁREAS VERDES E PARQUES:

- Estabelecer de forma legal um sistema de áreas verdes, com regulamentação do uso e ocupação do solo;
- Fazer um levantamento e delimitar as áreas de preservação de fundo de vales, indicando seus usos mais adequados;
- Criar áreas verdes para lazer e melhoria da paisagem urbana, através de um levantamento e estudo das áreas disponíveis;
- Estabelecer programas de conservação e manejo das áreas verdes;
- Reflorestar as áreas sujeitas à erosão;
- Delimitar e manejar as áreas dos parques lineares do Município, previstos na legislação ambiental.

IX. ARBORIZAÇÃO URBANA:

- Efetuar um levantamento da arborização urbana existente nas ruas, levando-se em consideração alguns aspectos como: espécies plantadas, porte e condição das árvores, posicionamento de plantio, compatibilidade entre o porte da espécie e o

espaço físico disponível, problemas fitossanitários ou de outra ordem e necessidades de manejo;

- Identificar as espécies que mais se adaptam aos espaços urbanos, considerando as características da mesma e do meio físico;
- Quantificar o índice de área verde, e elaborar um projeto de arborização urbana;
- Estimular e fortalecer o viveiro municipal, com o intuito de produzir mudas de plantas ornamentais, para ajardinamentos, e árvores para arborização urbana.

X. RECURSOS HÍDRICOS:

- O Poder Executivo de Jacareacanga, juntamente com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Departamento Nacional de Pesquisas Minerais e Capitania dos Portos implantarão medidas de controle dos recursos hídricos para extração de areias e cascalho, procedendo-se o monitoramento dos mesmos;
- Estabelecer medidas de controle permanente nas áreas de proteção aos recursos hídricos dentro do Município de Jacareacanga;
- Delimitar dentro da área dos parques lineares espaços para lazer e recreação;
- Elaborar projetos de recuperação das áreas degradadas junto às margens dos rios Tapajós e do Córrego Sonrizal;
- Elaborar e implantar juntamente com as empresas, projetos de recuperação nas áreas degradadas devido à extração de argilas e minérios.

XI. SOLOS:

- Preservar o solo natural e melhorar a permeabilização do mesmo;
- Proteger as áreas sujeitas à erosão e/ou inundações;

XII. NA ÁREA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO:

- Proporcionar às comunidades pólos de produção rural, a assistência técnica na produção e comercialização, preferencialmente aos micros e pequenos produtores;
- Estruturar o processo produtivo de hortifrutigranjeiros para abastecimento regional;
- Estabelecer mecanismos adequados e condições socioeconômicas de acesso e fixação do homem ao campo;
- Promover o zoneamento da capacidade socioeconômica e ambiental do Município com o propósito de ordenar o processo produtivo de forma orientada, minimizando os impactos ao meio ambiente e com um aproveitamento mais adequado dos recursos naturais;
- Elaborar estudos para implantação do mercado varejista para a comercialização direta entre o produtor e consumidor com o objetivo de diminuir os custos dos produtos alimentícios;
- Estabelecer mecanismos de apoio ao associativismo dos produtores rurais do Município;

- Promover a integração entre as instituições do Município, Governo Estadual e Federal, ligadas ao setor de produção agropecuária e de comercialização no sentido de estabelecer convênios que visem atingir os objetivos propostos;
- Promover a organização dos produtores para maior participação da produção e comercialização no mercado consumidor;
- Estimular e apoiar através da iniciativa privada, a construção de uma central de abastecimento no Município.

XIII. NA ÁREA DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

- Criar normas para que os projetos elétricos das indústrias a serem implantadas no Município sejam aprovados pela concessionária de energia elétrica antes de ser protocolado na Secretaria Municipal de Planejamento;

XIV. NA ÁREA DE SAÚDE:

- Realizar a vigilância sanitária atendendo a Legislação Sanitária do Município;
- Implantar o sistema de referência e contra-referência, viabilizando o atendimento eficiente dos usuários das comunidades rurais através do SUS;
- Realizar ações de divulgação, mediante o trabalho multiprofissional nas áreas de nutrição e saúde: bucal, oral, mental, da criança, do adolescente, da mulher, do trabalhador do idoso e do Índio, bem como alertar sobre casos de emergência e urgência, hanseníase, tuberculose; uso de medicamentos, controle epidemiológico, serviços de laboratório, radiologia, saúde, meio ambiente, recursos humanos, pesquisa, informação e informatização, administração e serviços gerais.

XV. DE ORDEM POLÍTICA – ADMINISTRATIVA:

- Dotar a Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de pessoal e estrutura técnica-administrativa para realizar os trabalhos necessários à implantação do Plano Diretor;
- Capacitar às equipes técnica de modo a fortalecer e estimular o gerenciamento urbano;
- Realizar levantamentos e pesquisas para a obtenção de diagnósticos da situação da área urbana, identificando basicamente a dinâmica da sua infraestrutura;
- Estabelecer no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei do Orçamento Anual, dotação de recurso para elaboração e execução de projetos setoriais;
- Estabelecer orçamento compatível com as diretrizes do Plano Diretor;
- Promover a reciclagem do corpo técnico-administrativo;
- Implantar uma política de incentivos fiscais por um período de cinco anos; nas áreas de implementação industrial, preservação e conservação ambiental.

DESENVOLVIMENTO URBANO:

- Criar o Fundo Municipal de Urbanização e Habitação, sendo o mesmo gerido pelo Conselho da Cidade.

CAPÍTULO IV DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Art. 14 - Para cumprir sua função social, as propriedades urbanas devem atender, às exigências fundamentais da ordenação urbana expressas neste Plano Diretor, conforme **parágrafo 1º, do Art. 160**, que trata da Política Urbana, contida na Lei Orgânica Municipal:

PARÁGRAFO ÚNICO – Atividades de interesse urbano são aquelas inerentes às funções sociais da cidade e ao bem estar de seus habitantes, incluindo a moradia, a produção e o comércio de bens, a prestação de serviços, a circulação, a preservação do patrimônio cultural, histórico, ambiental e paisagístico e a preservação dos recursos necessários à cidade, tais como os mananciais hídricos e áreas urbanizadas.

CAPÍTULO V DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA URBANA

SEÇÃO I – DO FUNDO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO

Art. 15 - Fica criado o Fundo de Urbanização e Habitação, que se constituirá do produto das receitas a **seguir** especificadas:

- I – Valores em dinheiro correspondentes a outorga onerosa da autorização para consulta prévia e licença de construção na área urbana do Município;
- II – Taxas e multas provenientes de qualquer degradação ambiental;
- III - Receitas provenientes da expedição de Licenças (alvará) de publicidade e propaganda ao ar livre;
- IV – Recolhimento de taxas de consulta prévia e licença para loteamentos, desmembramentos e remembramentos;
- V – Quaisquer outros recursos ou rendas que lhes sejam destinados;
- VI - Rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;

§ 1º – Os recursos do Fundo de Urbanização e Habitação, enquanto não forem efetivamente utilizados, poderão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas do próprio fundo.

§ 2º – Os recursos do Fundo de Urbanização e Habitação serão aplicados segundo o plano anual específico, a ser aprovado e anexado junto com a proposta orçamentária.

§ 3º – Os recursos do Fundo de Urbanização e Habitação serão aplicados, prioritariamente, na execução do Programa Habitacional e na manutenção do sistema urbano Municipal.

§ 4º – Deverão ser aplicados também na implantação e conservação de áreas verdes, em obras de drenagem e em obras viárias constantes da rede estrutural de transportes estabelecidos neste Plano Diretor.

SEÇÃO II – DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 16 - Fica definido como áreas passíveis de edificação e urbanização compulsória, nos termos do art. 182, parágrafo 4º da Constituição Federal, as seguintes áreas:

I – Os lotes e glebas não edificados, subutilizados e não utilizados, localizados na zona residencial e comercial onde a infraestrutura urbana assim o exigir;

II – Os terrenos localizados nas áreas que serão destinadas a Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Lei específica que deverá entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da data da aprovação do Plano Diretor, definirá para cada área e em cada zona os prazos aplicáveis à imposição de parcelamento ou edificação compulsória, que não poderá ser superior a 3 anos.

SEÇÃO III – DA OPERAÇÃO URBANA

Art. 17 - São consideradas áreas destinadas à operação urbana aquelas delimitadas pelo Poder Executivo Municipal com objetivo de desenvolver programas e projetos específicos.

Art. 18 - O Poder Público Municipal delimitará áreas para aplicação de instrumentos de operação urbana, visando alcançar transformações urbanísticas e estruturais na cidade.

§ 1º – Entende-se por operação urbana o conjunto integrado de intervenções e medidas a serem coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação de recursos públicos e/ou da iniciativa privada.

§ 2º – As normas complementares a que se refere o “caput” deste artigo, serão propostas pela Secretaria Municipal de Planejamento e aplicado por Decreto do Executivo.

SEÇÃO IV – DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Art. 19 - O proprietário de imóvel localizado em Zona Especial de habitação de Interesse Social (**Prancha....**) poderá requerer ao Executivo Municipal o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do plano de urbanização.

Art. 20 - Consórcio imobiliário é a forma de viabilização financeira de Planos de Urbanização, no qual o proprietário entrega ao Executivo Municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento outro imóvel devidamente urbanizado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O imóvel a ser entregue ao proprietário será correspondente ao valor do seu imóvel antes das obras de urbanização realizadas com recursos públicos.

Art. 21 - O Conselho da Cidade definirá normas de regulamentação e aplicação de que dispõe os artigos deste Plano Diretor.

SEÇÃO V – DO IMPOSTO TERRITORIAL PROGRESSIVO

Art. 22 - Para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana através de Lei específica, o imposto tornar-se-á progressivo sobre a propriedade predial e territorial urbana nos termos do parágrafo primeiro, inciso I do artigo 156 da Constituição Federal; parágrafo primeiro do Artigo 89 da Lei Orgânica Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – A lei que trata este artigo será remetida à Câmara Municipal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação deste Plano Diretor.

CAPÍTULO VI DO ZONEAMENTO E USO DO SOLO

SEÇÃO I – DAS DEFINIÇÕES

Art. 23 - Para os efeitos deste Plano Diretor as seguintes expressões ficam assim definidas:

- I – Afastamento – Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa ou alinhamento do lote;
- II – Agrotóxicos – Substâncias de natureza química destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que sejam nocivas às plantas, animais e, aos produtos e derivados de vegetais e animais que servem ao consumo humano;
- III – Alinhamento / Frente de Lote/Testada – A linha divisória entre o “terreno” de propriedade particular ou pública e o logradouro público;
- IV – Animais Autóctones – São aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;
- V – Animais Nativos – São os originários da Região;
- VI – Arborização Urbana – É o conjunto de áreas públicas e particulares, com cobertura arbórea que uma cidade apresenta;
- VII – Área Construída/Edificada (AC) – Soma das áreas dos pisos utilizáveis, cobertos ou não, de todos os pavimentos de uma edificação;
- VIII – Áreas de Recreação – São espaços destinados ao bem estar físico e mental da população em áreas arborizadas;
- IX – Áreas Especiais de Interesse Turístico – São as áreas que possuem bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, as reservas e estações ecológicas, as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis, as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram as paisagens notáveis, as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática

de atividades recreativas, desportivas e de lazer, as localidades que apresentam condições climáticas especiais e outras áreas que venham a ser definidas pelo poder público na forma da lei;

X – Área Livre (AL) – É a área do terreno que excede a área ocupada;

XI – Área “Non Aedificanti” – É a superfície de domínio público ou privado, em que, a bem do interesse coletivo do Município, não se permite a realização de edificação, qualquer que seja a sua natureza;

XII – Área Ocupada (AO) – É a projeção em plano horizontal das áreas construídas inclusive o balanço sobre o terreno;

XIII – Áreas Verdes – São espaços abertos, delimitados fisicamente e interados com o meio ambiente, caracterizados pela predominância de cobertura vegetal, que podem ser públicas ou privadas, de caráter essencial ou especial, respectivamente;

XIV – Árvore Imune de Corte – São árvores preservadas devido a sua raridade e/ou beleza e/ou porta-sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XV – Biosfera – O conjunto de seres vivos existentes na superfície terrestre, parte sólida e líquida da terra e de sua atmosfera onde é possível a vida, onde ocorre o funcionamento dos vários ecossistemas;

XVI - Coeficientes de Aproveitamento (CA) – É a relação entre a área construída (AC) e a área total do terreno (AT) em que a edificação se situa:

$$CA = AC/AT;$$

XVII – Córregos / Parques – as áreas ao longo dos córregos são “*Aedificandi*” e deverão ser tratadas como parques de uso público;

XVIII – Corretivos – Produtos destinados a corrigir uma ou mais características do solo, desfavoráveis às plantações;

XIX – Conservação do Meio Ambiente – A utilização sustentada dos recursos ambientais, objetivando a produção contínua e rendimento ótimo, condicionados à manutenção permanente da diversidade biológica;

XX – Danificação de Árvores – Entende-se por danificação, os ferimentos provocados nas árvores, com possível consequência de morte da mesma;

XXI – Desequilíbrio Ecológico – A quebra de harmonia natural que cause alteração significativa dos ecossistemas provocando danos à atividade econômica, à saúde, à segurança pública e à qualidade de vida, entre outros;

XXII – Destruição de Árvores – Entende-se por destruição para os efeitos deste Plano Diretor a morte das árvores;

XXIII – Diversidade Biológica – A variedade de genótipos, espécies, populações, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região;

XXIV – Divisa do Lote – A linha divisória entre “terrenos” de propriedade particular ou pública em ambos os lados e o fundo;

- XXV– Ecossistema – Entende-se por ecossistema ou sistema ecológico, qualquer unidade que inclua todos os organismos de uma determinada área interagindo com o ambiente físico, de tal forma que um fluxo de energia leve a uma estrutura definida;
- XXVI – Estoque de área edificável - É a totalidade da área possível de ser edificada numa zona ou parcela da zona acima daquela correspondente ao coeficiente de aproveitamento;
- XXVII– Estrada Parque – É o percurso linear que compreende a totalidade ou parte de rodovias ou caminhos históricos de alto valor panorâmico, cultural ou recreativo;
- XXVIII – Faixas de Drenagem – São as faixas de terreno compreendendo os cursos d’água, córregos ou fundos de vale e dimensionadas de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas;
- XXIX – Faixa de Rolamento – cada uma das faixas que compõem a área destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação, pertencentes ao logradouro público;
- XXX – Fauna – É o conjunto de animais próprios de uma região ou de um período geológico;
- XXXI – Fauna Aquática – São aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera;
- XXXII – Fauna silvestre – São os animais nativos e os autóctones em qualquer fase de desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;
- XXXIII– Fertilizantes – Substâncias minerais orgânicas, naturais ou sintéticas, fornecedoras de nutrientes para as plantas e produtos que contenham princípio ativo ou agente capaz de ativar, direta ou indiretamente, sobre o todo ou sobre parte, das plantas, visando elevar sua produtividade;
- XXXIV – Flora – É o conjunto de espécies vegetais que compõem um ecossistema;
- XXXV – Fonte Poluidora – Considera-se fonte poluidora toda atividade, processo, operação, máquinas, equipamentos ou dispositivos móveis ou não, que possa causar emissão de poluentes.
- XXXVI – Horto Florestal – Espaço de terreno onde se cultivam, estudam e multiplicam espécies florestais;
- XXXVII – Índice de Áreas Verdes – É a relação entre o total de áreas verdes e o total de habitantes de uma cidade (m²/hab.);
- XXXVIII – Índice de vegetação - É a relação entre a parte do lote coberto por vegetação e a área do mesmo;
- XXXIX – Leito Carroçável – pista destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação, composta de uma ou mais faixas de rolamento, pertencentes ao logradouro público;

XL – Logradouro Público – todo espaço oficialmente reconhecido pelo Poder Público Municipal, destinado à circulação ou utilização da população (de pedestre e/ou veículos);

XLI – Lote – Parcela de terreno com pelo menos um acesso à via oficial de circulação;

XLII – Meio Ambiente – O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

XLIII – Paisagem – A unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da natureza, sendo “primitiva” quando a ação do homem é mínima, e “natural” quando a ação do homem é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica;

XLIV – Parques Municipais – São áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XLV – Passeio público/Calçada – parte da via oficial de circulação destinada ao trânsito exclusivo de pedestres, pertencentes ao logradouro público;

XLVI – Patrimônio Ambiental - O conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas, dentro do território do Município;

XLVII – Patrimônio Genético – O conjunto dos elementos da flora e da fauna que integram diversos ecossistemas ocorrentes no território municipal;

XLVIII – Plano de Manejo – O projeto dinâmico, que utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de um parque municipal, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades;

XLIX – Poluente – Qualquer forma de matéria, ou energia que direta ou indiretamente provoque poluição ambiental conforme normas e padrões fixados pelos organismos federais e estaduais competentes;

L – Poluição – É a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetam desfavoravelmente a biota, afetam as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

LI – Potencial Construtivo de um Lote – é o produto de sua área pelo coeficiente de aproveitamento da zona onde estiver localizado;

LII – Preservação do Meio Ambiente – Os procedimentos integrantes das práticas de preservação do meio ambiente que asseguram a proteção integral dos atributos naturais;

LIII – Recursos Ambientais – A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o solo e o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e flora;

LIV – Reserva de Recursos – São áreas externas não habitadas de difícil acesso em estado natural, utilizadas para estudos que viabilizem o conhecimento e a tecnologia para uso racional dos recursos, com a finalidade de protegê-las para uso futuro e impedir ou reter atividade de desenvolvimento, até que sejam estabelecidos outros objetivos de manejo permanentes;

LV – Sítio Tombado – Ambiente e/ou edificação urbana ou rural, protegida por tombamento procedido pela União, pelo Estado ou pelo Município;

LVI – Taxa de Ocupação (TO) – É a relação entre a área ocupada (AO) e a área total (AT) do terreno em que a edificação se situa:

$TO = AO/AT$;

LVII – Taxa de permeabilidade - É a relação entre a parte do lote que permite a infiltração de água, devendo estar livre de qualquer edificação, e a área total do mesmo;

LVIII – Uso Admissível – Aquele que não se caracteriza como uso permitido, por não ser determinante na função social da zona urbana, mas que não compromete a sua finalidade;

LIX – Uso Permitido – Edificações de uso compatível com as funções atribuídas a determinadas zonas da área urbana;

LX – Uso Proibido – Edificações de uso incompatível com a função atribuída à determinada zona urbana;

LXI – Via Estrutural;

LXII - Via Especial;

LXIII – Via sem Saída

LXIV – Rua Local;

LXV – Zonas – são porções de território do Município delimitadas por lei e caracterizadas por sua função técnica socioeconômica diferenciada (Pranchas...);

LXVI – Zonas Especiais de Preservação Permanente – Será considerada toda área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

LXVII - Zona de Expansão Urbana – É aquela cujos limites externos se localizam entre a área urbana e a área rural;

LXVII – Zona Industrial – destina-se ao uso predominantemente industrial leve ou pesado. Devem preferencialmente agrupar os tipos homogêneos, visando simplificar e aperfeiçoar os processos de controle e combate à poluição ambiental;

LXVIII – Zona Rural – É a área externa a área urbana e a área de expansão urbana;

LXIX – Zona Urbana – É aquela constituída pelos loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal, e registrados no cartório de imóveis ou áreas subdivididas em lotes que possuam serviços de infraestrutura dentro do perímetro urbano;

LXX – Zona Especial de área verde/recreativa – São os terrenos cadastrados no setor competente, que contenham áreas verdes com a finalidade de formação de bosques e ou/parques destinados à preservação da flora local, da estabilidade do solo, da proteção paisagística e recreativa;

SEÇÃO II – DO ZONEAMENTO

Art. 24 - Zoneamento para fins deste Plano Diretor é a divisão da área urbana em regiões de usos diferentes, visando ordenar o crescimento da cidade e proteger os interesses da coletividade.

Art. 25 - Os efeitos deste Plano Diretor abrangem a sede do Município com uma área urbana de 1,50 km², além da Expansão Urbana. (Prancha)

PARÁGRAFO ÚNICO – As Sedes de futuros Distritos e Comunidades Rurais deverão obedecer em linhas gerais, ao previsto neste Plano Diretor.

Art. 26 - As áreas urbanas do Município ficam subdivididas em regiões, observando o uso a que se destinam, conforme prancha de Zoneamento. (Prancha e Prancha)

I – Zona Residencial. (ZR) – Tem por finalidade atender ao uso residencial ou coletivo, “predominantemente” (Prancha....).

II – Zona Comercial (ZC) – Destina-se preferencialmente ao exercício do comércio, prestação de serviços e pequenas indústrias (Prancha....).

III– Zona Especial (ZE) – São aquelas em que o uso é específico, destinadas à atividade possível ou não de classificação nas demais zonas. São áreas sujeitas a estudos e controle por parte da Secretaria Municipal de Planejamento.

IV – Zona de Expansão Urbana (ZEU) – São áreas destinadas ao crescimento urbano da cidade (Prancha....).

V – Zona Rural ou Agrícola (ZA) – Destina-se à atividade produtiva rural e/ou agrícola, e suas condições de uso ou parcelamento são previstas na Legislação Agrária do País.

PARÁGRAFO ÚNICO – Novas Zonas Especiais poderão ser criadas desde que aprovadas pelo Conselho da Cidade.

Art. 27 - O uso do solo para efeito deste Plano Diretor é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona na forma que dispuser o respectivo regulamento.

Art. 28 - Em cada zona haverá usos de solos: PERMITIDOS, TOLERADOS, PERMISSÍVEIS E PROIBIDOS.

Art. 29 - A permissão para localização de qualquer atividade considerada como perigosa, incômoda ou nociva, dependerá, além das especificações exigidas para cada caso, da aprovação do projeto detalhado e das instalações, para depuração dos resíduos líquidos e/ou gasosos.

Art. 30 - Ficam estabelecidas ZONAS RESIDENCIAIS, distribuídas pela área urbana, seguindo critérios que visam adequar a densidade demográfica à infraestrutura existente ou a ser criada na zona (Prancha xx).

§ 1º – As Zonas Residenciais serão denominadas: ZR1 – ZR2 e ZR3.

§ 2º – Nas Zonas ZR1/ZR2 e ZR3 os lotes e construções deverão obedecer às normas constantes nas tabelas I e II do “anexo”, além das de ordem geral (**TÍTULO III – Regulamento das Construções**).

Art. 31 - As Zonas Comerciais serão subdivididas em 03 zonas comerciais assim definidas:

I – Zona Comercial 1 (ZC1) – Atividade característica de centro urbano, único e principal da cidade, onde, todos os tipos de Comércio e Serviços, são naturais e historicamente desenvolvidos.

II – Zona Comercial 2 (ZC2) – Zona de apoio à zona central, assemelhada na função ao centro urbano principal, visa estimular a concentração de atividades e serviços que exigem áreas mais amplas e que apresentem características incômodas ou inadequadas à área central.

Art. 32 - Nas Zonas Comerciais, os lotes e construções deverão obedecer as constantes na **tabela I e II**, além das de ordem geral (**TÍTULO III**).

§ 1º – Não é permitida a implantação de atividade industrial, exceto aquelas cujas características não sejam incômodas ou nocivas.

§ 2º – Nas construções para fins mistos, o uso comercial será permitido nos primeiros pavimentos, sendo obrigatória a reserva de área de recreação e lazer para os ocupantes da área residencial.

Art. 33 - As indústrias já instaladas nas zonas residenciais e comerciais devem obedecer às normas previstas neste Plano Diretor para a respectiva zona.

Art. 34 - As indústrias que por sua natureza são fortemente poluidoras deverão obedecer às normas de Controle Ambiental Municipal e obter licença de Instalação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e apresentação do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) nos casos em que couber.

Art. 35 - As Zonas Especiais (ZE), previstas no Artigo 26, inciso IV deste Plano Diretor, são aquelas reservadas para fins específicos e sujeitos à norma própria, nas quais

toda e qualquer obra deverá ser objeto de estudo por parte da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 36 - As Zonas Especiais serão relacionadas conforme se segue:

- I – ZONA ESPECIAL de Área verde/Recreativa/Turística;
- II – ZONA ESPECIAL Habitacional de Interesse Social;
- III – ZONA ESPECIAL de Proteção Permanente;
- IV – ZONA ESPECIAL Preferencial – Pedestre/Praças/Calçadas/Jardins;
- V - ZONA ESPECIAL de Clubes e Lazer;

Art. 37 - Quando houver sobreposição de Zona Especial sobre qualquer outra, prevalecerá sempre a Zona Especial.

Art. 38 - Uma zona só poderá ter suas características modificadas quando o Conselho da Cidade julgar conveniente, visando melhorar as condições funcionais da cidade e o bem estar da população.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para que se modifique uma zona já estabelecida é necessário que 75% dos proprietários dos terrenos que a constituem concordem, através de documento hábil registrado em cartório de títulos e documentos.

Art. 39 - As instalações de quaisquer bancas, barracas, tablados, hot dog's, em área pública considerada Zona Especial Preferencial de Pedestre, praças, calçadas e jardins, deverão ser autorizados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 40 - A Zona Especial de preservação permanente destina-se, prioritariamente, ao uso do solo, como reservas, parques e zoobotânicas.

§ 1º – As áreas lindeiras às reservas poderão ser utilizadas para formação de parques lineares e contínuos, observando o uso para a prática de lazer e recreação.

§ 2º – Não será permitida construção de qualquer tipo de obras, exceto aquelas destinadas à correção do escoamento pluvial, fluvial e de controle ambiental, levando em conta a proteção da fauna e flora.

Art. 41 - As instalações para a assistência médica veterinária são permitidas em Zonas Residenciais e comerciais desde que atendam apenas animais domésticos de pequeno porte.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os demais casos deverão ser objetos de estudos especiais por parte da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 42 - Permite-se a construção de edifícios para culto religioso em qualquer Zona, desde que atendam as seguintes condições mínimas:

- I – Recuo do alinhamento predial, descontando calçada, iguais às respectivas Zonas;
- II – Taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamentos iguais aos da Zona;
- III – Área de estacionamento conforme o previsto neste Plano Diretor.

Art. 43 - Respeitadas as normas previstas por este Plano Diretor, é permitida a construção de clubes recreativos em Zona Especial devendo obedecer:

I – As construções, inclusive aquelas destinadas à prática de esportes, como quadras, piscinas, etc., devem ser recuadas das divisas em, pelo menos, 20,00 metros de qualquer propriedade vizinha;

II – Previsão de área de estacionamento, conforme este Plano Diretor.

Art. 44 - Para todos os usos, deverão ser previstas e constarem do projeto, áreas de estacionamento para veículos, cobertas ou não, em local de fácil acesso para a via pública, inclusive área de circulação, obedecendo a proporções mínimas, conforme segue:

I – Uso Residencial – Uma vaga para cada 150,00 metros quadrados ou fração de área construída, residencial multifamiliar 2 vagas por unidade familiar;

II – Uso Comercial – Uma vaga para cada 100,00 metros quadrados ou fração deste que exceder;

III – Prestação de Serviços – Escritórios, laboratórios, consultórios, uma vaga para cada 75,00 metros quadrados de área construída ou uma vaga por unidade;

IV – Administração e Serviço Público – Uma vaga para cada 75,00 metros quadrados de área construída ou fração deste que exceder;

V – Hotéis, hospedarias e/ou pensões – Uma vaga para cada 100,00 m (cem metros) quadrados de área construída, ou fração deste que exceder;

VI – Edifícios para culto religioso, igrejas, teatros, cinemas – Uma vaga para cada 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados) ou fração que exceder;

VII – Estabelecimentos de Ensino – Uma vaga para cada 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados) de área construída ou fração deste que exceder;

VIII – Clubes Recreativos, Associativos ou Esportivos – Uma vaga para cada 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados) de área construída, ou fração deste que exceder;

IX - Mercado, Supermercados, Transportadoras, Similares e Lojas de Materiais para Construção – uma vaga para cada 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados) de área construída e mais o espaço para abrigar os caminhões ou ônibus da Empresa, além do espaço para carga e descarga.

§ 1º – Nas construções residenciais unifamiliares admite-se o uso da faixa exigida como recuo, como estacionamento ou garagem descoberta desde que a sua largura não ultrapasse a um terço da frente do lote.

§ 2º – Nos lotes de esquina é permissível o uso do lado de maior dimensão junto à divisa, com a frente para a via pública de forma a não causar prejuízos para o tráfego de veículos, quanto à visibilidade;

§ 3º – No acesso a locais de estacionamento ou garagens quando necessitar de rampas deverá ser previsto um patamar nivelado com, no mínimo, 5,00 m (cinco metros) de extensão, do nível do passeio medindo do início do recuo para dentro do terreno, de forma a possibilitar a parada do veículo, antes de cruzar a faixa de pedestres, no passeio.

§ 4º – Os casos não relacionados e omissos deverão ser adaptados em proporção idêntica aos usos mais próximos ou semelhantes.

Art. 45 - O remembramento e/ou desmembramento de terrenos somente será permitido em lotes que pertençam à mesma zona.

Art. 46 - Para todo terreno onde haja duas unidades habitacionais, é obrigatório à existência de local aberto ou não, exclusivo de recreação e lazer, e livre de todas as habitações, na proporção de 10% (dez por cento) das áreas de uso comum, e nunca inferior a 5m (cinco metros) quadrados por unidade habitacional.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito do exposto no caput deste Artigo, a dimensão mínima desta área deve atender ao calculado pela expressão $DM = (AM) / 2$ e nunca inferior a $5m^2$ (cinco metros) quadrados.

AM – Área mínima do terreno.

DM – Dimensão mínima para recreação.

Art. 47 - O coeficiente de aproveitamento para as Zonas Residenciais e Comerciais poderá ser calculado pela expressão:

$CA = C + (ST - LM) / 1.500$, cujo valor máximo não pode exceder ao contido na tabela II. Os símbolos da expressão acima significam:

C = Coeficiente de aproveitamento da Zona;

ST = Superfície total do terreno;

LM = Área do lote mínimo estabelecido para a Zona;

CA = Coeficiente de aproveitamento a adotar.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os terrenos que, descontadas as faixas correspondentes aos recuos mínimos exigidos, da frente, fundo e laterais, apresentarem área não inferior a 50% (cinquenta por cento) da área total do terreno, poderão ter o coeficiente acrescido do valor a calcular pela fórmula $2(T-t)$. Será considerado como máximo de acréscimo, o valor de $1,00m^2$ (um metro quadrado), e os símbolos da expressão significam:

T = Taxa de ocupação máxima da Zona;

t = Taxa de ocupação adotada no projeto.

Art. 48 - Nos terrenos de esquina, serão considerados os recuos de frente e lateral. Os mesmos referem-se também a construções no subsolo.

Art. 49 - Os terrenos com dimensões inferiores às previstas neste Plano Diretor e os existentes antes da sua aprovação e que estejam entre duas construções, cujos coeficientes de aproveitamento sejam iguais ou superiores à metade do permitido para o local, não necessitam obedecer aos recuos laterais.

Art. 50 - Aos terrenos sujeitos a recuos especiais e que tiverem diminuição de área, será facultada a aplicação da fórmula seguinte, para determinação da área máxima de construção.

$AC = AO (C+2a)$

AC = Área máxima de construção;

AO = Área original do terreno;

a = Área suprimida pelo recuo especial;

C = Coeficiente de aproveitamento da Zona respectiva.

Art. 51 - Nenhum lote ou construção poderá ser utilizado em desconformidade com a presente Lei, a partir da sua vigência, salvo os casos de projetos já aprovados.

§ 1º – Serão mantidos os usos das atuais edificações, desde que já licenciadas pelo Município, vedando-se as ampliações que contrariem as disposições deste Plano Diretor e dos respectivos Regulamentos.

§ 2º – A Substituição só será permitida quando atendidos todos os parâmetros utilizados na aprovação inicial e respeitados os recuos de frente e que não contrariem expressamente as disposições deste Plano Diretor e os Regulamentos.

Art. 52 - Os lotes não edificados e utilizados para fins, em desconformidade com a Zona em que está inserido, não poderão conservar esse uso por período superior a um ano, a contar da data de aprovação deste Plano Diretor.

Art. 53 - As feiras livres terão caráter itinerante, e os equipamentos indispensáveis ao desempenho da atividade, após o período de encerramento da mesma, não podem permanecer nos logradouros, exceto em centrais de abastecimento.

Art. 54 - As centrais de abastecimento e feiras livres, para serem implantadas, deverão ser objeto de estudo especial pela Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Saúde, e em conformidade com este Plano Diretor.

SEÇÃO III – DA CLASSIFICAÇÃO PARA USO DO SOLO

Art. 55 - Ficam classificados, definidos e relacionados os usos do solo do Município de Jacareacanga.

§ 1º – DA CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO USO:

I – HABITAÇÕES:

a – Unifamiliares: Construções destinadas a servir de moradia a uma só família.

b – Multifamiliares: Construções destinadas a servir de moradia a mais de uma família.

II – SERVIÇOS E COMÉRCIO, respectivamente:

a – Atividade remunerada ou não, pela qual ficam caracterizados o préstimo da mão de obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual.

b – Atividade pela qual fica definida uma relação de troca, visando um lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias.

c – Subclassificação hierárquica das atividades de serviços e comércio:

1) Vicinal: Atividade de pequeno e médio porte, disseminado no interior das zonas residenciais e comerciais de utilização intermitente e imediata destinada a atender determinado bairro ou zona, tais como:

Grupo “A”

- Escritórios de profissionais liberais de prestação de serviços;
- Sapatarias, chaveiros;

-
- Alfaiatarias, barbeiros, salão de beleza;
 - Armários, bijuterias, joalherias, butiques, ateliês, casas lotéricas, papelarias.
 - Consultórios médicos, odontológicos e veterinários (exceto internação de animais);
 - Laboratórios de análises clínicas, radiológicos e fotográficos;
 - Agências bancárias e de jornal;
 - Correios;
 - Manufaturas e artesanatos;
 - Oficinas de eletrodomésticos;
 - Lojas de ferragens, materiais domésticos, calçados e roupas;
 - Restaurantes;
 - Creches, postos assistenciais, sede de entidades religiosas, ambulatórios e clínicas;
 - Tipografias, lavanderias;
 - Venda de eletrodomésticos, móveis, materiais de construção, de veículos e acessórios;
 - Oficinas mecânicas de veículos leves e borracharias;
 - Lanchonetes, pastelarias, peixarias e mercados.
- 2) Setoriais: Atividades de grande porte destinadas a atender a população em geral.
- Serviços públicos: federal, estadual e municipal;
 - Instituições bancárias e financeiras;
 - Hotéis;
 - Grandes escritórios;
 - Grandes lojas;
 - Restaurantes;
 - Agências de Turismo;
 - Centros comerciais, e de jornalismo;
 - Supermercados;
 - Cinemas e teatros, museus, auditórios de rádio e televisão;
 - Clubes, sociedades recreativas;
- 3) Gerais: Atividades destinadas à população em geral, as quais por seu porte ou natureza, exigem confinamento em áreas próprias.
- Impressoras, editoras;
 - Estabelecimento de Ensino;
 - Grandes oficinas, oficinas de latarias, ferro velho;
 - Comércio atacadista;
 - Armazéns gerais, depósitos;
 - Entrepostos, cooperativas, silos;

- Cerâmicas, marmorarias.

4)Específicos: Atividades peculiares cuja adequação à vizinhança depende de uma série de fatores a serem analisados pela Secretaria Municipal de Planejamento, para cada caso, será feito o estudo de impacto da vizinhança.

Grupo “A”

- Casas de espetáculo e de culto;
- Hospitais, casas de saúde, sanatórios;
- Postos de gasolina, lava - rápido, postos de serviços;
- Delegacias e Cadeias.

Grupo “B”

- Campos desportivos, parques de diversão, circos;
- Postos de vendas de gás;
- Pedreiras, areias, dragas, extração de argilas;
- Depósitos de inflamáveis;
- Motéis;
- Albergues;
- Outras atividades, não previstas na presente legislação.

III – INDÚSTRIA: Atividades pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos:

- Indústria de produtos minerais não metálicos;
- Indústria metalúrgica;
- Indústria mecânica;
- Indústria de material de transporte;
- Indústria de madeira;
- Indústria de papel, papelão, embalagens e celulose;
- Indústria do mobiliário;
- Indústria de vestuário;
- Indústria de produtos alimentares;
- Indústria de bebidas;
- Indústria de construção;
- Indústria química e farmacêutica;
- Outras atividades industriais não previstas.

IV – AGRICULTURA, FLORESTA E PECUÁRIA: Atividade pela qual se utiliza a fertilidade do solo para a produção de plantas e animais, com o propósito de suprir as necessidades do produtor ou com finalidades comerciais:

- Culturas de cereais, olerícolas;
- Granjas, pisciculturas e leiterias;
- Viveiros florestais, plantas ornamentais, reflorestamentos e florestamentos.

§ 2º – DA CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA:

- I – Perigosos: “Os que possam dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, poeiras tóxicas, exalações e detritos danosos à saúde ou que eventualmente, possam por em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas”;
- II – Incômodas: “Os que possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego, e que venham a incomodar a vizinhança”;
- III – Nocivos: “Os que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera ou curso da água”.

§ 3º – DA CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO GRAU DE ADEQUAÇÃO À ZONA/SETOR:

I – Permitidos:

- Adequado à Zona.

II – Permissíveis:

- Grau de adequação à Zona a critério da Secretaria Municipal de Planejamento.

III – Tolerados:

- Admitidos em Zonas onde não são permitidos os usos que lhe são prejudiciais ou incômodos.

IV – Proibidos:

- Inadequados à Zona.

§ 4º - DA CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ESCALA:

I – Em se tratando de estabelecimentos comerciais e de prestação serviços:

VICINAL

- a – Pequeno porte: Construções com área não superior a 70,00 m² (setenta metros quadrados), pé-direito de 3,00 m (três metros).
- b – Médio porte: Construções com área não superior a 200,00 m² (duzentos metros quadrados), pé-direito de 3,00 m (três metros).

SETORIAL, GERAIS E ESPECÍFICAS

- c – Grande porte: Construções com área superior a 200,00 m² (duzentos metros quadrados), pé-direito de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros).

II – Em se tratando de estabelecimentos industriais:

INDUSTRIAL

- a – Pequeno porte: Construções em terrenos de até 2.000,00 m² (Dois mil metros quadrados), pé-direito 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros).
- b – Médio porte: Construções em terrenos de até 10.000,00 m² (Dez mil metros quadrados), pé-direito 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros).
- c – Grande porte: Construções em terrenos com mais de 10.000,00 m² (Dez mil metros quadrados), pé direito 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros).

III – Em se tratando de atividades agrícola, pecuária e florestal, na área de expansão urbano e rural, somente atividades de viveiros florestais, produção de olerícolas e pequenos animais, serão tratados por:

a – Pequeno porte: Produção em terrenos com menos de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados).

b – Médio porte: Produção em terrenos de até 40.000,00 m² (quarenta mil metros quadrados).

c – Grande porte: Produção em terrenos com mais de 40.000,00 m² (quarenta mil metros quadrados).

d – A criação de pequenos animais considerados incômodos e/ou nocivos não será permitida no perímetro urbano.

e – O uso do solo urbano com atividades agrícolas e de produção de mudas não deverá possuir construções de caráter definitivo.

Art. 56 - Os casos não previstos neste Plano Diretor deverão ser examinados pelo Poder Executivo Municipal consultando o Conselho da Cidade, e a solução deverá sempre buscar adaptação ao presente Plano Diretor.

SEÇÃO IV – DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA AO AR LIVRE

Art. 57 - Considera-se publicidade ao ar livre a veiculada por meios de letreiros ou anúncios, assim entendidos aqueles afixados nos logradouros públicos, em locais visíveis, ou expostos ao público, para indicação de referência de produtos, de serviços ou de atividade.

§ 1º – Consideram-se letreiros, as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou logotipo, a atividade principal, o endereço e telefone.

§ 2º – Consideram-se anúncios, as indicações de referência de produtos, de serviços ou atividades por meio de placas, cartazes, faixas, painéis ou similares, colocados em local estranho àquele em que a atividade é exercida, ou no próprio local, quando as referências exorbitarem o contido no parágrafo anterior.

§ 3º – Toda indicação colocada no alto das edificações será considerada anúncio para os efeitos deste Plano Diretor.

Art. 58 - A publicidade ao ar livre de anúncios conforme parágrafo segundo do Art. 64, dependerá de alvará expedido, sempre a título precário e por prazo determinado, pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 59 - São considerados veículos de divulgação, faixas, cartazes, panfletos, painéis, outdoors, letreiros e luminosos que são afixados em paredes, muros, veículos ou calçadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Considera-se “outdoor”, todo painel publicitário fixo e construído com material rígido, destinado à colagem de folhas de papéis e outros materiais que após montadas constituem-se em um cartaz.

Art. 60 - A utilização de qualquer veículo de divulgação em logradouros públicos ou em imóvel privado, quando visíveis dos logradouros públicos, irá depender de licença emitida pelo órgão municipal competente e do pagamento da taxa respectiva.

Art. 61 - A instalação de “outdoor”, placas, painéis, não diretamente relacionados com o local onde funciona a atividade, deverá:

- I – Quando em trevos rodoviários, somente em terrenos particulares;
- II – Preservar uma distância mínima, a ser definida pelo Órgão competente, de outros meios de publicidade ao longo das vias públicas, e somente em terrenos particulares;
- III – Possuir dimensão padrão de 12,00 m X 3,00 m (doze metros por três metros);

Art. 62 - No processo de licenciamento para qualquer espécie de divulgação publicitária, o interessado deverá apresentar o requerimento ao Poder Executivo, contendo:

- I – Indicação dos locais em que serão colocados, pintados ou distribuídos;
- II – A natureza do material de confecção;
- III – As dimensões, incluindo o total da saliência do plano da fachada e a altura da base ou em relação ao passeio ou ao terreno;
- IV – As inscrições e o texto;
- V – No caso de luminosos, o sistema elétrico a ser adotado.
- VI – Comprimento da fachada do estabelecimento;
- VII – Tipo de suporte sobre o qual será assentado.

§ 1º – Poderá ser expedido um único alvará por conjunto de painéis em um mesmo terreno, por empresa, indicada a posição de cada um e suas dimensões.

§ 2º – A mudança de localização da publicidade exige na licença.

PARÁGRAFO ÚNICO – A exigência do inciso IV fica dispensada quando se tratar de anúncio que por suas características apresente periodicamente alteração de mensagem, tais como “outdoor”, painel eletrônico ou similar.

Art. 63 - Fica instituído o Cadastro de empresas de Publicidade, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, para registro e controle dos mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis pela publicidade encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento, até 31 de janeiro de cada ano, relação da publicidade exposta com respectiva localização e dimensões.

Art. 64 - Os “outdoors”, placas e painéis receberão um número de cadastramento e a plaqueta de identificação da firma que explora, quando for o caso.

Art. 65 - As transferências de qualquer “outdoor” placas ou letreiros só poderão ocorrer com a devida autorização da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 66 - Os dispositivos da publicidade deverão ser conservados em boas condições pelo proprietário.

Art. 67 - Para a expedição do Alvará de Publicidade, observar-se-ão as seguintes normas gerais:

I – Para cada estabelecimento poderá ser autorizada uma área para letreiros e anúncio nunca superior a 70% (setenta por cento) do comprimento da fachada do próprio estabelecimento;

II – No caso de mais de um estabelecimento no térreo de uma mesma edificação, a área destinada à publicidade deverá ser subdividida proporcionalmente entre todos, e aqueles situados acima do térreo deverão anunciar no hall de entrada;

III – Qualquer inscrição direta nos toldos, marquises ou paredes, será levada em consideração para efeito do cálculo da área de publicidade exposta;

IV – Será permitida a subdivisão do letreiro, desde que a soma das áreas de suas faces não ultrapasse a área permitida;

V – No caso de anúncio em edificações não poderá ultrapassar o nível da sobreloja;

VI – Letreiros e anúncios perpendiculares à fachada não poderão ultrapassar 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de balanço e deverão permitir uma altura livre de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), todas as obras terão recuos;

VII – Letreiros e anúncios localizados a menos de 15,00 (quinze metros) das esquinas deverão ter a sua posição paralela à fachada, não podendo distar do plano desta mais de 0,20 m (vinte centímetros);

VIII – São permitidos anúncios em terrenos não edificados, ficando sua colocação condicionada à capinação e remoção de detritos, durante todo o tempo em que o mesmo estiver exposto, com autorização do proprietário;

IX – Nos casos do inciso anterior, os anúncios deverão observar as dimensões máximas de 12,00 x 4,00 m (doze por quatro metros), sendo sua maior dimensão no sentido horizontal, contendo, em local visível, a identificação da empresa de publicidade o número do alvará e afixados em suporte de madeira ou metal, observados os seguintes parâmetros:

a – Altura máxima de 6,00 m (seis metros) acima do nível do solo;

b – Afastamento de 0,50 m (meio metro) entre painéis num mesmo terreno;

c – Recuo lateral de 1,50 m (um metro e meio) das divisas do terreno;

d – Recuo do alinhamento predial de acordo com o exigido para a via na qual se implantar o anúncio.

e – Em terrenos não edificados lindeiros à faixa de domínio das rodovias, poderá ser autorizado o anúncio desde que observados os parâmetros do presente artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em casos especiais, ouvindo a Secretaria Municipal de Planejamento, poderão ser admitidos, painéis com dimensões superiores ao previsto na alínea IX, devendo cada painel ser objeto de alvará específico.

Art. 68 - A critério da Secretaria Municipal de Planejamento poderão ser admitidos:

I – Publicidade sobre a cobertura de edifício, observado o que determina a Portaria Nº. 1.141/GMS, de 08/12/87, devendo o respectivo requerimento ser

acompanhado de fotografia do local, no tamanho de 12,00 x 18,00 cm (doze por dezoito centímetros) e de projeto detalhado, subscrito por profissional habilitado responsável por sua colocação e segurança.

II – Decorações e faixas temporárias relativas a eventos populares, religiosos, culturais, cívicos ou de interesse público, nas vias e logradouros públicos ou fachadas de edifícios;

III – Fixação de letreiros acima do nível da sobre loja, quando se tratar de edificação utilizada por um único estabelecimento;

IV – Publicidade móvel, sonora ou não, mesmo em veículos;

V – Publicidade no mobiliário e equipamento social e urbano;

VI – Painéis artísticos em muros ou paredes;

VII – Inscrições em vitrines e publicidade sonora no próprio estabelecimento;

VIII – Publicidade no setor histórico, unidade de preservação e zonas preferenciais de pedestres, bosques e áreas verdes;

IX – Publicidade em paredes cegas de edifícios;

X – Publicidade em terrenos edificadas de uso exclusivamente residencial.

Art. 69 - Os anúncios e letreiros, para sua adequação aos usos previstos na legislação de zoneamento, classificam-se em Permitidos, Permissíveis, Tolerados e Proibidos, em função da zona ou setor em que se localizarem, conforme tabela I anexo, parte integrante deste Plano Diretor.

CAPÍTULO VII

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DOS LOTEAMENTOS

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 70 - Fica determinado que todo e qualquer loteamento, arruamento, desmembramento e remembramento de terreno no Município de Jacareacanga, respeitadas as normas Federais e Estaduais, serão regidas por este Plano Diretor.

Art. 71 - A execução de qualquer loteamento, arruamento, desmembramento e remembramento, dependem de licença prévia e aprovação do projeto pelo Poder Executivo.

Art. 72 - Em qualquer loteamento as dimensões mínimas dos lotes e o seu respectivo padrão devem obedecer às normas constantes do Zoneamento e Uso do Solo.

Art. 73 - Os loteamentos para serem implantados devem obedecer à projeção do sistema viário do Município, mesmo que este não esteja implantado.

Art. 74 - Todos os loteamentos deverão apresentar relatório de impacto ambiental – RIMA aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento/Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Sendo exigido o RIMA, este deverá ser entregue junto com o projeto definitivo e informado ao interessado na Licença Prévia.

SUBSEÇÃO I – LICENÇA PRÉVIA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 75 - O interessado deverá solicitar junto ao Poder Executivo, o roteiro das normas de apresentação de projetos de loteamento.

Art. 76 - Para obtenção da Licença Prévia, previsto no artigo 74 Parágrafo Único, o interessado deverá apresentar:

- I – Requerimento ao Poder Executivo;
- II – Apresentar documentos do imóvel e do proprietário;
- III – Planta de situação contendo:
 - a – Coordenadas geográficas dos limites;
 - b – Alinhamento do imóvel;
 - c – Drenagem natural;
 - d – Projeção horizontal do sistema viário;
 - e – Memorial descritivo;
 - f – Mapa de vegetação;
 - g – Levantamento planialtimétrico, com curvas de nível distanciadas de 1,00 m (um metro), e com “grade” das ruas e avenidas.
- IV – Certidão Negativa de Imposto Municipal, Estadual e Federal;
- V – Certidão Negativa de Débito Ambiental – CNDA;
- VI – Recolhimento de taxas de consulta prévia;
- VII – ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
- VIII – Certidão de Inteiro Teor e ônus;
- IX – Certidão Negativa de Ações Reais referentes ao Imóvel pelo período de 10 anos;
- X – Certidão Negativa de Ações Penais com respeito a crimes contra o patrimônio e contra a administração pública com referência a loteadora ou loteador;
- XI – Certidões existentes das faixas de domínios no local.

Art. 77 - Após o recebimento da certidão de viabilidade do loteamento, o interessado deverá solicitar ao Poder Executivo a expedição de alvará para loteamento, apresentando, para esse fim, requerimento acompanhado de planta do imóvel e de outros documentos, conforme especificações a serem definidas por decreto do Poder Executivo.

§ 1º – A Planta do imóvel, acima mencionada deverá ser na escala adequada e contendo visualização gráfica no mínimo com a locação de:

- I – Divisas do imóvel;
- II – Benfeitorias existentes;
- III – Árvores frondosas, bosques e florestas, monumentos naturais e artificiais e área de recreação;
- IV – Nascentes, rios, riachos, ribeirões e córregos;

V – Serviços de utilidade pública, institucionais, equipamentos comunitários e equipamentos urbanos, no local e adjacências com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

VI – Servidões existentes, faixas de domínio de rodovias e ciclovias no local e adjacências da área a ser loteada;

VII – Locais alagadiços ou sujeitos a inundações;

VIII – Curvas de nível de metro em metro;

IX – Cálculo da área do imóvel;

X – Arruamentos, vizinhos em todo o perímetro, com locação exata das vias de comunicação e as distâncias da área a ser loteada.

Art. 78 - Após análise e julgamento pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal, das condições legais do loteamento, o requerente será notificado do resultado, através de carta com (AR) ou diretamente pelo interessado na Prefeitura e será expedida a Licença Prévia, em até 60(sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Licença Prévia tem prazo de validade por 12 (doze) meses.

SUBSEÇÃO II – DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 79 - O projeto de loteamento deverá ser apresentado por requerimento junto ao Poder Executivo Municipal, contendo:

I – Licença prévia, dentro do prazo de validade;

II – Mapas georeferenciados com curvas de nível, nas escalas adequadas e em cópias impressas e mídia digital contendo visualização gráfica com locação de:

a – Arruamento de acordo com as normas legais;

b – Áreas de reserva legal de proteção ambiental;

c – Áreas destinadas aos equipamentos urbanos;

d – Bosques naturais ou artificiais e árvores frondosas que serão preservadas;

e – Construções existentes;

f – Subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e áreas;

g – Memorial descritivo, contendo obrigatoriamente:

▪ Denominação do loteamento;

▪ Descrição sucinta do loteamento, com as suas características e fixação das zonas de uso predominante;

▪ Indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município, no ato do registro do loteamento;

▪ Condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes na certidão de viabilidade do loteamento;

- Enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacência, e dos que serão implantados;
- Limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área pública total, discriminando áreas do sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens.

III – Projeto da infraestrutura existente no local;

IV – Projeto da rede de abastecimento de água;

V – Recolhimento de taxas;

VI – Projeto de drenagem e pavimentação;

VII – Projeto de rede de energia do loteamento;

VIII – Planta geral do loteamento orientação ao plano topográfico local;

IX – Cronograma físico da execução das obras de infraestrutura urbana;

X – Orçamento das obras de infraestrutura no mínimo em 2 vias;

XI – Modelo de contrato de compromisso de compra e venda das datas ou lotes;

XII – Projeto de arborização (Densidade mínima: 1 árvore/lote);

XIII – Declaração de responsabilidade para a colocação das placas de identificação das ruas e avenidas com as devidas numerações de acordo com o modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 80 - Para cumprimento no disposto sobre o sistema viário do loteamento deve-se considerar a faixa de rolamento mais a largura mínima destinada à calçada de acordo com a categoria da via de circulação.

Art. 81 - Atendidas as exigências técnicas e legais, o projeto será aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 82 - Satisfeitas as exigências legais e, aprovado, o interessado assinará junto ao Poder Executivo o termo de acordo no qual se obrigará:

I – Executar no prazo fixado pelo Poder Executivo, a abertura das vias de circulação e praças, com respectivo marcos de alinhamento e nivelamento, bem como as obras e equipamentos previstos no projeto de infraestrutura;

II – Facilitar a fiscalização permanente do Poder Executivo durante a execução das obras e serviços;

III – Não outorgar qualquer escritura definitiva de venda de lote, antes de concluídas as obras previstas no projeto de infraestrutura;

IV – A fazer constar nos compromissos de compra e venda do lote, a condição de que os mesmos só poderão receber a construção depois de executadas as obras previstas no Inciso I deste artigo;

V – A fazer constar das escrituras definitivas ou dos compromissos de compra e venda de lotes, as obrigações pela execução dos serviços e obras do vendedor,

com a responsabilidade solidária dos adquirentes ou compromissários compradores, na proporção da área de seus lotes.

§ 1º – O prazo a que se refere o Inciso I deste artigo não poderá ser superior a 18 meses, podendo o Poder Executivo, a juízo do órgão competente, permitir a execução das obras por etapas desde que se obedeça:

a – O termo de acordo fixado e o prazo total para a execução completa de obras de loteamento, e as áreas e prazos correspondentes a cada etapa.

b – Sejam executadas nas áreas, em cada etapa, todas as obras previstas, assegurando-se aos compradores dos lotes o pleno uso e gozo das obras e dos equipamentos.

§ 2º – Os marcos de alinhamento e nivelamentos a que se refere o Inciso I deste artigo deverá ser de concreto, segundo padrão do Município.

Art. 83 - Como garantia de execução das obras de infraestrutura do loteamento, o interessado caucionará, mediante escritura pública, uma área de terreno ou imóvel cujo valor, a juízo da Secretaria Municipal de Planejamento, corresponda na época da aprovação ao custo dos serviços a serem realizados.

§ 1º – No ato de aprovação de projetos, bem como na escritura de caução mencionadas neste artigo deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador fica obrigado a executar no prazo fixado.

§ 2º – Esgotado o prazo de execução das obras mínimas de infraestrutura exigidas através da presente Lei, poderá o Município assumir a execução das obras de infraestrutura, revertendo em benefício próprio às garantias oferecidas pelo loteador, assegurando ao loteador o direito de comercialização dos lotes restantes depois de descontado a importância desembolsada pelo município, referente às despesas de execução das obras de infraestrutura realizadas pelo mesmo junto ao loteamento.

§ 3º – Caso as obras não sejam realizadas dentro do prazo previsto no cronograma de obras, o Poder Executivo executará judicialmente a garantia oferecida, podendo assumir a execução das obras de forma direta ou indireta, revertendo em favor do Município o montante da garantia, até que seja ressarcido o valor das despesas decorrentes da execução das obras, acrescido de 10% (dez por cento) a título de taxa de administração, liberando o restante das garantias do loteador em caso de existência de saldo.

Art. 84 - Uma vez realizada todas as obras e serviços exigidos pelo Poder Executivo, o interessado, através de requerimento e após vistoria da Secretaria Municipal de Planejamento, liberará a área caucionada mediante expedição do Auto de Vistoria.

Art. 85 - Desde a data de inscrição do loteamento, passam a integrar o domínio público do Município, as vias, praças e áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, bem como quaisquer indenizações.

Art. 86 - O loteamento será submetido à fiscalização do Poder Executivo e dos órgãos competentes, quando da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana.

§ 1º – Deverá ser comunicado, por escrito, ao Poder Executivo e aos órgãos competentes, a data de início de qualquer serviço ou obra de infraestrutura.

§ 2º – Todas as solicitações da Fiscalização deverão ser atendidas, sob pena de embargo da obra ou serviços de infraestrutura exigidos para o loteamento, sem prejuízo de outras comutações cabíveis.

SUBSEÇÃO III – DOS LOTEAMENTOS

Art. 87 - Os projetos de arruamento poderão ser modificados mediante proposta dos interessados e aprovados pelo Poder executivo.

Art. 88 - Não caberá ao Poder Executivo, a responsabilidade pela diferença de medidas dos lotes ou quadras que o interessado venha encontrar, em relação às medidas dos loteamentos aprovados.

Art. 89 - Os loteamentos e arruamentos não poderão receber denominação igual à utilizada para identificarem outros setores da cidade já existentes. As demarcações das ruas devem obedecer aos padrões adotados pelo Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não poderão ser arruados nem loteados terrenos baixos e alagadiços, sujeitos a inundações, ou que forem a juízo do Poder Executivo julgados impróprios para edificação ou inconvenientes para habitação.

Art. 90 - Os loteamentos para fins industriais e outros capazes de poluir as águas ou a atmosfera, deverão obedecer às normas de controle de poluição ditadas pela SEMAT/Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e com apresentação do RIMA devidamente registrada por profissionais da área.

Art. 91 - Nenhum parcelamento do solo será permitido:

I – Em áreas de preservação ecológica, ou naquela onde a poluição impeça condições suportáveis, até sua correção;

II – Em terrenos situados nas Zonas de Proteção Ambiental, instituídas pela Lei de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 92 - Todo loteamento deverá prever, além das vias e logradouros públicos, áreas específicas para uso público e institucional, necessária aos equipamentos do Município, no ato da aprovação do respectivo loteamento.

§ 1º – Por áreas destinadas ao uso público são incluídos o sistema viário, áreas verdes e equipamentos comunitários e não poderão exceder a 36% (trinta e seis por cento) e não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do loteamento, sendo a área destinada ao equipamento comunitário nunca inferior a 6% (seis por cento) da área dos lotes.

§ 2º – Deverão ser destinados no mínimo 5% (cinco por cento) da área do loteamento para área verde.

Art. 93 - A tramitação dos processos referentes à aprovação de arruamentos e loteamentos será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 94 - O Poder Executivo somente receberá para oportuna entrega ao uso público e respectiva denominação, as vias de comunicações, logradouros que se encontrarem nas condições previstas neste Plano Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO – Enquanto as vias e logradouros públicos não forem aprovados pelo Poder Executivo, ao seu proprietário, será lançado o imposto territorial das respectivas áreas.

Art. 95 - Nos contratos de compromisso de compra e venda de lotes e nas respectivas escrituras definitivas deverá o responsável pelo loteamento, fazer constar, obrigatoriamente, as restrições a que estejam sujeitos pelos dispositivos deste Plano Diretor.

Art. 96 - As informações do presente Plano Diretor darão ensejo à revogação do ato de aprovação, ao embargo administrativo, à demolição da obra, quando for o caso, bem como a aplicação de multas pelo Poder Executivo.

Art. 97 - Não será reconhecida licença para construção, reforma ou demolição em lotes resultantes de loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Executivo.

Art. 98 - Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em terrenos arruados ou loteados sem prévia licença do Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nas desapropriações não se indenizarão as benfeitorias nos loteamentos irregulares, não se considerarão como terrenos loteados ou loteáveis, para fins de indenização, as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas como loteamentos urbanos ou para fins urbanos.

Art. 99 - Nos loteamentos serão obrigatórios os seguintes serviços e obras de infraestrutura urbana:

I – Demarcação das quadras, lotes ou datas, logradouros e vias de circulação, que deverão ser mantidos, em perfeitas condições, até total comercialização dos lotes;

II – Abastecimento de água potável, de acordo com o dimensionamento das normas da ABNT, vazão suficiente para dar atendimento ao loteamento, obedecendo as seguintes medidas;

a) Diâmetro mínimo do poço – 6 polegadas.

b) Profundidade mínima – 80 metros.

c) Rede de distribuição de acordo com as normas da ABNT.

III – A rede de esgoto (fossa séptica/sumidouro) será aprovada pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de acordo com as normas da ABNT;

IV – Rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública de acordo com o tipo do loteamento;

a) Loteamento residencial e comercial Vicinal/Setoriais/Gerais/Específicos e Industrial será exigido posteamento em concreto armado do tipo circular ou duplo “T”, e iluminação pública em todos os postes com capacidade de lumes

não inferior à 125 Watts por postes, em vapor de mercúrio ou sódio em qualquer dos padrões do loteamento acima, os braços não poderão ser inferiores à 2,18m (dois metros e dezoito centímetros) de comprimento e 48,1cm (quarenta e oito centímetros e um milímetro) em diâmetro e parede não inferior à 1,8 cm (um centímetro e oito milímetros), sendo que nas avenidas deverão ser instaladas luminárias fechadas de 400 watts, (vapor de sódio).

V – Arborização dos passeios e dos canteiros das avenidas, com a densidade mínima de uma árvore por lote, de acordo com especificação do Poder Executivo;

VI – Construção de encostas, quando necessário;

VII – Recobrimento vegetal de cortes e taludes do terreno;

VIII - Revestimento primário ou cascalhamento dos leitos carroçáveis das vias de circulação, compatível com o tráfego de veículo, com camada mínima de 0,15m (quinze centímetros) devidamente compactados;

PARÁGRAFO ÚNICO – Os demais serviços e obras de infraestrutura urbana a serem executados em loteamentos serão definidos por decretos do Poder Executivo, obedecendo aos seguintes critérios:

I – Somente serão exigidas galerias de águas pluviais no padrão da cidade, drenagem e pavimentação quando as vias adjacentes ao loteamento forem pavimentadas ou estiverem comprometidas para receberem pavimentação;

II – Quando for determinada a pavimentação será exigido o revestimento primário e, obrigatoriamente, a galeria de águas pluviais e drenagem;

III – Quando necessário às galerias de águas pluviais das redes já existentes, será obrigatória a execução de dissipadores de energia.

Art. 100 - O comprimento das quadras não poderá ser superior a 200m (duzentos metros).

SUBSEÇÃO IV – DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 101 - As vias de circulação poderão terminar nas divisas de gleba a arrear quando seu prolongamento estiver previsto no sistema viário do Município ou quando, a juízo da Secretaria Municipal de Planejamento, tal interessar a este sistema.

PARÁGRAFO ÚNICO – O acesso a qualquer loteamento deverá ser feito por uma via estrutural no mínimo.

Art. 102 - Em áreas excessivamente acidentadas, a rampa máxima poderá atingir 15% (quinze por cento).

Art. 103 - Junto às linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão é obrigatória a reserva de faixa de largura mínima de 15 m (quinze metros) de cada lado para as vias, além da faixa de domínio da Concessionária de Energia Elétrica.

Art. 104 - Junto às rodovias estaduais será obrigatória a reserva de faixa que não poderá ter largura inferior a 25 m (Vinte e cinco metros) de cada lado, a partir do eixo da rodovia.

Art. 105 - As disposições das ruas de qualquer plano de loteamento deverão assegurar a continuidade do traçado do sistema viário implantado pelo Município.

Art. 106 - A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas deste Plano Diretor, e dependerá de aprovação prévia do Poder Executivo consultando o Conselho da Cidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – A largura de uma via que constituir prolongamento de outra já existente do plano aprovado pelo Poder Executivo, não poderá ser inferior à largura desta, ainda que pela função característica possa ser de categoria inferior.

SUBSEÇÃO V – DAS ÁREAS DE USO PÚBLICO

Art. 107 - Todo loteamento deverá prever, além das vias e logradouros públicos, áreas específicas para uso público e institucional, necessárias aos equipamentos do Município, no ato da aprovação do respectivo loteamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não será considerado áreas verdes, as remanescentes de parcelas loteadas e inferiores a 1000 m² (mil metros quadrados).

SUBSEÇÃO VI – DAS OBRAS E SERVIÇOS EXIGIDOS

Art. 108 - Não poderão ser arruados nem loteados terrenos baixos e alagados ou sujeitos a inundações, sem que sejam previamente aterradas ou executadas obras de drenagem, necessárias, para rebaixar o lençol freático, pelo menos 1,20 m (um metro e vinte centímetros) abaixo da superfície do solo.

Art. 109 - São condições necessárias para a aprovação de qualquer arruamento ou loteamento, a execução pelo interessado, sem qualquer ônus para o Poder Executivo, de todas as obras de terraplanagem, pontes e muro de arrimo como outros exigidos por este Plano Diretor.

Art. 110 - Os cursos d'água não poderão ser canalizados ou tubulados sem prévia anuência do órgão ambiental competente.

Art. 111 - Nas vias de circulação dos loteamentos será obrigatória a arborização, segundo especificação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 112 - Em nenhum caso, os arruamentos poderão prejudicar o escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas, e as obras deverão ser executadas, obrigatoriamente, nas vias públicas ou em faixas reservadas para este fim.

Art. 113 - O Poder Executivo poderá exigir em cada arruamento ou loteamento, quando conveniente, a reserva de faixa "*non aedificandi*", na frente ou fundo dos lotes, para redes de água, esgoto e outros equipamentos urbanos.

Art. 114 - O Poder Executivo poderá baixar por Decreto, normas ou especificações adicionais, para execução dos serviços e obras exigidos por Lei.

SEÇÃO II – DOS DESMEMBRAMENTOS

Art. 115 - Em qualquer caso de desmembramento de terrenos, o interessado deverá requerer a aprovação do projeto pelo Poder Executivo, mediante a apresentação da respectiva planta de localização de que faz parte o lote ou lotes a serem desmembrados.

Art. 116 - A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior só poderá ser permitida quando:

I – Os lotes desmembrados tiverem as dimensões mínimas previstas nas zonas específicas a que pertencerem.

Art. 117 - Para aprovação do desmembramento ou remembramento, o interessado apresentará requerimento a Secretaria Municipal de Planejamento, acompanhado dos seguintes documentos.

I – Projeto geométrico do desmembramento ou remembramento, no mínimo em 3 (três) vias por lote ou data;

II – Memorial descritivo dos lotes ou datas, com as devidas confrontações;

III – As certidões e documentos mencionados abaixo:

a) Certidão de inteiro teor expedida pelo Registro de Imóveis, referente ao terreno a ser desmembrado;

b) Certidão negativa de impostos municipais, estaduais e federais, relativos ao imóvel;

c) Certidão negativa de ações reais referente ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;

d) Certidão negativa de ações penais com respeito a crimes contra o patrimônio e contra a administração pública, com referência à loteadora ou loteador;

e) Autorização do IBAMA, INCRA e SEMA/PA conforme Lei nº. 4.778 de 22 de setembro de 1965, quando for o caso;

f) Autorização das autoridades competentes, em caso de loteamento em imóveis especiais;

g) Comprovante de pagamento dos emolumentos, taxas e impostos;

h) Após análise pelos órgãos competentes o Poder Executivo expedirá a Licença para o desmembramento ou remembramento.

i) Todas as solicitações da fiscalização deverão ser atendidas, sob pena de embargo da obra ou serviços de infraestrutura exigida para o loteamento, sem prejuízo de outras comutações cabíveis.

Art. 118 - Aplica-se ao processo de aprovação de projetos de desmembramento e remembramento, ao que couber, o disposto quando da aprovação do projeto de arruamento e loteamento.

CAPÍTULO VIII

DOS PARCELAMENTOS EM CONDOMÍNIOS

Art. 119 - Os interessados na aprovação de condomínios horizontais em imóvel de sua propriedade deverão encaminhar ao Poder Executivo requerimento para tal fim, acompanhado dos seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Ônus do Imóvel, expedido pela circunscrição imobiliária competente;

II – Certidão de Inteiro Teor e ônus do Imóvel, também expedido pela circunscrição imobiliária competente;

Art. 120 - Não será permitido Projeto de Condomínio Horizontal com área superior a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados), exceto na zona rural.

Art. 121 - As áreas de uso comum para circulação deverão ter largura mínima de:

I – 12,00m (doze metros) sendo 9,00 m (nove metros) para o leito carroçável e, 3,00m (três metros) de passeio na lateral oposta, quando as edificações estiverem dispostas em um só lado do corredor de acesso;

II – 15,00 m (quinze metros), sendo 9,00 m (nove metros), para o leito carroçável e, 3,00 m (três metros) de passeio para cada lateral, quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados do corredor de acesso.

Art. 122 - A área de uso comum destinada à recreação será disposta da seguinte forma:

I – De 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados) a 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados) – 10% (dez por cento) da área total;

II – De 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados) a 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados) – 20% (vinte por cento) da área total;

III – De 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados) a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados) – 30% (trinta por cento) da área total;

Art. 123 - A área mínima permitida para os lotes será de 300,00 m² (trezentos metros quadrados) com testada mínima de 10,00 (dez) metros.

Art. 124 - A taxa de ocupação dos lotes dos condomínios será, no máximo, 50% (cinquenta por cento), no andar térreo.

Art. 125 - A dimensão mínima das edificações será de 90,00 m² (noventa metros quadrados).

Art. 126 - O padrão das edificações em alvenaria e/ou outros com materiais constantes terão acabamentos de primeira qualidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os demais requisitos, relacionados às edificações, seguirão o Regulamento das Construções vigente e no que couber, obedecendo ao julgamento da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 127 - Os demais requisitos urbanísticos, para ocupação do solo seguirão o estabelecido neste Plano Diretor.

Art. 128 - Não serão permitidas alterações estabelecidas na licença de aprovação do condomínio.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso os proprietários desejem modificar estes lotes, a licença concedida deverá ser revogada, e precedida de novo processo de aprovação do condomínio.

Art. 129 - No processo da licença de aprovação do condomínio, será respeitado o sistema viário constante da Planta Urbana do Município de Jacareacanga, bem como as suas futuras projeções.

Art. 130 - Quando os acessos às moradias terminarem em um bolsão de retorno, este terá no mínimo 15,00 m (quinze metros) de diâmetro no leito carroçável.

Art. 131 - O terreno no todo ou em parte, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio desde que cada parcela mantenha as dimensões mínimas estabelecidas e definidas em lei, e as moradias isoladamente, estejam de acordo com este Plano Diretor.

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 132 - A infração a qualquer dispositivo deste Plano Diretor acarreta sem prejuízo das medidas de natureza civil prevista na Lei Federal nº. 6.766/79, a aplicação das seguintes sanções:

I – Embargo que determina a paralisação imediata de uma obra de parcelamento, quando constatada desobediência às disposições deste Plano Diretor ou aos projetos aprovados;

II – Interdição, que determina a proibição do uso e da ocupação de parte ou da totalidade da área objeto do parcelamento, quando for constatada irreversibilidade iminente da ocupação, que possa provocar danos ou ameaças ao meio ambiente, à saúde ou à segurança de terceiros;

III – Multa, na forma de penalidade pecuniária, graduáveis de acordo com a gravidade da infração, assegurando o direito de defesa ao loteador que terá o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar;

a – Será aplicada em dobro a multa em caso de reincidência da infração.

b – Deferida à justificativa apresentada pelo infrator, o município arquivará o auto de infração.

IV – Cassação de licença para parcelar.

- a – Será aplicada a simples advertência quando a infração for de pequena gravidade e puder ser corrigida imediatamente.
- b – A aplicação e o pagamento da multa não exige o infrator da imposição de embargo e da interdição, ou da cassação da licença para parcelar.
- c – O embargo ou a interdição serão comunicados aos interessados mediante notificação.

Art. 133 - Os loteadores que tiverem loteamento com o cronograma da execução de infraestrutura urbana, vencido e/ou não executado, não terão aprovação de novos loteamentos e serão multados conforme o Art. 132, inciso III.

TÍTULO II

DO SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES

CAPÍTULO I

DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 134 - O Sistema de Circulação no Município de Jacareacanga compreende a rede viária Estrutural/Especial/Arterial e Local constante do mapa do Sistema Viário Urbano, no que fazem parte integrante deste Plano Diretor (**Prancha xx**).

PARÁGRAFO ÚNICO – As vias constantes da rede de circulação em geral, receberão tratamento urbanístico adequado, de modo a garantir a segurança dos cidadãos e do patrimônio ambiental, paisagístico e arquitetônico da cidade, bem como as diretrizes do uso do solo.

Art. 135 - As vias de circulação ficam denominadas e classificadas em:

- I – VIA ESTRUTURAL – vias pavimentadas compostas de duas faixas de rolamento de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) cada em sentido único possuindo calçadas de 4m (quatro metros) do lado direito e 2m (dois metros) do lado esquerdo pertencente ao canteiro central.
- II – VIA ARTERIAL E/OU EXPRESSA - vias pavimentadas, paralelas à via estrutural, compostas de duas faixas de rolamento de 3,50m (três metros e meio) cada em sentido único possuindo calçadas de 2,50m (dois metros e meio) de ambos os lados.
- III – VIA COLETORA – vias pavimentadas, fazendo ligação de duas vias arteriais e/ou expressas, compostas de duas faixas de rolamento de 3,50m (três metros e meio) cada em sentido único possuindo calçadas de 2,50m (dois metros e meio) de ambos os lados.
- IV – VIA LOCAL – vias pavimentadas, compostas de 02 faixas de rolamento de 3,50m (três metros e meio) cada em sentido duplo possuindo calçadas de 3,0 m (três metros e meio) de ambos os lados.

PARÁGRAFO ÚNICO – Qualquer via adicional ao Sistema Viário implantado, deverá ser apresentada ao órgão municipal competente para apreciação, análise e parecer.

Art. 136 - O Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Planejamento definirá para cada via de circulação, o alinhamento das vias carroçáveis e do passeio lateral exclusivo de pedestre.

Art. 137 - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Planejamento, manterá o cadastro das vias de circulação com sua respectiva denominação.

Art. 138 - As denominações devem ser de Avenida para as vias Especiais e Arteriais e Rua para Via Local.

PARÁGRAFO ÚNICO – As vias de circulação não podem receber o mesmo nome em mais de um logradouro seja rua ou avenida.

Art. 139 - É competência do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Planejamento, manter a sinalização horizontal e vertical bem como placas e números indicativos dos logradouros.

Art. 140 - Será estabelecida, após estudos pela Secretaria Municipal de Planejamento, vias de circulação de carga com rotas estruturais preferenciais para caminhões, interligando as rodovias e o centro da cidade, e ainda definirá após estudos, um sistema de circulação preferencial para pedestres e ciclistas.

Art. 141 - Só será permitida a construção de redutor de velocidade, nas Vias Estruturais, Especiais, Coletoras e Arteriais, e de sonorizadores nas Vias Estruturais e Especiais, com sinalização horizontal e vertical de acordo com as normas do DENATRAN.

§ 1º – Todo redutor de velocidade deverá ser obrigatoriamente sinalizado.

§ 2º – Todos os redutores de velocidade já implantados que não atendem às especificações do “caput” deste artigo, deverão ser removidos.

Art. 142 - Os nomes dados aos logradouros públicos não podem ser substituídos por outros, mesmo que o nome pretendido seja de pessoa que prestou relevante serviço ao desenvolvimento da cidade, bem como os nomes históricos fica terminantemente vedada a sua alteração.

Art. 143 - O transporte de carga no perímetro urbano deverá obedecer às normas constantes neste Plano Diretor e demais resoluções complementares que objetivem o melhor desenvolvimento do tráfego.

CAPÍTULO II

DOS TRANSPORTES COLETIVOS E DE CARGAS

Art. 144 - Os meios de transportes observarão a preservação da vida humana, a segurança e ao conforto dos cidadãos, a defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico da cidade.

Art. 145 - O serviço de transporte coletivo será planejado e executado pelo Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Planejamento, de forma direta ou através de concessão à iniciativa privada.

Art. 146 - Os serviços de transporte coletivo alternativo que operam com ônibus ou outro veículo destinado ao transporte de massa obterão concessão mediante a garantia de segurança dos usuários.

Art. 147 - O Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Planejamento estabelecerá, no prazo máximo de 06(seis) meses a partir da aprovação deste Plano Diretor, as seguintes condições para execução dos serviços de transporte coletivo alternativo, táxi e táxi lotação:

- I – Valor da tarifa;
- II – Tipo e ano do veículo a ser utilizado;
- III – Itinerário;
- IV – Frequência;
- V – Padrões de segurança e manutenção;
- VI – Número mínimo de veículo por frota;
- VII – Normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica;
- VIII – Normas relativas ao conforto e à saúde dos Passageiros e Operadores.

Art. 148 - Os contratos de concessão de serviços de transporte coletivo alternativo, táxi, e táxi lotação serão por prazo determinado e não superior a 05 anos, podendo ser renovado.

Art. 149 - O Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Planejamento se obrigará a estudar e definir um novo lotacionograma de carros táxi e táxi lotação.

Art. 150 - Não será permitido o monopólio na exploração do transporte coletivo alternativo e de táxi no Município de Jacareacanga.

ATÉ AQUI PLANO DIRETOR O RESTO É PODER DE POLICIA

OBS: ESTÁ INCOMPLETO NÃO É NECESSÁRIOS OS INSTRUMENTOS URBANISTICOS ABAIXO:

a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;

b) Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo;

c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;

d) Direito de Preempção.

II - instrumentos indutores do desenvolvimento urbano:

a) Outorga Onerosa do Direito de Construir;

b) Transferência de Potencial Construtivo;

c) Operação Urbana Consorciada;

d) Projetos Urbanos Especiais

TÍTULO III REGULAMENTO DAS CONSTRUÇÕES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 151 - As edificações no solo urbano no Município de Jacareacanga são regulamentadas pelo presente Plano Diretor, observando no que couberem as disposições das Legislações Federal e Estadual, pertinentes à matéria, e os materiais utilizados deverão satisfazer as normas compatíveis com o seu uso na construção, atendendo o que dispõe a ABNT em relação a cada caso.

Art. 152 - Dependem da Licença:

- a) As obras provisórias nos logradouros públicos, tais como tapumes, andaimes e obras acessórias de canteiros de construção;
- b) Os rebaixamentos de guias para acesso de veículos e aberturas para escoamento de águas pluviais;
- c) Abertura de valas em logradouros pavimentados ou não;
- d) Construção de muros e passeios;
- e) Quaisquer obras de construção nos alinhamentos e/ou nivelamentos dos logradouros públicos, abaixo ou acima do nível do passeio;
- f) Quaisquer modificações das mesmas construções, que implicarem em modificação do alinhamento.

Art. 153 - Nenhuma obra de construção reforma ampliação ou demolição poderá ser executada sem a licença expedida pelo Poder Executivo.

Art. 154 - As obras a serem executadas pelas concessionárias de serviços públicos ou de utilidade pública dependem de autorização obtida nos termos dos respectivos contratos.

Art. 155 - Qualquer construção ou edificação deverá obedecer as seguintes normas:

I – Requerimento de licença prévia para construção, contendo:

- a – Planta de situação;
- b – Descrição da atividade e uso do solo;
- c – Dados do imóvel, tais como escrituras, registros e Termo de Averbação;
- d – Cópia dos documentos do proprietário.

II – Requerimento de licença de construção, contendo:

- a – Licença prévia autorizando a construção;
- b – Projeto em cópia heliográfica, xerográfica e CD-ROM com memorial descritivo completo da obra em 03 (três) vias;

c – Anotação de Responsabilidade Técnica de elaboração e execução da obra (ART).

Art. 156 - Todas as vias do projeto e do memorial descritivo deverão trazer as seguintes assinaturas:

- a) Do responsável técnico da obra;
- b) Do proprietário do terreno onde vai ser feita a edificação;
- c) Do engenheiro ou arquiteto autor(es) do(s) projeto(s).

I – Memorial descritivo, em três vias, em que sejam discriminados:

- a) O destino da edificação e suas dimensões em área;
- b) O tipo de estrutura e paredes;
- c) Cobertura, especificações dos materiais a serem utilizados na obra, etc.;
- d) Disposições construtivas básicas.

§ 1º – Edificações com área construída inferior a 70.00 m² (setenta metros quadrados), ficam dispensadas do projeto completo. Apenas serão exigidas 03 (três) vias heliográficas ou CD-ROM de uma única prancha, contendo planta baixa, fachada principal, corte longitudinal e transversal, cobertura, localização, descrição da atividade, uso do solo e orientação.

§ 2º – Será exigida a apresentação de responsabilidade técnica para a edificação, de dois pavimentos, mesmo que a área construída seja menor que 70.00 m² (setenta metros quadrados).

§ 3º – Eventuais alterações em projetos registrados serão consideradas projetos novos para os efeitos deste Plano Diretor.

SEÇÃO II – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 157 - São considerados profissionais legalmente habilitados ao desempenho das atividades específicas de projetar, de construir e de edificar, aqueles que estiverem inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará CREA/PA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará CAU/PA, em suas categorias profissionais, e estiverem inscritos no Registro de Profissionais do Poder Executivo Municipal e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará – CAU/PA.

PARÁGRAFO ÚNICO – A inscrição de profissional habilitado no Registro de Profissionais do Município de Jacareacanga se fará em cadastro próprio e a folha/página destinada exclusivamente a cada um, deverá receber os seguintes lançamentos:

- a) Nome por extenso e abreviatura usual;
- b) Número da Carteira Profissional expedida pela CREA, data de sua expedição e anotação da profissão cujo exercício for autorizado pela mesma carteira;
- c) Identificação do diploma acadêmico, pós-graduado e técnico que o profissional possuir;

- d) Setores de responsabilidade profissionais, conforme especificado no caput deste artigo;
- e) Assinatura individual e rubricas;
- f) Endereço profissional e quitação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) através do carimbo do órgão competente;
- g) Observações.

Art. 158 - Os setores de responsabilidade profissional, para as diferentes categorias profissionais, e segundo a natureza dos encargos, serão aqueles definidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará e de acordo com o que estabelece a Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1.996 (D.O.U de 27/12/1996): “Regula o exercício das profissões de engenheiro civil e engenheiro agrônomo, e dá outras providências”. E leis que regulamentam o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

PARÁGRAFO ÚNICO – O exercício das atividades constantes no Caput poderá ser realizado por firmas ou entidades (pessoa jurídica), devidamente inscritas no órgão estadual competente, com capacidade para cumpri-las.

Art. 159 - Somente os profissionais registrados poderão assinar os projetos, os cálculos, as planilhas e os memoriais, ou assumir responsabilidade pela execução das obras.

PARÁGRAFO ÚNICO – Constitui falta grave, passível de anotação no cadastro de profissionais da Prefeitura Municipal de Jacareacanga, a assunção fictícia de responsabilidade de execução.

Art. 160 - São consideradas firmas ou entidades habilitadas ao desempenho das atividades específicas de construir e edificar, aquelas que, além de satisfazerem as disposições da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1.996, estiverem escritas no Registro de Firmas do Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A inscrição de uma firma ou entidade habilitada se fará em cadastro próprio, e a folha/página, destinada exclusivamente a cada firma, deverá receber os seguintes lançamentos:

- a) Qualificação completa das pessoas que compõe sua diretoria e/ou com responsabilidade técnica;
- b) Prova do cumprimento do artigo 5º da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1.966 (D.º de 27/12/1.966).

Art. 161 - Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais e:

- a) Qualificação completa de seus profissionais legalmente habilitados;
- b) Assinaturas e rubricas de cada profissional;
- c) Quitação anual dos impostos relativos ao licenciamento das atividades específicas de construir e edificar;
- d) Observações

Art. 162 - Enquanto durarem as obras, o responsável técnico é obrigado a manter nas mesmas uma placa nas dimensões mínimas de 1,00m x 0,50m (um metro por cinquenta centímetro), indicando:

I – O nome do autor do projeto, sua categoria, seu título profissional, e o número da respectiva carteira profissional (CREA);

II – O nome do responsável pela execução da obra, caso seja outro que não o autor do projeto, seu título profissional e número da respectiva carteira profissional (CREA/CAU);

III – Nome da firma, empresa ou sociedade construtora, se houver, com CNPJ.

IV – Nome do proprietário

V- Tipo de uso (comercial/outros)

Art. 163 - Os responsáveis técnicos respondem pela fiel execução dos projetos, até a sua conclusão, assim como por todas as ocorrências, pelo risco ou prejuízo aos prédios vizinhos, aos operários e a terceiros, por falta de precaução, por imperícia e pela inobservância de qualquer disposição deste Plano Diretor.

§ 1º – Se, por qualquer razão, for substituído o responsável técnico de uma construção, o fato deverá ser comunicado a Secretaria Municipal de Planejamento do Município de Jacareacanga, com a descrição da obra até o ponto onde termina a responsabilidade do técnico substituído, caso contrário à responsabilidade continuará recaindo, para todos os efeitos legais, no mesmo técnico que iniciou a obra.

§ 2º – Obrigatoriedade de substituição do responsável quando na falta do anterior.

Art. 164 - Ficam dispensadas da responsabilidade técnica, as construções que não necessitarem de conhecimentos especiais para sua execução, com área igual ou inferior a 70,00m² (setenta metros quadrados) na zona urbana e urbanizadas, e em madeira.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Planejamento poderá exigir responsabilidade técnica das construções enquadradas no presente artigo, quando, pelas características do projeto, a mesma for julgada necessária.

§ 2º – O Poder Executivo poderá fornecer projetos padronizados de construções populares, com área no máximo de 70,00 m² para lotes de habitação de interesse social inferiores a 300,00 m², às pessoas que não possuem habitações próprias e que requeiram para sua moradia.

Art. 165 - Para desmembramento ou remembramento de lotes urbanos a Secretaria Municipal de Planejamento, aprovará quando tiver a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de um profissional devidamente inscrito no cadastro de profissionais.

SEÇÃO III – DA ANÁLISE E REGISTRO DE PROJETOS

Art. 166 - De acordo com a finalidade ou razão da obra, os respectivos requerimentos serão apresentados com obediência às normas estabelecidas neste Plano Diretor.

§ 1º – Sempre que julgue necessário, poderá a Secretaria Municipal de Planejamento, indagar do destino das obras, no todo, ou em parte, recusando a aceitação das que forem julgadas inadequadas ou inconvenientes, no que se refere à segurança, higiene, conservação ambiental ou modalidades de utilização, desde que justifique por escrito.

§ 2º – Os Alvarás de alinhamento e nivelamento, bem como o de construção, prescrevem no prazo de 1 (um) ano, a contar de sua expedição e os relativos a obras provisórias, no prazo declarado.

Art. 167 - As pranchas terão as dimensões mínimas padrão A3, que deverão ser apresentadas em cópias legíveis numeradas, dobradas e dentro de pasta com elástico com CD Room, constando na capa nome da obra, do proprietário, do responsável técnico devidamente habilitado, constando ainda, os seguintes elementos:

- I – Planta Baixa – De cada pavimento que comportar a construção, determinando o destino de cada espaço físico devidamente “cotadas”. A planta baixa deverá, ainda, conter legenda com todas as especificações de material de revestimento adotadas na construção;
- II – Elevação ou Fachada(s) – Principal e secundária, sendo 01 (uma) obrigatória voltada para o logradouro público;
- III – Cortes – Transversal e Longitudinal da construção, devidamente cotados na vertical;
- IV – Planta de Cobertura – Com indicação dos caimentos d’água, localização de calhas, rufos, dômus, etc. quando os mesmos existirem;
- V – Planta de Situação/Locação – Indicação da construção em relação às divisas devidamente cotadas, e sua orientação solar, assim como sua amarração na quadra de acordo com a esquina mais próxima;
- VI – Projeto Hidro-sanitário e Elétrico Completo para construções que tenham áreas construídas igual ou maior a 70,00m² (setenta metros quadrados).
- VII – Projeto Cálculo Estrutural – Completo para construções que tenham área construída Superior a 500,00 m², ou ainda para qualquer área construída desde que tenha 02 (dois) pavimentos ou mais.
- VIII – Projeto de instalação de combate a incêndio.
- IX – Detalhes necessários em escala apropriada;
- X – Projeto de rede lógica detalhada, quando necessário.

Art. 168 - As especificações dos materiais a serem empregados em obras e o modo de seu emprego, são as estabelecidas pelas Normas Técnicas Brasileiras da ABNT.

Art. 169 - Para as construções residenciais o coeficiente ou taxa de ocupação não poderá exceder o constante na **tabela II**.

Art. 170 - Para as construções comerciais e industriais a taxa de ocupação deverá ser a constante na **tabela II**.

Art. 171 - Nas edificações em geral o coeficiente de aproveitamento do lote deverá obedecer às normas previstas para as Zonas em que se localizarem, constantes na **tabela II**.

Art. 172 - As escalas serão:

- I - De 1:500 ou 1:250 para as plantas de situação;
- II - De 1:100, 1:75 ou 1:50 para plantas baixas e de coberturas;
- III - De 1:100, 1:75 ou 1:50 para as fachadas;
- IV - De 1:100, 1:75 ou 1:50 para os cortes;
- V - De 1:25 ou 1:20 para os detalhes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo necessidade deverá inserir escala gráfica nas plantas baixas, e esta não dispensará a indicação de cotas.

Art. 173 - No caso de reforma e/ou ampliação, deverá seguir-se a seguinte convenção, com relação às cores dos detalhes no projeto:

- I - Detalhes na cor preta – para partes existentes e sua alteração;
- II - Detalhes na cor amarela – para as partes a serem demolidas;
- III - Detalhes na cor vermelha – para as partes novas e a serem ampliadas.

Art. 174 - Dos 03 (três) jogos completos de todos os projetos exigidos, acompanhados de CD ROM e juntamente com a licença de construção, um permanecerá na obra para ser apresentado quando da solicitação de um fiscal do Poder Executivo, o segundo jogo completo será arquivado na Secretaria Municipal de Planejamento, e o terceiro jogo destina-se ao proprietário.

Art. 175 - Serão os requerimentos indeferidos quando os projetos apresentarem incorreções insanáveis.

§ 1º – No caso de apresentarem os projetos pequenas inexatidões, ou equívocos sanáveis, será feito um comunicado para que o interessado faça as alterações ou correções, não sendo admitidas indicações à tinta ou rasuras.

§ 2º – O prazo para as correções é de até 30 (trinta) dias contados a partir do dia de entrega do comunicado. Não sendo apresentados no prazo fixado serão os requerimentos indeferidos.

Art. 176 - A Secretaria Municipal de Planejamento emitirá despacho nos requerimentos no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

§ 1º – O prazo de retirada da licença para edificação é de 60 (sessenta) dias, findo do qual o processo será arquivado.

§ 2º – Somente serão aprovados os projetos que satisfizerem ao presente regulamento e o proprietário não se achar em débito com a Fazenda Municipal.

SEÇÃO IV – DA EXECUÇÃO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO

SUBSEÇÃO I – DO HABITE-SE

Art. 177 - Registrado e analisado o projeto, e expedido a licença de construção, a execução da obra deverá verificar-se no prazo de 01 (um) ano, viável ainda a revalidação deste prazo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todo empreendimento com projeto aprovado só será considerado iniciado, para efeito desta Lei, quando estiver com a fundação concluída. Os projetos, mesmo aprovados sem que as obras estiverem iniciadas, deverá adequar a legislação que estiver em vigor.

Art. 178 - Uma obra só será considerada concluída, após a confirmação da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 179 - Nas vias públicas pavimentadas e providas de Guia somente será concedido o habite-se, quando executada urbanização/pavimentação da calçada (trecho compreendido entre a guia e o alinhamento da testada do lote), conforme sua padronização.

Art. 180 - Os imóveis receberão habite-se, somente se estiverem ligados à fossa séptica e sumidouro para todas as águas servidas.

Art. 181 - Poderá ser concedido habite-se parcial para construção em andamento, desde que as partes concluídas preencham as seguintes condições:

- a) Possam ser utilizadas independentemente da parte a concluir;
- b) Não haja perigo para os ocupantes da parte concluída;
- c) Satisfaçam o mínimo do presente Regulamento, quanto às partes essenciais da construção, tendo em vista o destino da edificação.

Art. 182 - A Secretaria Municipal de Planejamento realizará a vistoria, e caso as obras estejam de acordo com o projeto, o mesmo fornecerá ao proprietário o habite-se no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º – Se no prazo máximo definido neste artigo não for despachado o requerimento, as obras serão consideradas aceitas.

§ 2º – Uma vez, fornecido o habite-se, a obra é considerada aceita pela Secretaria Municipal competente.

§ 3º – A obra em desacordo com o presente Plano Diretor deverá ser modificada, se necessário, para torná-la adequada e possibilitar a expedição do habite-se.

Art. 183 - As edificações que forem licenciadas e construídas na vigência deste Plano Diretor, e que forem ocupadas sem o respectivo habite-se, poderão sujeitar-se à incidência de multa conforme estipulado na **Tabela III**.

SUBSEÇÃO II – DA NUMERAÇÃO / RENUMERAÇÃO DOS PRÉDIOS

Art. 184 - Todos os prédios existentes e que vierem a ser construídos ou reconstruídos no Município, serão obrigatoriamente numerados de acordo com as disposições do presente Plano Diretor.

Art. 185 - É obrigatória a colocação de placas de numeração, em lugar visível, no muro do alinhamento ou na fachada da edificação.

Art. 186 - O número dos prédios e das respectivas habitações será designado por ocasião do processamento da licença para a construção e assinalado na planta de cada pavimento, e a respectiva placa será entregue juntamente com o Habite-se.

Art. 187 - Os terrenos localizados em novos logradouros que ainda não tenham sido oficialmente numerados serão distribuídos os números que correspondem à distância em metros entre o início do logradouro e o centro da respectiva testada, com aproximação máxima de 1,00m (um metro).

Art. 188 - Para os imóveis situados à direita de quem percorre o logradouro, no sentido norte/sul, serão distribuídos os números pares, para os imóveis do lado esquerdo, os números ímpares e para os imóveis situados a direita de quem percorre o logradouro no sentido leste/oeste, serão distribuídos os números pares, e para os imóveis da esquerda os números ímpares,

Art. 189 - Quando em um mesmo edifício houver mais de uma habitação independente ou salas, ou quando em um mesmo terreno houver mais de uma casa destinada à ocupação independente, cada um destes elementos deverá receber número próprio, sempre referente ao número de entrada pelo logradouro público.

Art. 190 - Quando o prédio ou o terreno, além de sua entrada principal, tiver acesso por mais de um logradouro, o proprietário, mediante requerimento, poderá obter a designação da numeração suplementar relativa à posição do imóvel em cada um destes logradouros.

Art. 191 - É proibida a colocação de placas de numeração indicando números que não tenham sido oficialmente distribuídos pelo Poder Executivo, contendo qualquer alteração da numeração oficial.

Art. 192 - A Secretaria Municipal de Planejamento intimará os proprietários dos imóveis encontrados sem placas, para regularização da situação, sob as penas deste Plano Diretor.

SUBSEÇÃO III – DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Art. 193 - Não poderão ser aprovados projetos, nem permitida à construção em terrenos baixos e alagadiços, sujeitos à inundação, sem que sejam previamente executadas as obras de infraestrutura necessárias.

Art. 194 - As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações das Normas da ABNT.

PARÁGRAFO ÚNICO – As fundações não poderão invadir ou ultrapassar as divisas do lote.

Art. 195 - As paredes externas de uma edificação serão sempre revestidas de material impermeável.

Art. 196 - As espessuras mínimas das paredes serão definidas em função de especificação do autor do projeto, desde que não prejudique o bem estar do espaço físico criado, mantendo o conforto térmico e ambientalização funcional para o usuário.

PARÁGRAFO ÚNICO – As paredes, pisos e contrapisos, devem ser executados dentro das especificações e Normas Técnicas definidas pela ABNT.

Art. 197 - É livre a composição de fachadas excetuando-se as localizadas em Zonas Históricas ou tombadas pelo Patrimônio da União, do Estado ou do Município, devendo nestas Zonas serem ouvidas as autoridades que regulamentam a matéria a respeito.

Art. 198 - As coberturas das edificações serão construídas com materiais que permitam:

- I - Perfeita Impermeabilização;
- II - Isolamento Térmico.

Art. 199 - As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro do limite do lote, não sendo permitindo o escoamento sobre os lotes vizinhos ou logradouros públicos.

SUBSEÇÃO IV – DOS PÉS DIREITO

Art. 200 - Na ordem de importância:

- I - Pé direito será considerado a medida entre o piso e a face superior da laje, quando houver laje;
- II - Pé direito será considerado a medida entre o piso e altura menor da cobertura quando não houver laje.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não será considerado pé direito a medida entre o piso e os forros falsos.

Art. 201 - Nas edificações residenciais e comerciais o pé direito mínimo é de h=3,00m (três metros).

§ 1º – Nos espaços físicos criados tais como: dormitório, sala, escritório, consultório, copa, cozinha, etc., são permitidos o rebaixamento com forro falso até a altura mínima de h = 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) do piso ao forro.

§ 2º – Nos espaços físicos criados tais como: banheiro, corredores, despensa, ou pequeno depósito, etc., é permitido rebaixamento com forro falso até a altura de h = 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do piso ao forro.

§ 3º – Nas edificações de uso comercial tais como: comércio varejista diário, comércio varejista diversificado, comércio varejista ocasional e comércio varejista de materiais perigosos, o pé direito terá altura mínima de h = 4,00m (quatro metros) com a área construída não superior a 100 m² (cem metros quadrados).

§ 4º – Nas edificações de uso comercial tais como comércio: varejista diversificado especial, atacadista, de materiais perigosos, de material de grande porte, de depósito para

materiais até 1.000,00 m² (mil metros quadrados), o pé direito terá altura mínima de h = 5.00m (cinco metros).

§ 5º – Nos prédios destinados a uso coletivo tais como: cinema, auditório, biblioteca pública, etc., o pé direito terá altura mínima de h = 5.00m (cinco metros).

§ 6º – Nas edificações com porões apenas transitáveis e nas edificações com porões de permanência noturna, o pé direito terá uma altura mínima de h=3.00m (três metros).

SUBSEÇÃO V – DAS ÁREAS DE INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DIRETA

Art. 202 - São consideradas áreas internas de iluminação e ventilação, aquelas que estão situadas dentro das divisas do lote ou encostadas a esta, e deverão satisfazer ao seguinte:

I - Ter área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados);

II - Permitir em cada pavimento considerado, um círculo cujos diâmetros, sejam:

a – Para edifícios de 1 pavimento —————→ 2,00 m

b – Para edifícios de 2 pavimentos —————→ 2,50 m

c – Para edifícios de 3 pavimentos —————→ 3,00 m

d – Para edifícios de 4 pavimentos —————→ 3,50 m

e – Para edifícios de 5 pavimentos —————→ 4,00 m

PARÁGRAFO ÚNICO – As dimensões mínimas da tabela deste artigo são válidas para alturas de compartimentos de até 3:00m (três metros). Quando essas alturas forem superiores a 3:00m (três metros), para cada metro de acréscimo na altura do compartimento ou fração desta, as dimensões mínimas ali estabelecidas serão aumentadas em 10% (dez por cento).

Art. 203 - Todos os compartimentos, seja qual for o seu destino, devem ter abertura em plano vertical diretamente voltado para a via pública ou para área interna.

§ 1º – Não se aplica a disposição acima, à peças destinadas a corredores ou caixas de escadas nos edifícios multi-familiares ou comerciais de construção vertical.

§ 2º – Os compartimentos destinados a dormitórios deverão ser providos de janelas.

§ 3º – As disposições destas normas podem sofrer alterações em compartimentos de edifícios especiais, como galerias de pintura, ginásios, salas de reunião, bancos, estabelecimentos industriais e comerciais, nos quais serão exigidas iluminação e ventilação conforme a destinação de cada um.

Art. 204 - A soma das áreas dos vãos de iluminação e ventilação de um compartimento terá seus valores mínimos expressos em função da área desses compartimentos, segundo a tabela:

I - Salas, quartos e escritórios – 1/8 da área do piso;

II - Cozinhas, banheiros e lavatórios – 1/9 da área do piso;

III – Demais cômodos – 1/10 da área do piso.

SUBSEÇÃO VI – DA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO INDIRETA E ARTIFICIAL

Art. 205 - Nos casos expressamente necessários e como opção viável, poderão ser dispensadas, a juízo da Secretaria Municipal de Planejamento aberturas para o exterior, desde que fiquem assegurados para os compartimentos, iluminados por eletricidade, a perfeita renovação de ar por meio de chaminés, dutos ou ventilação artificial, condicionado ou não.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se em qualquer tempo, for verificada a ineficiência do sistema, poderá a Secretaria Municipal de Planejamento exigir providências, com instalação de dispositivos que promovam a adequada ventilação do ambiente.

Art. 206 - A licença para ventilação artificial, por meio de dutos e chaminés, fica sujeita à apresentação prévia do projeto e será concedida a juízo da Secretaria Municipal de Planejamento.

SUBSEÇÃO VII – DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

Art. 207 - Todos os prédios construídos, reconstruídos, ampliados ou reformados dentro do perímetro urbano do Município, deverão obedecer aos afastamentos mínimos, em relação à via pública, fixados neste Plano Diretor, e aos recuos obrigatórios destinados à ampliação e adequação das vias públicas de circulação, e aos gabaritos estabelecidos no artigo de que trata a **Tabela II**.

§ 1º – As únicas reformas que não obrigam o recuo, são as seguintes:

I - Pintura e/ou reboque da fachada;

II - Pintura e/ou reboque dos muros e cobertura, nos mesmos tipos de materiais;

III - Reconstrução do piso, desde que não haja aumento da área;

IV - Reparos menores da cobertura, para permitir sua impermeabilização;

V - Troca de esquadrias e muros.

Art. 208 - Nas edificações será permitido o balanço acima do pavimento anterior, desde que obedeça ao afastamento exigido na tabela de zoneamento e que não ultrapasse 2,00m (dois metros) de balanço.

Art. 209 - Somente será permitida a construção de prédios comerciais e industriais, em áreas previamente determinados pela Secretaria Municipal de Planejamento, desde que obedeçam às normas contidas no Regulamento das Construções (Código de Obras e Edificações).

Art. 210 - Como altura das edificações será considerada a medida vertical do nível do passeio até o ponto mais elevado da edificação, que deverá estar de acordo com a legislação sobre proteção de campos de pouso, conforme a Portaria Nº 1.141/GMS de 08/12/87.

Art. 211 - O terreno circundante às edificações será preparado de modo que permita franco escoamento das águas pluviais para a rede pública, através de captação e tubulação.

PARÁGRAFO ÚNICO - As edificações já construídas e não inclusas neste Plano Diretor e que estão situadas no alinhamento, deverão ter calhas e condutores e as águas serão canalizadas por baixo do passeio até a rede pública.

SUBSEÇÃO VIII – DAS OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS

Art. 212 - O Poder Executivo poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimos sempre que o nível do terreno diferir da via pública.

Art. 213 - A construção e a conservação dos passeios serão feitas pelo proprietário de acordo com as especificações determinadas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

§1º – Para a entrada de veículos no interior do lote, deve ser rebaixado à guia e rampeado o passeio. Quando a abertura do rampeamento for superior a 30 cm (trinta centímetros) deverá ser apreciado pela Secretaria Municipal de Planejamento.

§2º - Não serão permitidos rampas ou outros que obstruam o escoamento da água para a sarjeta.

SUBSEÇÃO IX – DA FISCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DE MADEIRAS

Art. 214 - As edificações de madeira e as mistas seguirão as seguintes restrições:

- a) O número máximo de pavimentos será de 2 (dois) e a altura máxima de edificação será de 8,00m (oito metros);
- b) O alicerce deverá ser sobre o baldrame de alvenaria;
- c) As construções de madeira ficarão afastadas de qualquer ponto das divisas dos lotes, em 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no mínimo, exceto a testadas dos lotes, e em 5,00m (cinco metros), no mínimo, de qualquer outra edificação de madeira no mesmo lote;
- d) Obedecer, o recuo e requisitos para a aprovação de projeto, do presente Plano Diretor.
- e) As paredes externas das construções mistas obrigatoriamente deverão ser de alvenaria.

SUBSEÇÃO X – DOS TAPUMES E ANDAIMES

Art. 215 - Toda e qualquer edificação a ser construída ou demolida, situada no alinhamento predial, será obrigatoriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de quem transita externamente pelo local,

PARÁGRAFO ÚNICO – Este dispositivo não é aplicável aos muros e grades de até 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de altura.

Art. 216 - Os tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que 2/3 (dois terços) do passeio, deixando 1/3 (um terço) inteiramente livre e desimpedido para os transeuntes.

Art. 217 - Os tapumes e andaimes para construção de edifícios de mais de um andar deverão ser protegidos, verticalmente e externamente, por telas de arame ou proteção similar, de maneira a evitar as quedas de ferramentas ou materiais nos logradouros, e/ou prédios vizinhos.

Art. 218 - Em caso algum os tapumes e andaimes poderão prejudicar a iluminação pública, a visibilidade de placas de nomenclatura de ruas, e de dísticos/ letreiros ou aparelhos da sinalização de trânsito, assim como o funcionamento de equipamentos ou instalações de quaisquer serviços de utilidade pública.

Art. 219 - Os serviços de escavação deverão ser feitos sem afetar a estabilidade dos edifícios vizinhos e/ou logradouro público.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando a escavação oferecer perigo para o público e para os vizinhos, ou exigir medidas de proteção para as construções vizinhas e/ou ao logradouro público, somente poderá ser executada com projetos elaborados por profissional legalmente habilitado.

Art. 220 - A Secretaria Municipal de Planejamento fiscalizará as obras no município, a fim de que as mesmas sejam executadas dentro das disposições deste Plano Diretor e de acordo com os projetos aprovados.

Art. 221 - Os fiscais do Poder executivo terão ingresso a todas as obras, mediante a apresentação de prova de identidade e independente de qualquer outra formalidade ou espera.

Art. 222 - Verificada qualquer irregularidade na execução do projeto aprovado, a Secretaria Municipal de Planejamento notificará os responsáveis legais, para que procedam à regularização, ficando as obras suspensas ou paralisadas até que sejam cumpridas as exigências impostas pela notificação fiscal.

§ 1º – Enquanto a obra não for regularizada, só será permitido executar trabalho que seja necessário para o estabelecimento da disposição legal violada.

§ 2º – Verificado o prosseguimento da obra com desrespeito à notificação, serão aplicadas multas conforme disposto na **Tabela III**, ao proprietário e ao construtor, e o embargo da obra.

Art. 223 - Será embargada qualquer obra, independente da Licença de Construção, cuja execução não seja precedida de aprovação pela Secretaria Municipal de Planejamento, e simultaneamente será imposta multa conforme disposto **Tabela III**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O efeito do embargo somente cessará pela regularização das pendências apontadas na obra e pagamento da multa imposta, cabendo ao responsável legal o direito de recorrer desta, conforme os ditames da lei.

Art. 224 - No auto do embargo constará:

- a) Nome, residência e profissão do infrator;
- b) Local da infração;
- c) Valor da multa imposta;
- d) Data, horas e minutos;
- e) Assinatura da autoridade fiscal;
- f) Assinatura de duas testemunhas, quando for possível;
- g) Assinatura do autuado ou declaração de recusa
- h) Descrição da Infração
- i) Prazo para defesa.

Art. 225 - Não sendo o embargo obedecido, no prazo determinado, será o processo devidamente instruído e remetido à Procuradoria Jurídica Municipal para providências cabíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pelo desrespeito ao embargo será aplicada multa conforme disposto na **Tabela III**.

Art. 226 - A Procuradoria Jurídica Municipal promoverá a ação ou medida cabível dentro dos prazos legais tanto para os casos de a obra apresentar risco para a população e, para os demais casos.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Procuradoria Jurídica Municipal dará conhecimento da ação judicial a Secretaria Municipal de Planejamento, comunicando imediatamente qualquer irregularidade notada com respeito ao embargo judicial.

Art. 227 - Qualquer construção que ameace ruína iminente, no todo ou em parte, será demolida ou reparada pelo proprietário.

§ 1º – Verificada pela Secretaria Municipal de Planejamento, a ameaça de ruína, será o proprietário notificado a fazer a demolição ou os reparos considerados necessários, no prazo determinado pela fiscalização.

§ 2º – Não sendo atendida a notificação, será o proprietário multado e a obra lacrada até decisão administrativa e/ ou judicial cabível visando à regularização do imóvel.

Art. 228 - Quanto às construções existentes que contrariem a lei de zoneamento previsto neste Plano Diretor será reformada com o mesmo material, ou assemelhado, não sendo permitido o aumento de área construída.

Art. 229 - Os andaimes das construções ou reformas não poderão danificar as árvores, sendo obrigatória sua retirada logo após a conclusão da obra.

Art. 230 - Os coretos e palanques não poderão danificar a arborização urbana.

PARÁGRAFO ÚNICO - Toda edificação, passagem ou arruamento que implique no prejuízo da arborização urbana deverá ter a aprovação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SEÇÃO V – DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Art. 231 - A área mínima por vaga será de 12,00 m² (doze metros quadrados) com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para garagens cobertas.

Art. 232 - Será permitido que as vagas de veículos, exigidas para as edificações, ocupem as áreas liberadas pelo afastamento.

Art. 233 - As áreas de estacionamento para edificações que por ventura não estejam previstas neste Plano Diretor, serão estabelecidas para análise da Secretaria Municipal de Planejamento.

SEÇÃO VI – DAS CIRCULAÇÕES

Art. 234 - As circulações em um mesmo nível de utilização, privativo em uma unidade residencial ou comercial, precisa de uma largura mínima de 1,00m (um metro) para uma distância linear máxima de 3,00m (três metros) e haverá um acréscimo de 10 cm (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração de excesso.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando tiverem mais de 10,00 m de comprimento, deverão receber iluminação e ventilação direta.

Art. 235 - As circulações em um mesmo nível de utilização coletiva terão as seguintes dimensões para:

I – Uso residencial – Largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para extensão máxima de até 10,00 m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,10 m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração do excesso.

II – Uso comercial – Largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,15 m (quinze centímetros) na largura para cada metro ou fração do excesso.

Art. 236 - As escadas deverão obedecer as seguintes normas estabelecidas:

I – As escadas para uso coletivo terão largura mínima livre de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), e deverão ser construídos de material não inflamável.

II – Deverá, sempre que o número de degraus consecutivos for superior a 16 (dezesesseis), intercalar um patamar com a extensão mínima de 1.00 m (um metro), e com a mesma largura dos degraus.

Art. 237 - O dimensionamento dos degraus obedecerá aos seguintes parâmetros:

a – Altura máxima de 18 cm (Dezoito centímetros).

b – Profundidade mínima de 25 cm (Vinte e cinco centímetros).

Art. 238 - As edificações com mais de 05 pavimentos, inclusive, terão a obrigatoriedade de instalação de elevadores.

Art. 239 - Com a instalação de elevadores não é dispensável a caixaria de escadas.

Art. 240 - As caixas dos elevadores serão dispostas em recintos com iluminação própria para suas áreas ou reentrâncias.

Art. 241 - As escadas ou rampas, para pedestres, deverão ser dimensionadas do mesmo modo que os corredores, quanto à largura:

- a) Para uso no interior de residências: 1.00 m (um metro);
- b) Para uso coletivo: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- c) Para hospitais: 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);
- d) Para acesso a locais de reuniões de público, com lotação para até 150 pessoas, 2.50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- e) Para acesso a locais de reuniões acima de 150 pessoas: acréscimo de 0.15 m (quinze centímetros) por grupo de 100 (cem) pessoas, não podendo haver estrangulamento em toda extensão dos corredores.

Art. 242 - As rampas de ligação entre dois pavimentos, para pedestres, deverão ter revestimento de material liso, impermeável e permanente até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima do piso da rampa.

Art. 243 - As escadas de serviço para depósitos e armazéns poderão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) e todas as vezes que o número de degraus excederem a 15 (quinze) deverá haver um patamar intermediário de comprimento igual à largura da escada.

Art. 244 - As edificações, com mais de 04 (quatro) pavimentos, deverão ter a caixa de escada fechada com porta construída em material incombustível, conforme projeto de prevenção e combate a incêndio aprovado.

Art. 245 - Nas edificações com mais de 02 (dois) pavimentos é obrigatória à abertura para ventilação e iluminação da escada, de no mínimo 60 cm² (sessenta centímetros quadrados).

Art. 246 - A parede fronteira à porta dos elevadores deverá estar dela afastada 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), no mínimo.

Art. 247 - Os elevadores tanto em seus carros, como sua aparelhagem de movimentação e segurança, em sua instalação, deverão estar de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 248 - Ficarão sujeitas às disposições desta seção, no que couber, os montas cargas.

Art. 249 - As rampas para uso coletivo não poderão ter largura inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), e a sua inclinação atenderá, no mínimo, a relação 1/8 da altura para comprimento.

Art. 250 - Os vãos de acesso obedecerão, no mínimo, o seguinte:

- I – Dormitórios, salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais, 0,80 m (oitenta centímetros).
- II – Lojas – 1,20m (um metro e vinte centímetros).
- III - Cozinhas e copas, 0,80 m (oitenta centímetros).

IV – Banheiros e lavatórios – 0,60 m (sessenta centímetros).

Art. 251 - Nas edificações de altura superior a 10,00 m (dez metros), e/ou com área superior 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), devem ser previstos acesso para veículos de combate a incêndio, até o corpo principal da edificação.

Art. 252 - Nas edificações com acesso para portadores de deficiências, os vãos de abertura para os cômodos serão:

I – Dormitórios, salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais, 1,20m(um metro e vinte centímetros);

II – Lojas – 1,50m(um metro e cinquenta centímetros);

III – Cozinhas e copas – 1,20m(um metro e vinte centímetros);

IV – Banheiros e lavatórios – 1,00m(um metro).

SEÇÃO VII – DAS MARQUISES

Art. 253 - A construção de marquises, na fachada das edificações, obedecerá as seguintes condições:

I - Serão sempre em balanço;

II - Ter a altura máxima 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - Permitir o escoamento das águas pluviais coletadas, exclusivamente para dentro dos limites dos lotes.

SEÇÃO VIII – DAS OBRAS E SERVIÇOS NOS PASSEIOS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 254 - Todos os responsáveis por obras ou serviços nos passeios, vias e logradouros públicos, quem sejam entidades contratantes ou agentes executores são obrigados a proteger as áreas de atuação mediante a retenção dos materiais de construção dos resíduos escavados e outros de qualquer natureza, estocando-os convenientemente sem apresentar transbordamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os materiais e resíduos que trata o artigo serão acondicionados em recipientes apropriados ou contidos por tapumes, devendo os materiais não utilizáveis ser retirados para locais adequados.

Art. 255 - O Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana poderá exigir dos construtores de qualquer espécie de obras ou serviços em logradouros públicos, à adequação da atividade quando julgar necessário, visando à segurança e o sossego público.

Art. 256 - Qualquer serviço ou obra que promova modificações nos logradouros públicos tanto por pessoa física ou jurídica deverá possuir autorização da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 257 - Após a execução de qualquer serviço nos logradouros públicos, os responsáveis deverão promover a recomposição e remoção dos materiais não utilizados sobre a fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os danos promovidos aos logradouros públicos deverão ser reparados por conta do construtor do devido desajuste.

Art. 258 - Após a conclusão das obras, o executante deverá deixar o local com a cobertura idêntica as das áreas adjacentes.

Art. 259 - Quando constatada a inobservância do artigo anterior, o responsável será notificado para executar o serviço com prazo estipulado.

Art. 260 - A Secretaria Municipal de Planejamento poderá executar os serviços mencionados no artigo 256, estipulando o valor que será lançado na dívida ativa da empresa ou pessoa física responsável.

SEÇÃO IX – DAS OBRAS PARALIZADAS E DAS EDIFICAÇÕES EM RUÍNAS OU EM RISCOS DE DESABAMENTO

Art. 261 - A paralisação de obras por mais de 3 (três) meses, implica no fechamento do lote no alinhamento, pelo proprietário, com muro dotado de portão de acesso.

PARÁGRAFO ÚNICO – O tapume será retirado, a calçada desimpedida e reconstituído.

Art. 262 - Nas obras paralisadas e nas edificações em ruína ou em risco de desabamento, será feito pela Secretaria Municipal de Planejamento, vistoria e laudo no local, a fim de verificar as condições de segurança da edificação.

Art. 263 - Constatado em vistoria e laudo o risco de segurança, o proprietário ou seu preposto será intimado a providenciar as medidas devidas, dentro dos prazos que lhe forem fixados.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não obediência desse artigo, dentro do prazo fixado, o proprietário ou seu preposto está sujeito às sanções cabíveis.

CAPÍTULO II DAS HABITAÇÕES

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 264 - A habitação mínima é composta de uma sala, um dormitório, de um compartimento de instalação sanitária e cozinha.

Art. 265 - As salas terão áreas mínimas de 9,00 m² (nove metros quadrados).

Art. 266 - Os dormitórios deverão ter área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados) e, havendo mais de um, a área mínima será de 9,00 m² (nove metros quadrados) para cada dormitório.

Art. 267 - As cozinhas terão área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) com dimensão nunca inferior a 1,60 (um metro e sessenta centímetros).

§ 1º – Se as copas estiverem unidas às cozinhas, por meio de vão sem fechamento, a área mínima dos dois compartimentos em conjunto poderá ser de 8,00 m² (oito metros quadrados).

§ 2º – As cozinhas deverão ter o máximo de iluminação e ventilação natural.

Art. 268 - A área mínima das copas será de 6,00 m² (seis metros quadrados), salvo na hipótese mencionada no parágrafo primeiro do artigo 267.

§ 1º – As fossas sépticas e sumidouros terão afastamento de no mínimo 0,50 (cinquenta centímetros) internamente da divisa frontal do lote e serão dimensionadas de acordo com as normas da ABNT.

§ 2º – Em caso de não haver rede de distribuição de água, esta poderá ser obtida por meio de poços com tampa perfurados na parte mais alta do terreno e distante da fossa e sumidouro, em no mínimo 20,00m (vinte metros).

Art. 269 - Todos os serviços de água e esgoto serão feitos em conformidade com a Secretaria Municipal de Planejamento, sendo que as residências multi-familiares e hotéis terão a prévia aprovação do Departamento de Água e Esgoto de acordo com a Lei.

Art. 270 - Toda a habitação será provida de banheiro, ou pelo menos chuveiro e latrinas, e sempre que for possível reservatório de água, hermeticamente fechado com capacidade mínima de 150 (cento e cinquenta) litros por pessoa por dia.

Art. 271 - As latrinas podem ser instaladas nos compartimentos de banho.

§ 1º – Nas latrinas isoladas, a área mínima será de 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados).

§ 2º – Quando em conjunto com o banheiro, a superfície mínima será 3,00 m² (três metros quadrados).

Art. 272 - Os compartimentos destinados exclusivamente a banheiros terão no mínimo 2,50 m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados).

Art. 273 - Os compartimentos de instalação sanitária não poderão ter comunicação direta com cozinhas copas, despensas e salas de refeições.

Art. 274 - Os compartimentos de instalações sanitárias terão as paredes, até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no mínimo, e os pisos, revestidos de material liso resistente e impermeável.

Art. 275 - Nos porões, qualquer que seja a sua utilização será observada as seguintes disposições:

I – Deverão dispor de ventilação permanente e sempre que possíveis diametralmente opostas umas as outras;

II – Todos os compartimentos terão comunicação e abertura que garanta a ventilação.

Art. 276 - Nos porões habitáveis serão respeitadas as exigências fixadas para os compartimentos de outros planos.

Art. 277 - As garagens em residências destinam-se exclusivamente a guarda de automóveis.

§ 1º – A área mínima será de 12,00 m² (doze metros quadrados), tendo o lado menor 2,50m (metros e cinquenta centímetros), no mínimo para cada unidade.

§ 2º – O pé direito quando houver cobertura, será de 3,00m (três metros), no mínimo.

§ 3º – As paredes serão revestidas de material liso, resistente e impermeável, até a altura de 2,00 m (dois metros).

§ 4º – O piso será de material antiderrapante e impermeável, sobre base de concreto de 0,06m (seis centímetros) de espessura e com declividade suficiente para o escoamento das águas de lavagem para o sumidouro ou outros dispositivos ligados à rede de esgoto.

§ 5º – Não poderão ter comunicação direta com dormitórios e serão dotados de aberturas que garantam a ventilação permanente.

Art. 278 - As edículas destinadas à permanência diária, noturna ou depósito obedecerão às disposições deste Plano Diretor como se fossem edificações principais.

Art. 279 - As lavanderias obedecerão às disposições referentes às cozinhas para todos os efeitos.

Art. 280 - As habitações coletivas com mais de dois pavimentos não poderão ser executadas de material inflamável.

§ 1º – Deverá haver um reservatório de água na parte superior da edificação, com capacidade de 1.000 litros (mil litros) para cada unidade e, se necessário, bomba para o transporte vertical de água até aquele reservatório.

§ 2º – É obrigatória a instalação de contêineres móveis para o serviço de coleta de resíduos de construção, em local adequado em frente à edificação.

§ 3º – Nas habitações coletivas e/ou multi-familiares em edificação vertical deverá haver um reservatório de água na parte superior do prédio, com capacidade de projeto hidro-sanitário e de prevenção e combate a incêndios aprovado.

SEÇÃO II – DAS CASAS POPULARES

SUBSEÇÃO I – DAS CASAS POPULARES ISOLADAS

Art. 281 - Consideram-se casas populares as edificações destinadas à residência, cujo “coeficiente leito” seja igual ou inferior a 10 (dez).

PARÁGRAFO ÚNICO – Entende-se por “coeficiente leito” a relação entre a área total construída de cada moradia e o número de leitos que esta poderá abrigar.

Art. 282 - As casas populares deverão conter, no mínimo, os seguintes compartimentos: cozinha, banheiro, quarto e sala de estar e obedecendo as disposições contidas nas **tabelas I e II**.

SUBSEÇÃO II – DAS CASAS POPULARES GEMINADAS

Art. 283 - Consideram-se casas populares geminadas duas unidades de moradia populares contíguas, que possuam uma parede comum.

PARÁGRAFO ÚNICO – As casas populares geminadas só poderão ser construídas quando o imóvel continuar sendo propriedade de uma pessoa ou um condomínio, mantendo-se o terreno nas dimensões permitidas na Zona em que estiver inserida.

Art. 284 - A parede comum das casas populares geminadas deverá ser de alvenaria, alcançando a altura da cobertura e ter uma largura de 0,25 m(vinte e cinco centímetros).

SEÇÃO III – DOS CONJUNTOS DE CASAS/PRÉDIOS POPULARES

Art. 285 - Consideram-se conjuntos de casas e/ou prédios populares aqueles cujo número de unidades de moradia seja superior a 20 (vinte).

Art. 286 - As edificações de conjuntos de casas populares e/ou prédios deverão obedecer as seguintes condições:

- I – O anteprojeto será examinado pela Secretaria Municipal de Planejamento, obedecendo às condições deste Plano Diretor;
- II – A largura dos acessos às moradias será determinada pela Secretaria Municipal de Planejamento, em função do número de moradias a que irá servir;
- III – Quando os acessos às moradias terminarem em bolsão de retorno, terão no mínimo a largura de 7,00m (sete metros);
- IV – As áreas de acesso às diversas unidades de moradias serão revestidas com paralelepípedos, asfalto ou similar;
- V – O terreno será convenientemente drenado;
- VI – Será prevista rede de iluminação pública, rede de água e esgoto;
- VII – Os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de moradias isoladas;
- VIII – Em cada 20 (vinte) unidades de moradias será reservada área equivalente à 1/5 (um quinto) da soma das áreas de projeção das moradias destinadas a “Play Ground” de uso comum, com arborização;
- IX – O terreno, no todo ou em partes, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa, ou condomínio, quando cada parcela desmembrada manter as dimensões mínimas permitidas na Zona em que estiver inserido;
- X – Além de 100 unidades de moradias será reservada área para equipamentos públicos, comércio e áreas verdes.

SEÇÃO IV – DAS RESIDÊNCIAS

SUBSEÇÃO I – DAS RESIDÊNCIAS ISOLADAS

Art. 287 - Consideram-se residências isoladas as habitações com 01 (um) ou 02 (dois) pavimentos cujo “coeficiente leito” seja superior a 10.

Art. 288 - As residências serão constituídas, no mínimo, dos seguintes compartimentos: cozinha, banheiro, quarto, sala de estar e área de serviço.

Art. 289 - Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e arejados através de aberturas para pátios internos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos seguintes índices:

I – Área mínima 4,00 m².

II – Diâmetro mínimo do círculo inscrito 2,00m.

Art. 290 - Será permitida a utilização de ventilação e iluminação zenital nos seguintes compartimentos: vestíbulos, corredores e depósitos que não sirvam para permanência superior a 12:00 hs.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos demais compartimentos serão tolerados iluminação e ventilação zenital quando a mesma concorrer com até 50% da iluminação e ventilação requeridas, cuja complementação deverá ser feita por meio de abertura direta para o exterior, no plano vertical.

SUBSEÇÃO II – DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS

Art. 291 - Verifica-se o disposto no artigo 283, parágrafo único e artigo 284.

SEÇÃO V – DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DE CASAS/PRÉDIOS

Art. 292 - Consideram-se conjuntos residenciais as edificações que tenham mais de 20 (vinte) unidades de moradia, respeitadas as seguintes condições:

I – O anteprojeto será submetido à apreciação da Secretaria Municipal de Planejamento;

II – A largura dos acessos às moradias será determinada em função do número de moradias a que irá servir;

III – O terreno deverá ter 3.000m² (três mil metros quadrados) no mínimo;

IV – Quando os acessos às moradias terminarem em bolsão de retorno, terão no mínimo a largura de 7,00m (sete metros);

V – Em cada vinte unidades de moradia serão previsto “Play Ground” comum, com arborização e com área equivalente a 1/5 (um quinto) da soma das áreas de projeção das moradias;

VI – As áreas de acesso serão revestidas com paralelepípedos, asfalto ou similar;

VII – Além de 100 unidades de moradia será reservada área para equipamentos públicos, comércio e áreas verdes;

VIII – O terreno será convenientemente drenado;

IX – Serão previstas rede de iluminação e de água e esgoto;

X – Os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de moradias isoladas;

XI – O terreno, no todo ou em partes, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela desmembrada mantenha as dimensões mínimas permitidas pela Zona em que estiver inserida.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cada unidade de moradia constante das seções retro-mencionadas deverá ter área livre equivalente à área de projeção da moradia.

SUBSEÇÃO I - DAS CONSTRUÇÕES PRECÁRIAS

Art. 293 - A construção de casas de madeira, adobe ou outros materiais em caráter precário só será permitido nas zonas urbanas e rurais de acordo com o que estabelece este Plano Diretor e o Código de Obras Municipal;

Art. 294 - As casas e/ou barracos de que trata o artigo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Distância no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas laterais, fundo do lote e de 3,00m (três metros) do alinhamento frontal;

II - Ter o pé direito mínimo de 3,00m;

III - Ter a sala, dormitório e cozinha com área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados), cada;

IV - Preencher todos os requisitos de ventilação e iluminação estabelecidas neste Plano Diretor.

SEÇÃO VI – DOS HOTÉIS, MOTÉIS E CASAS DE PENSÃO

Art. 295 - Os dormitórios deverão ter as paredes revestidas, até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de altura, no mínimo, de material resistente liso e impermeável.

PARÁGRAFO ÚNICO – São proibidas as divisões precárias do tipo tabiques.

Art. 296 - As copas, cozinhas, despensas e instalações hidro-sanitárias e para banho terão as paredes revestidas com azulejos até altura de 2,00 m (dois metros) e o piso terá revestimento de material impermeável.

Art. 297 - Nas casas de pensões haverá na proporção de um para cada 10 (dez) hóspedes, sanitários e instalações para banhos.

Art. 298 - Haverá instalações próprias para os empregados com sanitários completamente isolados da seção de hóspedes.

Art. 299 - Em todos os pavimentos haverá instalações visíveis e de fácil acesso contra incêndio.

CAPÍTULO III DOS EDIFÍCIOS

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300 - Consideram-se edifícios os prédios de mais de dois pavimentos, de uso comercial ou residencial, ou, até mesmos mistos.

Art. 301 - As fachadas dos edifícios deverão apresentar bom acabamento, em todas as partes visíveis.

Art. 302 - Todas as edificações terão recuo conforme estipulado na zona em que estiver inserida (**Tabela I e II**).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os recuos dos edifícios poderão ser de qualquer grandeza, obedecidos aos valores mínimos definidos em Lei.

Art. 303 - Os edifícios poderão ter balanço acima do pavimento térreo, o qual poderá estender-se até o máximo de 2,0m (dois metros).

Art. 304 - Os edifícios poderão ser dotados de marquises, obedecidas as seguintes condições:

I – Serão sempre em balanço;

II – Estar a uma altura mínima de 3,80m (três metros e oitenta centímetros) do nível do piso da soleira do pavimento térreo;

III – Deverão permitir escoamento de águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do edifício ou do lote.

Art. 305 - Os edifícios cujos pisos do pavimento, a contar do nível da soleira da entrada, tenham altura superior a 12,00m (doze metros), em relação à soleira do pavimento térreo deverão obrigatoriamente ser servidos de elevadores.

§ 1º – Não será considerado, para efeito desta altura, o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo, ou seja, destinado a serviço ou moradia do zelador.

§ 2º – Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores de qualquer edifício.

Art. 306 - Os elevadores deverão obedecer as Normas da ABNT, em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela municipalidade, seja em relação a seu dimensionamento, instalação ou utilização.

Art. 307 - Quando o edifício for comercial e possuir 05 (cinco) pavimentos, deverá possuir no mínimo 01 (um) elevador.

Art. 308 - As instalações de água e esgotos, de rede elétrica e de telefone dos edifícios deverão seguir as normas da ABNT, vigentes na ocasião da aprovação do projeto, bem como as exigências das concessionárias ou entidades administrativas respectivas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os edifícios são obrigados a possuir tubulação para telefones e rede lógica prevendo-se no mínimo uma tomada por unidade habitacional ou de escritório.

Art. 309 - Todos os edifícios comerciais ou mistos com mais de 02 pavimentos deverão possuir instalações contra incêndios, de acordo com as normas da ABNT, inclusive laudo de vistoria aprovado pela autoridade competente.

SEÇÃO II – DOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

Art. 310 - Os edifícios de habitação coletiva deverão prever “Play ground” e arborização, compatível com suas dimensões;

Art. 311 - Os edifícios de habitação coletiva deverão prever tubulação para antena coletiva externa, duas tomadas para cada unidade residencial no mínimo.

Art. 312 - Os prédios de apartamentos destinados à habitação, localizados em zonas residenciais, quando tiverem 06 (seis) ou mais unidades de moradia, serão dotados de garagem para guarda de automóveis ou área de estacionamento de uso pessoal de seus moradores, de acordo com o que determina este Plano Diretor.

§ 1º – Entende-se como sendo de 12m² (doze metros quadrados) a superfície mínima de estacionamento por veículo.

§ 2º – A garagem deverá possuir, quando coberta, um pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e área de ventilação, no mínimo, equivalente a 1/20 da área do piso.

SEÇÃO III – DOS EDIFÍCIOS COMERCIAIS

Art. 313 - Todos os edifícios, com dois ou mais pavimentos deverão ter, obrigatoriamente, instalações adequadas para coleta de lixo.

Art. 314 - Será permitida a construção de jiraus, obedecidas as seguintes condições:

- I – Não deverão prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento;
- II – Poderão ocupar a área equivalente a, no máximo, 1/4 (um quarto) da área do piso;
- III – O pé direito deverá ter 2.50m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo.

Art. 315 - As galerias de passagem internas nos rés do chão, através de edifícios, deverão ter largura correspondente à 1/25 do seu comprimento, observando-se os mínimos de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de largura e 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de pé direito.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando as galerias derem acesso a estabelecimentos comerciais, terão, no mínimo, largura livre correspondente a 1/20 de seu comprimento,

observando-se o mínimo de 4.00m (quatro metros) de largura e 2.80 (dois metros e oitenta centímetros) de pé direito.

Art. 316 - O pátio de elevadores, que se ligar a galerias, deverá:

- I – Formar um remanso;
- II – Não interferir com a circulação das galerias;
- III – Constituir ambiente independente;
- IV – Ter área não inferior ao dobro da soma das áreas das caixas dos elevadores e largura mínima de 2.00m (dois metros).

Art. 317 - Aos prédios para escritórios aplicam-se os dispositivos previstos nos artigos 301 e 302, com as seguintes alterações:

- I – Será instalado um elevador para cada grupo de 50,00 (cinquenta) salas ou fração desta que exceder;
- II – As instalações sanitárias estarão na proporção de uma latrina para cinco salas, em cada pavimento.

§ 1º – Os Sanitários múltiplos (Masculino/Feminino/Deficientes) serão divididos em salas independentes com biombos fixos, e com 2,00m (dois metros) de altura.

§ 2º – A área total do compartimento será tal que, dividida pelo número de salas, e o quociente mínimo de 2,00 m² (dois metros quadrados), respeitando, porém, o mínimo de 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados), para cada tela (biombo).

Art. 318 - Nas lojas, serão exigidas as seguintes condições de instalações:

- I – Possuir pelo menos, 01 (um) sanitário masculino e feminino, convenientemente instalado;
- II – Não ter comunicação direta com os gabinetes sanitários ou vestiários.

§ 1º – Será dispensada a construção de sanitários quando a loja for contígua à residência do comerciante, desde que o acesso ao sanitário desta residência seja independente de passagem pelo interior da habitação.

§ 2º – A natureza do gênero do comércio para que forem destinados os revestimentos serão executados de acordo com o Código de Vigilância Sanitária Municipal, e na falta deste, Leis Sanitárias do Estado e do presente Plano Diretor.

Art. 319 - As edificações para fins comerciais, industriais e multi-familiares deverão ter aprovação de sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico pela autoridade competente.

SEÇÃO IV – DA CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Art. 320 - Os edifícios e suas dependências deverão ser convenientemente conservados pelos respectivos proprietários, ou inquilinos, em especial quanto à estética, estabilidade e higiene, para que não sejam comprometidas a paisagem urbana e a segurança ou a saúde dos ocupantes, vizinhos e transeuntes.

Art. 321 - Toda e qualquer edificação, localizada nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município de Jacareacanga, deverá ser mantidas convenientemente limpas, tanto no interior como no exterior, salvo exigências especiais de autoridades competentes.

Art. 322 - Ao ser verificado o mau estado de conservação de um edifício, seu proprietário ou inquilino será intimado pela Secretaria Municipal de Planejamento, a realizar os serviços necessários, concedendo-se um prazo para este fim.

SEÇÃO V – DA UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

Art. 323 - Para ser utilizado, qualquer edifício deverá satisfazer as seguintes condições:

- a) Atentar as prescrições da Lei do Plano Diretor, relativas ao zoneamento, ao estabelecer que a atividade prevista para cada edifício seja unicamente aquela permitida para o local.

Art. 324 - A utilização de edifício residencial para qualquer outra finalidade depende de prévia autorização do Poder Executivo de Jacareacanga.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para ser concedida autorização a que se refere o presente artigo, será indispensável que os diversos compartimentos do edifício satisfaçam as novas finalidades e que a utilização pretendida se enquadre nas exigências da Lei do Plano Diretor.

Art. 325 - O Poder Executivo, através do órgão de Trânsito municipal, poderá estabelecer horários para determinados serviços que ocasionem transtornos ao trânsito de veículos ou pedestres, nos horários normais de trabalho.

Art. 326 - Quando da execução de qualquer serviço ou obras públicas nos leitos das vias públicas, os promotores obrigatoriamente devem executar a sinalização de advertência que cada caso requer.

CAPÍTULO IV DOS POSTOS DE SERVIÇOS E DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

Art. 327 - A Concessão de licença para construção e funcionamento de postos de gasolina, diesel, álcool hidratado e gás natural veicular para fins carburantes, dependem de licença Municipal; observadas as condições estabelecidas neste Plano Diretor, nas Leis Municipais e na Legislação Específica sobre comercialização de derivados de petróleo e álcool hidratados para fins carburantes.

Art. 328 - Considera-se Postos de gasolina, diesel, álcool hidratado e gás natural veicular para fins carburantes, o estabelecimento comercial destinado preponderantemente à venda de combustíveis para veículos automotores.

§ 1º – Constitui atividade exclusiva dos Postos, venda a varejo, de derivados de petróleo, álcool hidratado e gás natural veicular para fins carburantes.

§ 2º – São atividades permitidas aos Postos:

- a) Lavagens, lubrificação de veículos e conserto de pneus;
- b) Suprimento de água e ar;
- c) Comércio de peças e acessórios para veículos e de artigos relacionados com a higiene, conservação, aparência e segurança de veículos;
- d) Comércio de bar, restaurantes, lanchonetes, café, mercearia e correlatos.

Art. 329 - Para efeito de exigência de construção e funcionamento, este Plano Diretor divide em três padrões os Postos de Combustíveis:

§ 1º– PADRÃO I – São os Postos de Combustíveis localizados na área do perímetro urbano da cidade ou de expansão urbana.

§ 2º – PADRÃO II – São os Postos localizados às margens da Rodovia BR/230.

§ 3º– PADRÃO III – São os Postos localizados nas Comunidades Rurais e estradas municipais.

Art. 330 - Para autorização de construção e licença para funcionamento dos Postos de combustível Padrão I, serão exigidas as seguintes condições:

- I – Terreno com área mínima de 1.000 m² (Um Mil metros quadrados).
- II – Cobertura do pátio destinado ao estacionamento para abastecimento de veículos;
- III – Sanitários para uso público, indicações para tal;
- IV – Distância mínima de 200 (duzentos) metros de escolas, hospitais ou similares;
- V – Lavagem de veículos desde que com equipamento tipo lava jato.
- VI – Serviço de Lubrificação e troca de óleo;

Art. 331 - Para autorização de construção de postos de combustível Padrão II, serão exigidas as seguintes condições:

- I – Cobertura do pátio destinado ao estacionamento para abastecimento de veículos;
- II – Serviço de lubrificação, troca de óleo lubrificante e conserto de pneus;
- III – Sanitários para uso público, com indicação para tal;
- IV – Construção de acesso adequado e com segurança para BR/230;
- V – Terreno com área mínima de 5.000m² (cinco mil metros quadrados).

Art. 332 - Para autorização de construção de Postos de combustível Padrão III, serão exigidas as seguintes condições:

- I – Sanitário para uso público, com indicação para tal;
- II – Serviço de lubrificação, troca de óleo e conserto de pneus;
- III – Terreno com área inferior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados).

PARAGRAFO ÚNICO – Para todos os Postos, é obrigatória a revenda de óleo diesel, e/ou gasolina, e/ou álcool hidratado e/ou gás natural veicular para fins carburantes e/ou gás veicular automotivo.

Art. 333 - Os Postos deverão observar as seguintes condições para o seu correto funcionamento:

- I – Zelar pela qualidade do produto vendido;
- II – Manter em perfeito estado de funcionamento as bombas de abastecimento;
- III – Manter em perfeitas condições de higiene os sanitários públicos;
- IV – Zelar pelo bom aspecto das instalações não permitindo o acúmulo de lixo em seus pátios;
- V – Manter local apropriado para o depósito de seu lixo e vasilhames vazios;
- VI – Possuir medida oficial Padrão, aferido pelo Órgão Metrológico competente, para comprovação da exatidão de quantidade de produtos fornecidos, quando solicitados pelo consumidor ou pela fiscalização;
- VII – Colocação de extintores e demais equipamentos de prevenção de incêndio, em quantidade determinada pela Secretaria Municipal de Planejamento, e aprovação de prevenção e combate a incêndio pela autoridade competente, colocados em locais de fácil acesso sempre em perfeito estado de funcionamento;
- VIII – Manter atualizado o seguro contra incêndio para cobertura de terceiros;
- IX – Atendimento às normas aplicáveis do código de Posturas do Município.

Art. 334 - Os Postos que não cumprirem as normas do Artigo anterior serão penalizados com multa pecuniária conforme **Tabela III** e na reincidência terão seu alvará suspenso por trinta dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os postos que não sanarem a irregularidade terão sua licença de funcionamento cassada até o cumprimento das normas estabelecidas.

Art. 335 - Os Postos em funcionamento na data que este Plano Diretor entrar em vigor, terão um prazo **de um ano para** cumprirem as normas da mesma, de acordo com seu Padrão de classificação.

Art. 336 - Os boxes de lavagem e lubrificação deverão guardar uma distância mínima de 6,00m (seis metros) do alinhamento do logradouro e de 2,00m (dois metros) das divisas dos terrenos vizinhos, salvo se os mesmos forem instalados em recinto fechado, coberto e ventilado. As águas servidas, antes de serem lançados, passarão em caixas munidas de crivos e filtros, para retenção de detritos e graxas, com paredes revestidas em material impermeável e inspecionável.

Art. 337 - As bombas de abastecimento serão instaladas a uma distância mínima de 15,00m (quinze metros) das construções.

PARAGRAFO ÚNICO – Nas vias pavimentadas será obrigatória a pavimentação e/ou piso de cimento do pátio do posto de abastecimento.

Art. 338 - A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas saiam para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para as caixas separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral, ou em fossas e sumidouros.

Art. 339 - Os postos de serviços e abastecimento de veículos deverão possuir compartimento para uso dos empregados com instalações sanitárias e chuveiros.

Art. 340 - Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários separados das de empregados.

Art. 341 - Deverá ser elaborado o EIA e RIMA para obtenção da licença junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA.

Art. 342 - Deverá ser afastado de outro posto, uma distância mínima de 500,00m (quinhentos metros) de raio.

CAPÍTULO V DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 343 - A instalação de entrepostos de depósitos de inflamáveis depende de licenciamento prévio do Poder Executivo de Jacareacanga.

Art. 344 - Os depósitos ou comércios que fazem revenda de botijão de gás devem destinar uma área exclusiva para armazenagem, que sejam ventiladas, com afastamento de 4,00m (quatro metros), no mínimo, das construções no mesmo lote.

Art. 345 - Nas edificações destinadas à armazenagem de explosivos ou em áreas grandes de exposição dos mesmos, não será permitida construção de paredes geminadas, devendo ter um afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) das divisas do lote.

Art. 346 - Em grandes depósitos de inflamáveis e/ou explosivos, depende da apresentação de anteprojeto com informações das instalações, principalmente quanto à segurança, prevenção e combate a incêndio, higiene e controle de contaminação ambiental, da regulamentação da Lei de Zoneamento e das normas dos órgãos competentes, para aprovação junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 347 - Em se tratando de utilização de construções existentes, devem as mesmas se adaptar as exigências do presente Plano Diretor, apresentando junto à Secretaria Municipal de Planejamento, projetos da construção com memorial descritivo especificando a destinação das áreas.

TÍTULO IV DAS POSTURAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 348 - Este Plano Diretor contém medidas de política administrativa de competência do Município em matéria de higiene pública, costumes locais bem como funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, instituindo as necessárias relações entre Poder Público local e os munícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Poder Executivo de Jacareacanga para disciplinar e restringir direitos e liberdades individuais em razão do bem estar da coletividade deverá exercer o poder de polícia administrativa como este Plano Diretor lhe confere.

CAPÍTULO II DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I – DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Art. 349 - O serviço de limpeza urbana do Município será executado pelo Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana.

Art. 350 - Os munícipes serão responsáveis pela limpeza dos passeios fronteiros à sua residência ou estabelecimentos comerciais e industriais.

§ 1º – A limpeza dos referidos perímetros serão preferencialmente em horário de pouco movimento.

§ 2º – É proibido comprometer por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

SEÇÃO II – DA CONSERVAÇÃO E DA LIMPEZA URBANA

Art. 351 - Buscando manter a estética e a higiene pública é proibido:

I – Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer tipos de produtos que possam comprometer o asseio dos logradouros públicos;

II – Promover lavagem de roupas, animais, carros, nos leitos carroçáveis e mesmo nos passeios ou calçadas;

III – Aterrar vias públicas ou mesmo terrenos baldios com lixo, materiais velhos ou outros tipos de detritos;

IV – Pendurar, fixar ou expor mercadorias nas calçadas cobertas por toldos;

V – Pintar, reformar ou consertar veículos nas vias públicas;

VI – Atirar animais mortos, lixos, detritos, papéis velhos ou quaisquer impurezas nos logradouros públicos;

VII – Depositar restos de demolições ou materiais para construção nas vias públicas;

VIII – Permitir o escoamento de águas servidas das áreas construídas para os locais públicos;

IX – Varrer e jogar o lixo e detritos sólidos para os ralos e as bocas de lobo da rede de drenagem de águas pluviais;

X – Obstruir com qualquer espécie de materiais sólidos, o livre escoamento das águas pluviais mesmo por tubulações, quando inadequadas;

Art. 352 - Todo reservatório de água existente em edifício deverá ter assegurado as seguintes condições sanitárias:

- I – Existir absoluta impossibilidade de acesso ao seu interior de elementos que possam poluir ou contaminar a água;
- II – Existir absoluta facilidade de inspeção e limpeza;
- III – Ter o extravasor dotado de canalização de limpeza, bem como de telas ou outros dispositivos contra a entrada de pequenos animais no reservatório.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Infringência a este artigo, sujeitará o proprietário à multa, conforme disposto na **Tabela III**, sem prejuízo da incidência de imposto territorial, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

SEÇÃO III – DO LIXO

Art. 353 - Entende-se por lixo o conjunto heterogêneo de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas que segundo a natureza dos serviços de limpeza urbana são classificados em:

- I – Lixo domiciliar;
- II – Lixo público;
- III – Resíduos sólidos especiais.

§ 1º – Considera-se lixo domiciliar aquele produzido por imóveis públicos ou privados, residenciais ou não;

§ 2º – Considera-se lixo público, aqueles resultantes das atividades de limpeza urbana em áreas de uso público;

§ 3º – Resíduos sólidos especiais são aqueles cuja produção diária exceda o volume ou peso fixado para a coleta regular, ou os que, por sua composição qualitativa, requeiram cuidados especiais no, acondicionamento, coleta, transporte e destinação, assim classificados:

- a - Resíduos sólidos contaminados ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, clínicas médicas, odontológicas ou veterinárias, maternidades, ambulatórios, casas de saúde, necrotérios, prontos-socorros, sanatórios ou congêneres;
- b - Materiais biológicos como restos de tecidos orgânicos, restos de órgãos ou animais de experimentação, restos de laboratórios e análises clínicas e de anatomia patológica, cadáveres de animais e outros materiais similares;
- c - Restos de matadouros, açougues ou estabelecimentos congêneres;
- d - Restos de alimentos sujeitos à rápida deterioração;
- e - Substâncias e produtos venenosos ou envenenados, restos de material farmacológico e drogas condenadas;
- f - Resíduos contundentes ou perfurantes;

- g - Veículos ou peças inservíveis ou irrecuperáveis, bens móveis domésticos imprestáveis e abandonados em logradouros públicos;
- h - Resíduos graxos provenientes de postos de lubrificação e de oficinas mecânicas, serviços ou lavagens de veículos ou similares;
- i - Resíduos sólidos provenientes de limpeza ou esvaziamento de fossas ou poços absorventes e outros produtos pastosos que exalem ou não odores desagradáveis;
- j - Resíduos de limpeza de terrenos edificados ou não, ou provenientes de aterros, terraplanagem, construção, reformas ou demolições;
- k - Resíduos sólidos provenientes de produção industrial, comercial ou residencial cuja produção por período de 24 horas, exceda o volume de 500 litros ou 200 kg;
- l - Resíduos sólidos solventes corrosivos e químicos em geral;
- m - Resíduos sólidos de materiais, de explosivos e inflamáveis;
- n - Resíduos nucleares radioativos;
- o - Outros aqui não classificados.

Art. 354 - Fica proibida a queima de lixo de qualquer tipo, ao ar livre, em áreas privadas e/ou públicas.

SUBSEÇÃO I – DO ACONDICIONAMENTO E COLETA DO LIXO DOMICILIAR

Art. 355 - Entende-se por serviço regular de coleta de lixo domiciliar, a remoção dos conteúdos dos recipientes e containers padronizados e das embalagens colocadas pelos munícipes nos locais determinados.

Art. 356 - O lixo domiciliar deverá ser acondicionado em sacos plásticos resistentes, em embalagens descartáveis ou recipientes padronizados, com capacidade máxima de 50 litros.

Art. 357 - Antes do acondicionamento do lixo deverá ser processado o embrulho de cacos de vidros, materiais contundentes e perfurantes e a eliminação de líquidos.

Art. 358 - O acondicionamento em recipientes padronizados será feito de forma a não ocorrer transbordamento dos resíduos.

Art. 359 - Os sacos plásticos, os recipientes e seus conteúdos devem apresentar-se convenientemente fechados ou tampados, e em perfeitas condições de conservação e higiene.

Art. 360 - O lixo domiciliar deverá ser colocado em locais de fácil acesso para os servidores da limpeza pública, ou em gaiolas instaladas em recuo dentro do lote.

Art. 361 - Os serviços regulares de coleta de lixo domiciliar serão realizados pela Secretaria de Limpeza Urbana ou por particulares, mediante concessão, em dias e horários determinados pelo órgão, e com observância das determinações deste, dentro das normas técnicas vigentes.

SEÇÃO IV – DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS

Art. 362 - Todo terreno não edificado dentro do perímetro urbano do Município Jacareacanga, fica o proprietário obrigado a manter sua devida limpeza, evitando que os mesmos sejam utilizados como depósito de lixo, detritos e resíduos de qualquer natureza.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Poder Executivo de Jacareacanga notificará os proprietários dos lotes urbanos para sua devida limpeza, e quando estes não executarem os serviços no prazo estipulado, a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana executará a limpeza do lote, lançando o valor dos serviços na dívida ativa no nome do responsável legal da área.

SEÇÃO V – DAS FEIRAS LIVRES

Art. 363 - As feiras constituem locais de exposição e comercialização de produtos alimentícios, bebidas, artesanatos livres e similares.

Art. 364 - Os feirantes deverão manter em suas barracas e /ou Box, recipientes para recolhimento de detritos e lixo.

Art. 365 - Compete ao Executivo Municipal aprovar, organizar, supervisionar, orientar, fiscalizar a instalação e funcionamento das feiras, articulando-as com os órgãos envolvidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – A organização, promoção e divulgação de feiras poderão ser executadas por terceiros, desde que não traga prejuízos à comunidade.

Art. 366 - As feiras deverão possuir um regimento que regularize seu funcionamento, especificando dia, horário, e local de funcionamento.

Art. 367 - Aos feirantes compete:

- I – Cumprir as normas do regulamento;
- II – Expor produtos em área demarcada;
- III – Zelar pelo patrimônio público existente.
- IV – Manter a assiduidade do ponto comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica obrigado ao feirante à colocação do preço na mercadoria em exposição para venda.

Art. 368 - Fica facultado ao Poder Executivo do Município de Jacareacanga, o direito de transferir, modificar, adiar, suspender, suprimir ou restringir a realização de qualquer feira, levando em consideração:

- I – Impossibilidade técnica;
- II – Desvirtuamento das finalidades originais;
- III – Distúrbio no funcionamento da vida comunitária;
- IV – Pelo não cumprimento das normas de higiene e saúde pública.

SEÇÃO VI – DOS HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES, LANCHONETES, PADARIAS, CONFEITARIAS E SIMILARES

Art. 369 - Os hotéis, motéis, pensões, restaurantes, lanchonetes, bares, padarias, confeitarias e congêneres, localizados ou ambulantes, observarão:

I – O uso de água fervente, ou produto apropriado para a esterilização de louças, talheres e utensílios de copa e cozinha, não sendo permitida a lavagem pura e simples em água corrente fria, em balde, tonéis ou outros vasilhames;

II – Perfeita condição de higiene e conservação nas copas, cozinhas e despensas, sendo passível de apreensão e inutilização imediata, o material danificado, lascado, trincado ou sujo;

III – É obrigatório o uso de copos descartáveis em trailers e ambulantes;

IV – Manutenção de sanitários em número suficiente e higienicamente limpos, desinfetados e preferencialmente, com adoção de toalhas descartáveis.

Art. 370 - Os hotéis, motéis, pensões e similares deverão atender, também:

I – Os leitos, roupas de cama, cobertas, toalhas de banho deverão ser higienicamente esterilizados;

II – Os móveis e assoalhos deverão ser desinfetados semanalmente, de modo a preservá-los contra parasitas.

PARÁGRAFO ÚNICO – É obrigatório à troca de roupas de cama, mesa e banho diariamente nos estabelecimentos de que trata este artigo, sendo vedado o seu uso sem prévia lavagem e esterilização.

Art. 371 - A desobediência às determinações desta Seção torna os infratores sujeitos a interdição do estabelecimento, além de multa pecuniária, conforme estipulado no Código de Vigilância Sanitária.

SEÇÃO VII – DAS ATIVIDADES AMBULANTES

Art. 372 - Considera-se atividade ambulante, para efeito deste Plano Diretor, toda e qualquer forma de atividade que, regularmente licenciada, venha a ser exercida de maneira itinerante em logradouro público.

PARÁGRAFO ÚNICO – A atividade ambulante constitui-se em:

a – Contínua – A que se realiza continuamente ainda que tenha caráter periódico;

b – Eventual – A que se realiza em época determinada, essencialmente por ocasião de festejos ou comemorações.

Art. 373 - A atividade ambulante é exercida com o emprego de:

I – Veículo automotor ou tracionável;

II – Barracas, balcões, bancas ou tabuleiros;

III – Cadeira de engraxate móvel;

IV – Cesta ou caixa tiracolo;

V – Pequeno recipiente térmico;

VI – Outros de naturezas similares não constantes desta relação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os equipamentos tratados neste artigo obedecerão aos padrões previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 374 - O exercício da atividade ambulante dependerá de prévio licenciamento do Poder Executivo Municipal, sujeitando-se o ambulante ao pagamento da taxa correspondente, estabelecida no Código Tributário Municipal.

§ 1º – A licença será pessoal, intransferível e concedida em caráter precário.

§ 2º – Da licença constarão os seguintes dados essenciais, além de outros determinados pelo Órgão Competente:

a – Identificação do ambulante;

b – Ramo da atividade licenciada;

c – Local e horários permitidos para o exercício da atividade;

d – Validade da licença.

§ 3º – O horário máximo permitido para permanência em um mesmo local é de 12 (doze) horas.

§ 4º – O horário de funcionamento em logradouros públicos de qualquer natureza, principalmente praças, fica limitado de 06 (seis) horas até as 18 (dezoito) horas, devendo imediatamente ser removido do local, propiciando a limpeza do logradouro público.

§ 5º – O vendedor ambulante estacionado em logradouro público fora do horário licenciado estará sujeito às sanções previstas neste Plano e no caso de reincidência terá sua licença terminantemente cassada.

§ 6º – É proibida ao vendedor ambulante a instalação de lanchonetes e outros estabelecimentos comerciais fixos em praças públicas, não sendo permitida a renovação do alvará de funcionamento em desacordo com este Plano Diretor, exceto quando ganhar o direito de funcionamento através de concessão.

Art. 375 - Cumpre ao licenciado:

I – Manter seus equipamentos em bom estado de conservação e aparência;

II – Manter limpa a área num raio de 05 (cinco) metros do local autorizado, portando recipiente para recolhimento do lixo produzido.

Art. 376 - É proibido ao comércio ambulante:

I – Vender bebidas em recipientes de vidro;

II – Estacionar em local que prejudique o trânsito de veículos ou de pedestres, o comércio estabelecido e a estética da cidade;

III – Estacionar a menos de 05 (cinco) metros, contados do alinhamento, ou em pontos que possam perturbar a visão dos motoristas;

IV – Localizar-se em frente ao ponto de parada de coletivos e na direção de passagem de pedestres;

- V – Localizar-se a menos de 50m (cinquenta metros) dos mercados de abastecimento;
- VI – Apregoar mercadorias em voz alta, ou molestar transeunte com o oferecimento de artigos postos à venda;
- VII – Ingressar em veículo de transporte coletivo para efetuar a venda de seu produto;
- VIII – O uso de buzina, campainha, cornetas e outros processos ruidosos de propaganda;
- IX – Exercer atividade diversa da licenciada;
- X – Trabalhar e deixar o equipamento estacionado, fora do horário e local estabelecido para atividade licenciada;
- XI – Utilizar veículo, barraca, banca e demais equipamentos que não estejam de acordo com o modelo aprovado pela Secretaria municipal competente;
- XII – Alterar o modelo de equipamento aprovado pelo Órgão mencionado no inciso anterior;
- XIII – Utilizar caixa, caixote, vasilhame ou similar, nas proximidades do equipamento licenciado, ainda que para depósito de mercadoria de qualquer outro fim;
- XIV – O contato direto com gênero de ingestão não condicionado;
- XV – O uso de fogareiro, exceto quando previsto no equipamento padronizado pela Secretaria Municipal de Planejamento;
- XVI – Usar copos, pratos ou talheres que não sejam descartáveis;
- XVII – Colocar mesas e cadeiras em locais que prejudiquem gramados e/ou áreas ajardinadas.
- XVIII – Colocar mesas e cadeiras no local em que esteja estacionado, sem prejuízo de no mínimo 1/3 do passeio ou calçada.

Art. 377 - Não será licenciado comércio ambulante de:

- I – Alimentos preparados no local, quando considerado impróprio pela Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Pássaros e outros animais;
- III – Inflamável, explosivo ou corrosivo;
- IV – Outros artigos que, a juízo do Órgão Competente oferecem perigo à saúde pública ou possam apresentar danos ao meio ambiente ou outros inconvenientes.

Art. 378 - Poderá ser concedida licença para o comércio ou serviço ambulante das seguintes atividades:

- I – Alimentação preparada no local, mediante parecer técnico do órgão de Vigilância Sanitária municipal, aprovando a comercialização do produto;
- II – Venda a domicílio ou em pontos públicos, de mercadoria previamente autorizada pelo órgão municipal competente;

- III – Venda em praça de esportes e adjacências, de bandeira, flâmula, dístico, camisas de clube esportivo, almofada, chapéu, chaveiro e similares por período determinado;
- IV – Venda de produtos alimentícios, desde que procedente de fábrica, registrada e licenciada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- V – Serviço de fotografia, engraxataria e similares;
- VI – Venda de frutas em geral, contanto que estejam devidamente acondicionadas e não prejudiquem a limpeza do logradouro público;
- VII – Venda de balas, bombons e congêneres;
- VIII – Venda de flores e plantas, naturais, artificiais e velas;
- IX – Prestação de outros serviços e venda de outros produtos, artigos ou mercadorias não especificadas na presente seção, desde que previamente licenciados, após parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Planejamento.

SEÇÃO VIII – DAS BARBEARIAS, CABELEIREIROS E SIMILARES

Art. 379 - O funcionamento destes estabelecimentos deverá observar as normas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde:

- I - Os instrumentos de trabalho de uso comum em barbearias, cabeleireiros, salões de beleza, saunas e similares, serão esterilizados ou desinfetados com aplicação de agentes químicos ou físicos, sujeitando os infratores à multa pecuniária, e/ou interdição do estabelecimento.
- II – Os estabelecimentos mencionados no inciso anterior deverão acondicionar os objetos perfurantes/cortantes em embalagens adequadas, ficando proibida a reutilização de lâminas.

SEÇÃO IX – DAS COLÔNIAS DE FÉRIAS E DOS LOCAIS DE ACAMPAMENTO

Art. 380 - Nenhuma colônia de férias e/ou local para acampamento será instalada no Município sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – O funcionamento destes estabelecimentos deverá observar as normas definidas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE POSTURAS E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I – DA ORDEM E SOSSEGO PÚBLICO

Art. 381 - É proibida a veiculação de qualquer espécie de propaganda que seja ofensiva à sociedade, como um todo ou a grupos individualizados.

Art. 382 - Os proprietários dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem dentro do perímetro de sua propriedade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas e cigarros a menor de dezoito anos.

Art. 383 - Para impedir e reduzir a poluição sonora em locais específicos como: hospitais, pronto socorros, clínicas, casas de saúde, maternidades, escolas, bibliotecas, o Poder Executivo de Jacareacanga através da Secretaria Municipal de Planejamento providenciará a devida sinalização das referidas áreas.

Art. 384 - São expressamente proibidas, independente da medição de nível sonoro:

- I – Circulação de veículos automotores com equipamento de descarga aberto ou silencioso adulterado ou defeituoso;
- II – Sons provenientes de instrumentos musicais em locais públicos ou privados que não possuam a devida autorização;
- III – Carros de sons, que não possuam autorização devida;
- IV – Explosivos empregados em mineradoras ou demolição sem a devida autorização Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 385 - Todo indivíduo ou grupo que considerar que está tendo o seu sossego perturbado por ruídos de sons não permitidos por este Plano Diretor, poderá comunicar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o qual tomará as devidas providências.

Art. 386 - É proibido:

- I – Queimar fogos de artifício, bombas, morteiros, busca-pés e demais fogos ruidosos nos logradouros públicos e nas janelas ou portas de residência que dêem para logradouro público;
- II – Soltar balões em qualquer parte do território do Município de Jacareacanga;

Art. 387 - Por ocasião dos festejos carnavalescos, na passagem do ano e nas festas tradicionais, serão toleradas, excepcionalmente, as manifestações normalmente proibidas por esta Seção, respeitadas as restrições relativas a hospitais, casas de saúde e sanatórios, e as demais determinações do Poder Executivo de Jacareacanga.

Art. 388 - É vedado, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas que atenta o pudor, ou atirar água ou qualquer substância que possa molestar os transeuntes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, não é permitido a quem quer que seja, apresentar-se mascarado ou fantasiado nos logradouros públicos, salvo com licença especial das autoridades competentes.

Art. 389 - Nos hotéis e pensões é vedado:

- I – Pendurar roupas nas janelas;
- II – Colocar nas janelas, vasos ou quaisquer outros objetos;
- III – Deixar, nos aposentos ou salões, pássaros, cães e outros animais.

Art. 390 - É proibido em qualquer parte do território do Município de Jacareacanga fazer armadilha de qualquer espécie.

SEÇÃO II – DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 391 - Os locais de reunião para efeito deste Plano Diretor são reforços edificados ou não, em vias ou logradouros públicos e recintos fechados de livre acesso, onde possa ocorrer aglomeração ou afluência de público.

Art. 392 - Assim, conforme as características de suas atividades os locais de reunião classificam-se em:

- I – Esportivo;
- II – Cultural;
- III – Recreativo ou social;
- IV – Religioso;
- V – Eventual (parque de diversões, circos, feiras e congêneres).

Art. 393 - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Secretaria Municipal de Planejamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – A licença para o funcionamento de qualquer tipo de diversão só poderá ser concedida após vistoria referente à localização, construção, higiene e segurança completa.

Art. 394 - Far-se-ão necessárias as seguintes disposições, para funcionamento das casas de diversões:

- I – As portas de saída inclusive as de emergência são encimadas pela palavra “saída”, legível à distância e luminosa;
- II – Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito estado de funcionamento;
- III – Haverá instalação sanitária independente para homem, mulher e deficientes providas de exaustores quando não houver ventilação natural;
- IV – Deverão ser tomadas precauções necessárias, para evitar incêndios, sendo obrigatória à colocação de extintores em locais visíveis, de fácil acesso dentro do prazo de validade de funcionamento;
- V – Os mobiliários deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação.

Art. 395 - Nos circos e parques de diversões, a colocação dos preços deverá estar fixada em cartazes ou placas externas.

Art. 396 - Para o funcionamento de cinemas, casa de shows e similares, além das exigências estabelecidas serão ainda observadas as seguintes disposições:

- I – Os aparelhos de projeção ficarão em locais de fácil saída e construída de material não inflamável;
- II – Deverá ter seu projeto, de prevenção e combate a incêndios aprovado pela autoridade competente.

Art. 397 - Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas que não possuírem aparelhagem suficiente para renovação do ar, deverá decorrer um período de tempo suficiente para efeito de renovação do ar.

Art. 398 - A Secretaria Municipal de Planejamento poderá negar licença aos programas ou shows artísticos, que não comprovem prévia idoneidade moral e capacidade financeira para que possa responder por eventuais prejuízos financeiros causados por espectadores e aos bens públicos ou particulares em decorrência de culpa ou dolo.

Art. 399 - Os circos e parques de diversões embora autorizados só poderão ser franqueados ao público, após vistoriados pelas Autoridades Competentes em todas as suas instalações.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todo o alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo de Jacareacanga deverá conter o tempo de validade.

Art. 400 - Não serão fornecidas licenças para realização de atividades de jogos ou diversões ruidosas em raio de 200m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, maternidades, clínicas, escolas e bibliotecas a partir da aprovação deste Plano Diretor.

Art. 401 - Na localização de estabelecimentos de diversões noturna, o Executivo Municipal sempre terá em vista o sossego e o decoro da população.

Art. 402 - Os promotores de divertimentos públicos de efeito competitivo que demandam o uso de veículos ou qualquer outro meio de transporte pelas vias públicas deverá ter seu itinerário definido, responder por eventuais danos causados por eles ou participantes aos bens públicos ou particulares.

Art. 403 - Fica proibida a instalação de casas de jogos eletrônicos e bares num raio de 200m (duzentos metros) de estabelecimentos de ensino.

SEÇÃO III – DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

SUBSEÇÃO I – DA OCUPAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 404 - O Poder Executivo de Jacareacanga poderá permitir a ocupação de passeios públicos com mesa, cadeiras ou outros objetos obedecidos as seguintes exigências:

I – Só poderá ser ocupada parte do passeio correspondente à testada do estabelecimento;

II – Deverá ficar livre para o trânsito público uma faixa de passeio de largura não inferior a 1/3 a partir da guia.

PARÁGRAFO ÚNICO – O pedido de licença para colocação das mesas deverá ser acompanhado de uma planta de localização indicando a testada, a largura dos passeios, o número e posição das mesas e cadeiras.

Art. 405 - Dependem de prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento, a instalação nas vias e logradouros públicos de:

I – Relógio, estátuas, monumentos desde que comprovada à necessidade ou seu valor artístico ou cívico;

II – Hidrantes;

III – Linhas telefônicas, cabos de fibra óptica, TV a cabo e/ou similares.

Art. 406 - É proibido avançar além do alinhamento predial sobre a calçada com instalações para propaganda e luminosos, que causem transtorno à iluminação pública e arborização.

SUBSEÇÃO II – DOS PALANQUES

Art. 407 - Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que se faça a aprovação de sua localização pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 408 - Na localização de palanques deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – Quando interditar ruas e avenidas, promover meios de circulação de veículos com guardas para sinalização e orientação;

II – Providas de instalação elétrica adequada quando de uso noturno;

III – Não causar estragos a qualquer bem público ou particular, caso isso ocorra às devidas despesas das avariações ocorridas, será de responsabilidade dos promotores do evento.

Art. 409 - Todas as autorizações de instalações de palanques, serão acompanhadas de uma data de remoção do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Após prazo pré-fixado da remoção e esta não ocorrer, o Poder Executivo poderá fazê-la e dar destino conveniente ao material, cobrando dos responsáveis as devidas despesas.

SUBSEÇÃO III – DAS BARRACAS

Art. 410 - Nas festas de caráter público ou religioso, poderão ser instaladas barracas provisórias nos logradouros públicos, desde que solicitada à devida autorização do Poder Executivo Municipal no prazo de no mínimo 10(dez) dias úteis antes da realização do evento.

Art. 411 - Nas instalações das barracas devem ser observados os seguintes requisitos:

I – Ter boa aparência estética;

II – Ter afastamento mínimo de 1,0m (um metro) de qualquer outra barraca ou edificação;

III – Funcionar exclusivamente nos horários previstos na licença;

IV – Não serem locadas em áreas ajardinadas;

V – Serem armadas a uma distância não inferior a 200m (duzentos metros) de qualquer escola, quando o horário de funcionamento coincidir.

Art. 412 - Quando for destinada a venda de bebidas e alimentos, deve obedecer a legislação sobre higiene da alimentação.

Art. 413 - Caso o proprietário da barraca mude a atividade para a qual foi licenciada, o Poder Executivo com auto de infração poderá promover o desmonte da mesma sem notificação alguma, e sem responsabilidade por danos advindos do desmonte.

Art. 414 - A venda de quaisquer produtos em caminhões ou similares poderá ser efetuada desde que observadas as seguintes condições:

I – Estacionarem em pontos onde não provoquem congestionamento da via pública;

II – Conservar limpo o logradouro público mantendo vasilhame adequado para recolhimento dos detritos.

SEÇÃO IV – DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 415 - As igrejas, templos ou casas de culto franqueadas ao público, deverão ser conservadas limpas, iluminadas e arejadas.

Art. 416 - As igrejas, templos e casas de culto não poderão perturbar os vizinhos com barulhos excessivos que de alguma forma prejudiquem as atividades normais da comunidade, inclusive no período diurno.

Art. 417 - Os locais de culto, além das prescrições do Regulamento das Construções, deverão possuir aparelhagem que possa fazer a circulação do ar, devendo as mesmas estar em ótimo estado de conservação.

SEÇÃO V – DAS CALÇADAS, MUROS, CERCAS E DIVISÓRIAS EM GERAL

Art. 418 - Os terrenos não construídos com frente para logradouros públicos serão obrigatoriamente dotados de calçadas, em toda extensão da testada.

PARÁGRAFO ÚNICO – As exigências do presente artigo serão aplicáveis aos lotes situados em ruas dotadas de pavimentação guias e sarjetas.

Art. 419 - Compete ao proprietário do imóvel, a construção e conservação de muros e calçadas.

Art. 420 - Aos proprietários de lotes urbanos que receberem notificações para fechamento de terrenos baldios, que não atenderem a notificação, ficarão sujeitos à multa, conforme **Tabela III** e ao pagamento de serviços executados pela Municipalidade.

Art. 421 - As cercas de divisórias de terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários poderão ser construídos de:

I – Cerca - viva, espécies vegetais adequadas e resistentes;

II – Cerca de arame farpado, ou liso, com 3 (três) fios no mínimo;

III – Telas de fio metálico.

Art. 422 - Construção, conservação de cercas especiais para conter animais domésticos, aves, caprinos, ovinos, suínos e outros animais será de responsabilidade do proprietário.

Art. 423 - É terminantemente proibida a eletrificação de cercas, ficando o proprietário sujeito a embargo, multas e às sanções desse Plano Diretor:

I – Sendo permitido em muros acima de 2,80 (dois metros e oitenta centímetros) de altura, respeitando as normas de segurança.

SEÇÃO VI – DA PUBLICIDADE EM GERAL

Art. 424 - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como em locais de acesso comum, dependem de prévia licença da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 425 - É vedada publicidade que afete a perspectiva ou deprecie, de qualquer modo, o aspecto do edifício ou paisagem, vias e logradouros públicos, bem como quando:

I – Ferir o disposto na legislação de assunto e regulamentação da publicidade;

II – Em calçadas, refúgios, árvores, postes ou monumentos;

III – Obstrua portas, janelas ou qualquer abertura destinada à iluminação ou ventilação;

IV – Ofereça perigo físico ou risco material;

V – Obstrua ou prejudique a visibilidade da sinalização, placas de numeração, nomenclatura de ruas, e outras informações oficiais;

VI – Colada ou pintada diretamente em muros ou paredes, frontais ao passeio, ou a vias e logradouros públicos;

VII – Através de faixas, inscrições, plaquetas e similares ou balões de qualquer natureza, sobre as vias públicas;

VIII – Em faixas de domínio de rodovias e linhas de transmissão de energia.

IX – Sobre marquise, avançando sobre o espaço aéreo da pista de rolamento das vias;

X – Quando prejudicarem:

a – Aspectos da paisagem urbana;

b – A visualização de edificações de uso público, ou patrimônio arquitetônico, artístico ou cultural do município;

XI – Panoramas naturais;

XII – Nos muros, muralhas e grades externas de parques, jardins públicos, placas de sinalização de trânsito;

XIII – Em arborização, posteamento público, abrigos instalados nos pontos de táxi e coletivos urbanos;

XIV – Em cemitérios, templos religiosos, estabelecimentos de ensino, bibliotecas, hospitais e edifícios públicos;

XV – Quando prejudiquem a passagem de pedestres e a visibilidade dos veículos;

XVI – Quando por sua natureza, provoquem aglomerações ao trânsito;

XVII – Que contenham dizeres que possam denegrir a imagem de instituições ou indivíduos;

XVIII – Que induza às atividades criminosas ou ilegais, à violência e a degradação ambiental;

XIX – Que contenham incorreções de linguagem.

Art. 426 - Não será permitida a utilização de qualquer elemento de vedação, de fachada no setor histórico, nas unidades de interesse de preservação e nas áreas preferenciais de pedestres.

Art. 427 - As empresas publicitárias com sede em outros municípios deverão portar comprovante de recolhimento de taxa de instalação do meio publicitário.

Art. 428 - A propaganda falada em locais públicos por meio de amplificador de voz, alto-falantes, deverá possuir prévia licença da Secretaria Municipal de Planejamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – As normas desses serviços serão de regulamentação do Poder Executivo através de Lei.

Art. 429 - É proibido fixar cartazes, colar e pichar, muros, paredes e tapumes, que faça parte do mobiliário urbano.

Art. 430 - Os “outdoors”, painéis ou letreiros encontrados em desacordo com a legislação vigente, seu proprietário ou responsável receberá notificação do Poder Executivo de Jacareacanga para que promova sua devida retirada, com data pré-fixada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso não ocorra sua retirada pelo proprietário ou responsável, a Secretaria Municipal competente, o fará, ficando os responsáveis sujeitos as sanções cabíveis.

Art. 431 - Constitui infração punível:

I – A exibição de publicidade:

a – Sem Licença;

b – Em desacordo com as características aprovadas;

c – Em mau estado de conservação;

II – A não retirada da publicidade no prazo determinado pelo órgão competente;

III – A inobservância de qualquer outra norma deste Plano Diretor.

Art. 432 - Findo o prazo de notificação e verificada a persistência da infração, o órgão competente fará a remoção a expensas do infrator.

Art. 433 - A taxa de publicidade será cobrada por anúncio e por letreiro, considerando as normas vigentes no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO IV

DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 434 - Considera-se Mobiliário Urbano, os elementos arquitetônicos integrantes do espaço físico, tais como:

- a – Arborização pública;
- b – Jardineiras e canteiros;
- c – Palanques, palcos, arquibancadas;
- d – Gabines, barracas, bancos e mesas de praças;
- e – Coletor de lixo urbano;
- f – Cadeira de engraxate fixa;
- g – Termômetro e relógios públicos;
- h – Bancas de jornal e revistas;
- i – Abrigo para passageiros de transporte coletivo;
- j – Trilho, gradil ou defesa de proteção de pedestres;
- k – Armário de controle eletro-mecânico;
- l – Sanitário público;
- m – Painéis de informação;
- n – Porta-cartaz;
- o – Equipamento sinalizador;
- p – Outros de natureza similar.

Art. 435 - O mobiliário urbano será, obrigatoriamente, padronizado pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 436 - O mobiliário urbano a ser utilizado no Município, terá seu projeto definido pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal.

Art. 437 - Todo projeto e execução no que se refere à arborização pública, inclusive cortes e podas, serão de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 438 - Para efeitos deste Plano Diretor, entende-se por:

- I – Arborização pública – toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora, e atrativa para a fauna local;
- II – Corte – processo de retirada da árvore do local, onde a mesma se encontra, através do uso de moto-serra ou similares, deixando sua raiz presa ao solo;
- III – Poda – corte de galhos necessários em função de diversos fatores.

Art. 439 - É proibido pintar, cairar e pichar, fixar faixas, cartazes e/ou anúncios, bem como prender animais nas árvores em vias ou logradouros públicos.

Art. 440 - A colocação de toldos metálicos construídos por placas e providos de dispositivos reguladores de inclinação, dotado de movimento de distensão e contração, será permitida desde que:

- I – Material utilizado seja indeteriorável e não estilhaçável;

II – Sejam aparelhados com ferragens e roldanas necessárias ao recolhimento da peça junto à fachada;

III – Que seu ponto máximo de alongamento não ultrapasse 2/3 (dois terços) da calçada em sentido a guia.

Art. 441 - Os toldos ou coberturas que alcancem além do alinhamento serão em balanço, não se admitindo peças de sustentação sobre as calçadas.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E PRESTADORES DE SERVIÇOS

SEÇÃO I – DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO

Art. 442 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, ou prestador de serviço, poderá funcionar sem licença de localização e funcionamento expedido pelo Poder Executivo de Jacareacanga à qual será concedida se observadas às disposições deste Plano Diretor, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

§ 1º – Aplica-se o disposto neste artigo, a atividade exercida em quiosque, vagão e vagonete montado em veículo automotor ou tracionável, quando estacionado fora do logradouro público.

§ 2º – O estabelecimento que combinar diversas atividades, atenderá as exigências legais previstas para cada uma delas, em separado.

Art. 443 - A validade da licença é variável, de acordo com o caráter da atividade específica, sendo:

I – Para atividade localizada, a licença tem validade somente para exercício em que foi concedido.

II – Para atividade eventual, a licença tem a validade da duração do evento.

Art. 444 - Far-se-á necessária a licença de localização, sempre que tratar de abertura ou mudança de estabelecimento ou verificar mudança no ramo de atividade.

Art. 445 - Para o período de licença de localização o interessado deverá fornecer:

I – Nome ou razão social da firma;

II – Ramo de atividade, ou tipo de serviço a ser prestado.

III – Documentos em geral para formalização do processo.

Art. 446 - Os estabelecimentos industriais que pela natureza dos produtos utilizados em sua matéria prima e do seu combustível, deverão ter seu estudo de localização regido por normatizações Federais, Estaduais e Municipais aprovadas.

Art. 447 - A licença de localização poderá ser negada por medidas preventivas quanto à higiene, moral, sossego, segurança ou degradação ambiental.

SEÇÃO II – DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 448 - Para concessão de licença de funcionamento, a Secretaria de Meio Ambiente, observará as normas regulamentares pertinentes deste Plano Diretor, especialmente quanto à regulamentação de obras, edificações, zoneamento, uso e ocupação do solo, normas de controle e defesa do meio ambiente.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Licença de funcionamento de qualquer atividade industrial deverá ser mediante o laudo de vistoria, especificamente na área de higiene, segurança e controle ambiental.

Art. 449 - A licença de funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, motéis, hospedarias, casas de diversões e congêneres, deverá possuir aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 450 - A licença de funcionamento será concedida por prazo determinado, devendo ser renovado anualmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – A licença de funcionamento poderá ser cassada, se constatado o funcionamento de atividade diferente daquela para qual foi licenciada, ou quando não atender a legislação.

Art. 451 - Cassada a licença de funcionamento pela autoridade competente, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art. 452 - O licenciado deverá colocar o documento de licença em local visível e exibir à autoridade competente sempre que for solicitado.

Art. 453 - A concessão de licença para funcionamento de estabelecimentos manipuladores, produtores de alimentos e similares, dependerá da licença prévia da Secretaria Municipal de Saúde, podendo, se for o caso, a mesma exigir CADERNETA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA, que deverá ser fixado em local visível juntamente com a licença de localização e funcionamento.

SEÇÃO III – DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 454 - O funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, obedecerão aos preceitos da Legislação Federal que regula a duração do contrato, condições e horário de trabalho, inclusive as convenções coletivas de trabalho entre patrões e empregados.

Art. 455 - É proibido executar qualquer atividade que produza ruídos, antes das 6:00 e depois das 20:00 horas nas proximidades de hospitais, sanatórios e asilos, e escolas.

Art. 456 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço no Município, obedecerá aos horários, observados os preceitos da legislação que regula o contrato de trabalho e as condições de trabalho.

I – Para o comércio e prestadores de serviços em geral:

a – Abertura às 8:00 horas e fechamento às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira e abertura às 8:00 e fechamento às 12:00 horas aos sábados.

§ 1º – Aos domingos e feriados nacionais, estaduais e municipais, os estabelecimentos comerciais prestadores de serviços permanecerão fechados.

§ 2º – Apesar de terem de observar, obrigatoriamente, o horário normal de funcionamento, os entrepostos de acessórios de veículos, máquinas, implementos, insumos agrícolas e armazenadores de produtos agrícolas, poderão servir ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 457 - Em qualquer dia e hora, será permitido o funcionamento de estabelecimentos que se dediquem às seguintes atividades, excluindo o expediente de escritório, observadas as disposições da legislação trabalhista quanto ao horário de trabalho e ao descanso dos empregados:

- I – Distribuição de leite;
- II – Distribuição de gás;
- III – Serviços de transporte coletivo;
- IV – Agência de passageiros;
- V – Postos de serviços e de abastecimento de veículos;
- VI – Oficinas de consertos de câmaras de ar;
- VII – Farmácias, drogarias e laboratórios;
- VIII – Hospitais, casas de saúde e postos de serviços médicos;
- IX – Hotéis, motéis, pensões e hospedarias;
- X – Casas funerárias;
- XI – Casa de carnes;
- XII – Panificadoras e mercearias.

Art. 458 - Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais, mediante licença especial, os seguintes estabelecimentos, respeitadas, as disposições da legislação trabalhista relativas aos horários de trabalho e descanso dos empregados:

- I – Panificadoras: Diariamente, inclusive aos domingos e feriados das 5:00 às 20:00 horas;
- II – Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Confeitarias e Sorveterias: Diariamente, inclusive aos domingos e feriados das 8:00 às 24:00 horas;
- III – Barbeiros e Cabeleireiros;
 - a – Nos dias úteis: das 8:00 às 20:00 horas;
 - b – Aos sábados, domingos e feriados: das 8:00 às 18:00 horas;
- IV – Exposições, Teatros, Cinemas, Circos, Quermesses, Parques de Diversões, Auditórios de Emissoras de Rádio e Televisão, Bilhares, Clube Esportivo e Social, Campos de Esportes, Ginásios Esportivos e Salões de Conferências: Diariamente, inclusive aos domingos e feriados, de 8:00 até 1:00 hora da manhã seguinte;
- V – Clubes Noturnos e Bailes: Diariamente, inclusive aos domingos e feriados, das 20:00 horas até às 5:00 horas da manhã seguinte, não podendo ficar com as portas abertas no período diurno.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os bailes de associações recreativas, desportivas, culturais e carnavalescas, deverão ser realizados dentro de horários compreendidos entre 22:00 horas e 5:00 horas da manhã seguinte.

VI – Supermercados e Casas de Carne:

a – De segunda a sábado abertura às 7:00 horas e fechamento às 20:00 horas.

b – Domingos e Feriados abertura às 7:00 horas e fechamento às 12:00 horas, facultativamente.

Art. 459 - A concessão especial depende de requerimento do interessado, acompanhado de declaração que dispõe de turmas que se revezem, de modo que a duração de trabalho efetivo de cada turma não exceda os limites estabelecidos na legislação trabalhista vigente.

§ 1º – A licença especial e individual, seja qual for à época do ano em que tenha sido requerida, não será concedida a estabelecimento que não esteja regularmente licenciado para funcionar no horário normal.

Art. 460 - Para efeito especial, no funcionamento de estabelecimento de mais de um ramo de negócio, deverá prevalecer o horário determinado para o principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento em causa.

§ 1º – No caso referido no presente artigo, deverão ficar completamente isolados os anexos do estabelecimento cujo funcionamento não seja permitido fora do horário normal, não podendo conceder-se licença especial se esse isolamento não for possível.

§ 2º – No caso referido no parágrafo anterior, o estabelecimento em causa não poderá negociar com artigos de seus anexos, cuja venda só seja permitida no horário normal, sob pena de cassação de licença.

Art. 461 - Nos estabelecimentos comerciais, o horário normal de seu funcionamento é extensivo às seções de venda e aos depósitos de mercadorias.

Art. 462 - No período de 5 (cinco) de Dezembro a 05 (cinco) de Janeiro, correspondente aos festejos de Natal e Ano Novo, os estabelecimentos comerciais varejistas poderão funcionar fora do horário normal de abertura e fechamento nos dias úteis, e permanecer até às 22:00 (vinte e duas) horas, desde que seja solicitado licença especial.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos dias 24 (vinte e quatro) e 31 (trinta e um) de dezembro, vésperas de Natal e Ano Novo, os estabelecimentos comerciais varejistas poderão funcionar até às 22:00 (vinte e duas) horas.

Art. 463 - Na véspera e no dia de comemoração de Finados, os estabelecimentos que negociarem com flores naturais, coroas, velas e outros artigos próprios para essa comemoração, poderão funcionar das 6:00 às 18:00 horas, independentemente de licença especial.

Art. 464 - Na véspera do Dia das Mães e na véspera do Dia dos Pais, os estabelecimentos comerciais poderão permanecer abertos até às 22:00 horas.

Art. 465 - O Poder Executivo poderá limitar o horário de funcionamento, atendendo as requisições, quando justificadas pelas autoridades competentes, sobre estabelecimentos que perturbem o sossego e ao decoro público.

Art. 466 - A pedido das classes patronal e trabalhadora, o Poder Executivo Municipal poderá prorrogar o horário de funcionamento de suas atividades.

Art. 467 - As farmácias seguirão um planejamento de rodízio nos seus plantões nos dias úteis, sábados, domingos e feriados, seguindo uma escala organizada pelos proprietários, podendo seu horário de funcionamento ser até de 24 horas sob regulamentação e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta uma placa ou cartaz com a identificação onde consta o nome e o endereço daquela que estiver de plantão naquele dia.

SEÇÃO IV – DOS DEPÓSITOS DE FERRO VELHO

Art. 468 - Todo depósito de ferro velho inclusive o comércio do mesmo, deverá ser instalado na zona menos habitada do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os depósitos de ferro velhos já estabelecidos anteriormente à aprovação deste Plano Diretor, e que estiverem em desacordo com o que estabelece o artigo anterior, terão o prazo máximo de (2) dois anos para transferência de suas instalações para zona menos habitada.

Art. 469 - Todo o material, para fins de comércio, deverá estar situado em locais de fácil acesso, boa iluminação e ventilação.

Art. 470 - O material inteiramente danificado e de difícil aproveitamento, deverá ser mantido em locais cobertos ou mesmo comercializado com terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO – Toda parte referente à edificação, será tratada no regulamento das construções.

SEÇÃO V – DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 471 - As edificações destinadas à exploração comercial de estacionamento em garagem aberta ao público atenderão as normas de zoneamento, uso do solo e Regulamento das Construções do presente Plano Diretor.

Art. 472 - Poderá ser licenciada garagem em lote vago, desde que satisfaça as seguintes condições:

- I – O terreno será totalmente murado e terá calçadas de acordo com o regulamento das construções;
- II – A superfície do terreno deverá receber tratamento adequado à atividade;
- III – As águas pluviais serão captadas convenientemente, permitindo a perfeita drenagem do terreno;

IV – Seja servida por instalações sanitárias em condições de higiene e saúde.

§ 1º – Será facultativa a existência de cobertura ou guarita.

§ 2º – É vedada qualquer atividade diversa de guarda de estacionamento de veículos.

§ 3º – A garagem nos moldes deste artigo, não será considerada como área construída, incidindo sobre o mesmo a alíquota de IPTU para imóvel territorial e ISSQN.

SEÇÃO VI – DOS LOCAIS DE REUNIÕES

Art. 473 - Consideram-se locais de reuniões, as edificações, espaços, construções ou conjunto dos mesmos, onde possa ocorrer aglomeração ou reunião de pessoas.

Art. 474 - Os locais de reuniões, de acordo com as características de suas atividades, classificam-se em:

I – ESPORTIVO:

- a – Estádio;
- b – Ginásio;
- c – Clube Esportivo;
- d – Piscina Coletiva ou Balneário;
- e – Autódromo;
- f – Outro de Natureza Similar.

II – RECREATIVO OU SOCIAL:

- a – Clube Recreativo ou Social;
- b – Sede de Associações Diversas;
- c – Escola de Samba;
- d – Estabelecimento com Música ou Pista de Dança;
- e – Salão de Bilhar, Carteador, Xadrez, Boliche;
- f – Outros de Natureza Similar.

III – CULTURAL:

- a – Cinema;
- b – Auditório;
- c – Biblioteca, videoteca;
- d – Museu;
- e – Teatro;
- f – Pavilhão para Exposição;
- g – Centro de Convenções;
- h – Outros de Natureza Similar.

IV – RELIGIOSO:

- a – Templo Religioso de qualquer Culto;
- b – Salão de Agremiação Religiosa;
- c – Salão de Culto;

d – Outros de Natureza Similar, de Cunho Religioso.

V – EVENTUAL:

- a – Parque de Diversões;
- b – Feira Coberta ou ao Ar Livre;
- c – Logradouro Público;
- d – Circo;
- e – Outros de Natureza Similar.

Art. 475 - O local de reunião atenderá as normas técnicas deste Plano Diretor e demais legislações pertinentes, observando-se as condições de segurança, higiene, conforto e preservação do meio ambiente.

Art. 476 - Quanto à circulação de pessoas em recintos fechados, serão observadas as disposições no regulamento das construções.

§ 1º – A indicação “SAÍDA” deverá ser mantida durante o funcionamento bem iluminada e visível, sobre cada uma das portas de saída.

§ 2º – É obrigatório à instalação de sistema de iluminação de emergência.

§ 3º – É obrigatório observar e afixar nos locais de acesso: o horário de funcionamento, lotação máxima e limite de idade licenciada.

Art. 477 - O local de reunião terá isolamento e condicionamento acústico, de conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 478 - Serão instalados bebedouros providos de água própria ao consumo humano, próximo ao local de prática de esportes, nos vestiários e nos sanitários públicos.

Art. 479 - É obrigatória a instalação de equipamentos de renovação de ar sempre que o recinto não possa ter iluminação e ventilação naturais por exigência ou tipicidade dos espetáculos.

Art. 480 - As instalações destinadas às reuniões eventuais dependerão de prévia vistoria para funcionamento, apresentação de laudo técnico de segurança e resistência, fornecidos pelas autoridades competentes.

Art. 481 - A instalação em local destinado a reunião eventual depende de prévia autorização do proprietário do terreno e apresentação à Municipalidade de documento hábil que comprove a propriedade do imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando a realização da reunião for em logradouro público, dependerá da prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 482 - O local de reunião eventual, a critério da Secretaria Municipal de Planejamento, deverá:

- I – Oferecer segurança e facilidade de acesso, escoamento e estacionamento de veículos, mediante parecer técnico favorável;
- II – Oferecer condições de segurança e facilidade de trânsito para pedestre;
- III – Evitar transtornos para hospitais, asilos, escolas, bibliotecas ou congêneres.

Art. 483 - O local de reunião eventual poderá ter caráter definitivo, desde que atendidas às exigências deste Plano Diretor quanto ao Zoneamento, ao Uso e Ocupação do Solo, Regulamento das Construções e Edificações e demais prescrições pertinentes.

Art. 484 - As máquinas e equipamentos utilizados em locais de reuniões, especialmente os de parques de diversões, deverão ter laudo técnico referente ao seu funcionamento e segurança, de conformidade com o estabelecido, neste Plano Diretor e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 485 - As instalações para circos atenderão, de acordo com a lotação, as seguintes exigências:

I – Até 300 (Trezentas) pessoas, poderão ter lona comum para coberturas e paredes com 2 (Duas) saídas, no mínimo, de 3,00m (Três metros) de largura cada;

II – Superior a 300 (Trezentas) pessoas, terão lona antichama, mastros não inflamáveis e resistentes a 01 (Uma) hora de fogo no mínimo, luzes de emergência, saídas proporcionais à lotação, na razão de 1,50m (Um metro e cinquenta centímetros) para cada 100 (Cem) pessoas, com largura mínima de 3,00m (Três metros) cada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A autorização da instalação de circo com capacidade igual ou superior a 300 (Trezentas) pessoas fica condicionada a aprovação prévia do projeto de instalação elétrica, sanitária e de escoamento de público, e projeto de prevenção e combate a incêndio pela autoridade competente.

Art. 486 - As instalações e construções destinadas a cinemas e lanchonetes ao ar livre, serão dotadas de isolamento acústico ao longo das divisas, contendo dispositivos capazes de manter o nível de som ou ruído dentro dos limites admitidos.

SEÇÃO VII – DAS DIVERSÕES ELETRÔNICAS

Art. 487 - O requerimento de licença para funcionamento e a instalação de unidade de diversão eletrônica, mecânica ou similar, ou renovação de alvará já concedido, será instruído com o projeto de isolamento acústico, assinado por responsável técnico, cuja adequação deverá ser analisada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 488 - É obrigatória a fixação, em local visível, das restrições firmadas pelo Juizado de Menores, quanto a horário e frequência do menor e outras limitações.

SEÇÃO VIII – DOS MERCADOS DE ABASTECIMENTO

Art. 489 - Mercado de abastecimento é o estabelecimento destinado à venda a varejo, de todos os gêneros alimentícios e, subsidiariamente, de objetos de uso doméstico de primeira necessidade.

Art. 490 - Compete exclusivamente ao Poder Executivo, organizar, supervisionar, orientar, dirigir, promover, assistir e fiscalizar a instalação e funcionamento de mercados de abastecimento, em consonância com os demais Órgãos Estaduais e Federais envolvidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Poder Executivo poderá celebrar convênios com terceiros, para fazer a construção, exploração ou operação de mercados de abastecimento, observadas as prescrições desta seção.

Art. 491 - Os mercados de abastecimento obedecerão à legislação Estadual e Federal pertinente, ao Zoneamento, ao Regulamento das Construções, ao Uso e Ocupação do Solo no que diz respeito, principalmente, às condições higiênico-sanitárias e à limpeza urbana.

Art. 492 - As lojas, boxes e demais cômodos dos Mercados Municipais, serão alugados, mediante Concorrência Pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada mais de uma locação à mesma pessoa, podendo, entretanto, ser concedida licença para área correspondente a mais de um compartimento, desde que contíguos, com área nunca superior a de 2 (dois) cômodos, a exclusivo critério Poder Executivo, de conformidade com as necessidades do concorrente.

Art. 493 - A execução de qualquer reforma ou benfeitoria, padronizada, dependerá de prévia licença da Secretaria Municipal de Planejamento e, quando autorizada, ficará incorporada ao Patrimônio Municipal, sem direito a qualquer indenização.

Art. 494 - O Poder Executivo Municipal estabelecerá o regulamento dos mercados, dispondo sobre o seu funcionamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Além de outras normas pertinentes, o regulamento dos mercados definirá:

- a – Dia e horário para funcionamento;
- b – Padrão do mobiliário a ser utilizado;
- c – Produtos a serem comercializados.

Art. 495 - Compete ao comerciante do Mercado Municipal de Abastecimento:

- I – Cumprir as normas deste Plano Diretor e do Regulamento;
- II – Comercializar somente o produto licenciado;
- III – Não utilizar letreiro, cartaz, faixas e outros processos de comunicação visual, sem prévia e expressa autorização do Poder Executivo;
- IV – Não utilizar aparelhos sonoros ou qualquer forma de propaganda que agrida a programação visual;
- V – Zelar pela conservação de jardins, monumentos e mobiliário urbano existente;
- VI – Portar carteira de inscrição, de saúde e exigi-las quando solicitadas pela Fiscalização;
- VII – Afixar os preços das mercadorias expostas, de forma visível e de fácil leitura;

VIII – Manter a loja, box e mobiliário em adequado estado de higiene e limpeza, assim como as áreas adjacentes;

IX – Acondicionar em saco de papel, invólucro ou vasilhame apropriado a mercadoria vendida;

X – Cuidar do próprio vestuário e do de seus prepostos;

XI – Não comercializar bebida alcoólica.

XII – Acondicionar lixo e/ou dejetos produzidos em local adequado.

Art. 496 - É terminantemente proibida, a sublocação de boxes e compartimentos alugados.

Art. 497 - As fábricas de gelo para uso alimentar, deverão ter obrigatoriamente, abastecimento de água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 498 - Nos estabelecimentos ou locais em que se fabriquem, preparem, beneficiem, acondicionem, distribuam ou vendam gêneros alimentícios, é proibido depositar ou vender substâncias nocivas à saúde ou que sirvam para falsificação destes gêneros.

Art. 499 - Nos estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios, é proibido explorar qualquer outro ramo de comércio ou de indústria estranho a estes gêneros.

Art. 500 - Os empregados e operários dos estabelecimentos de gêneros alimentícios, serão obrigados, sob pena de multa:

I – A apresentar, anualmente, a respectiva carteira de saúde à repartição sanitária para a necessária revisão;

II – A usar vestuário adequado a natureza do serviço durante o período de trabalho;

III – A manter o mais rigoroso asseio pessoal.

SEÇÃO IX – DOS MOVIMENTOS DE TERRA

Art. 501 - O movimento ou desmonte de terra no Município de Jacareacanga, inclusive o destinado ao preparo de terreno para construção e a abertura de logradouro, dependerá de licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente observado os preceitos da Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes, em especial os relacionados à defesa do meio ambiente e da limpeza pública, constantes do corpo deste Plano Diretor.

Art. 502 - A licença para movimento de terra será concedida a juízo da Secretaria Municipal de Planejamento/Secretaria Municipal de Meio Ambiente, baseada em parecer técnico, observados os aspectos referentes à segurança e ao sossego da vizinhança, bem como a preservação ambiental.

§ 1º – O Poder Executivo poderá fazer as exigências e restrições que entender convenientes para a concessão da licença.

§ 2º – O requerimento de licença será instruído com o projeto de movimento de terra pretendido.

§ 3º - A licença será concedida após a assinatura de termo de Compromisso, em que o proprietário se compromete a executar dentro do prazo estipulado, as obras necessárias à segurança e garantia de logradouro público ou de terceiros, bem como reconstruir as condições naturais do terreno, caso não seja executada a edificação.

Art. 503 - No transporte do material, será empregado veículo adequadamente vedado, de modo a evitar queda de detritos sobre a via pública.

Art. 504 - A utilização de explosivos na execução do desmonte e/ou pedreiras, fica sujeita às seguintes condições:

- I – Indicação, quando do licenciamento ao poder executivo municipal, do tipo de explosivo a ser empregado;
- II – Uso de técnica de desmonte que, comprovadamente, evite o arremesso de blocos de pedras à distância;
- III – Detonação de explosivos realizada, exclusivamente, nos horários permitidos pelo Órgão competente;
- IV – Normas de segurança e procedimentos estabelecidos pelos Órgãos Federais competentes.

SEÇÃO X – DAS INVASÕES E DAS DEPREDações NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 505 - As invasões de logradouros públicos serão punidas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º – Verificada, mediante vistoria administrativa, a invasão ou usurpação de logradouro público, em consequência de obra de caráter permanente, a Secretaria Municipal de Planejamento deverá promover imediatamente a demolição necessária, a fim de que o referido logradouro fique desembaraçado e a área invadida reintegrada ao serviço público.

§ 2º – No caso de invasão por meio de obra, ou construção de caráter provisório, o órgão mencionado no § 1º, deverá preceder sumariamente a desobstrução do logradouro.

§ 3º – Idêntica providência à referida no parágrafo primeiro e segundo, deverá ser tomada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos casos de invasão do leito de cursos de água ou de valas, de desvios dos mesmos cursos ou valas e de redução indevida de seção da respectiva vazão.

§ 4º – Em qualquer dos casos previstos nos parágrafos anteriores, o infrator, além da penalidade cabível, será obrigado a pagar ao Poder Executivo Municipal os serviços feitos por esta, acrescentando-se 20% (vinte por cento) aos custos, correspondentes às despesas de administração.

Art. 506 - As depredações ou destruição de pavimentação, guias, passeios, pontes, galerias, bueiros, muralhas, balaustradas, bancos, postes, lâmpadas e quaisquer obras ou dispositivos existentes nos logradouros públicos, serão punidos na forma da Legislação de Meio Ambiente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os infratores do presente artigo ficam obrigados a indenizar o Poder Executivo Municipal das despesas que este fizer, acrescida de 20% (vinte por cento), na reparação dos danos causados nos leitos dos logradouros públicos, nas benfeitorias ou nos dispositivos neles existentes.

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 507 - Constitui infração, toda ação ou omissão contrária às disposições deste Plano Diretor e de outras leis ou atos baixados pelo Poder Executivo Municipal, no uso do seu poder de polícia.

Art. 508 - Será considerado infrator, todo aquele que mandar constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e ainda, os encarregados da execução das leis que tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 509 - As infrações cometidas perante as normas de postura e às penalidades, bem como o procedimento administrativo, estão estabelecidas no Título VII e seus capítulos e artigos, constante deste Plano Diretor.

Art. 510 - A infração à Lei de Loteamento será punida com multa, para cada 5.000 (cinco mil) m² ou fração de área na qual se esteja ocorrendo à infração e mais embargo do loteamento até sua regularização, conforme a Tabela III.

Art. 511 - Se a infração continuar, mesmo depois do embargo, será cobrado dia de desobediência ao embargo, e ademais será utilizado o poder de polícia do Município, para que se promova a paralisação total das causas da infração, até que se finde sua regularização, conforme a **Tabela III**.

Art. 512 - A execução do loteamento, arruamento ou desmembramento, em desacordo com o projeto aprovado pelo Poder Executivo nos termos do alvará, implicará em intimação do responsável para que em prazo fixado, promova as correções necessárias.

§ 1º – O não cumprimento da intimação e das correções nas distorções existentes, levará o Executivo Municipal ao embargo e multa ao referido projeto e proprietário, conforme **Tabela III**.

§ 2º – Em ocasiões específicas, o Poder Executivo poderá a bem da coletividade, executar obras necessárias, e cobrar do proprietário o valor do serviço prestado acrescido de multa, conforme **Tabela III**.

TÍTULO V DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 513 - Este Título regula, no Município de Jacareacanga, em caráter supletivo, a Legislação Federal e Estadual pertinente, os direitos e obrigações que se relacionam com a saúde, e o bem estar individual e coletivo dos seus habitantes, dispõe sobre o Sistema Único de Saúde e aprova normas regulamentadoras sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 514 - A saúde constitui um direito fundamental do ser humano; é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, saneamento, meio ambiente, trabalho, lazer, transporte, liberdade, acesso e posse da terra, garantidas através de um Plano Diretor, com o Estado e a União, bem como da coletividade e do indivíduo a adotarem medidas pertinentes à sua preservação.

§ 1º - O Município de Jacareacanga tem o dever de zelar:

I - Pela promoção, proteção e recuperação da saúde, e pela qualidade de vida da coletividade;

II - Pela formulação e execução de políticas econômicas, sociais e ambientais, que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos;

III - Pelo estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário, às ações e aos serviços de saúde, para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação:

a) promover ações para as pessoas portadoras de necessidades especiais, nos diferentes níveis de atenção à saúde;

b) implementar serviços de referência voltados ao combate da violência sexual e doméstica;

c) promover a reabilitação e inserção social das pessoas acometidas de transtornos mentais;

d) promover a melhoria do programa de assistência farmacêutica no Município;

e) dar ênfase aos programas de ação preventiva;

f) promover a humanização do atendimento aos usuários do Sistema de Saúde Municipal;

g) implantar a gestão participativa do Sistema Municipal de Saúde.

§ 2º - Cabe à sociedade cooperar com os órgãos e entidades competentes na adoção de medidas que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde dos seus membros.

§ 3º - Cabe aos indivíduos em geral cooperar com os órgãos e entidades competentes: adotar um estilo de vida higiênico; utilizar os serviços de imunizações; observar os ensinamentos sobre educação em saúde; prestar as informações que lhes forem solicitadas pelos órgãos sanitários competentes, acatar as recomendações e conservar o meio-ambiente.

CAPÍTULO II DA ATENÇÃO A SAÚDE

SEÇÃO I - DOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE

Art. 515 - Os serviços de saúde serão estruturados em ordem de complexidade crescente, a partir dos mais simples periféricos, executados pela rede de serviços básicos de saúde, até os mais complexos.

Art. 516 - As ações dos serviços de saúde reger-se-ão por um modelo assistencial que contemple as ações promocionais preventivas e curativas, integradas através de uma rede assistencial hierarquizada e de intervenção, conforme a complexidade do quadro epidemiológico local.

Art. 517 - Os serviços de saúde no Município compreenderão unidades com as seguintes características:

§ 1º - A Unidade Municipal dos serviços de saúde é composta pelo Hospital Municipal e sua rede satélite de Postos de Saúde da Família (PSF), conforme Prancha XX, ancorados nas ações e serviços de Vigilância em Saúde, com capacidade de realizar serviços gerais de atendimento preventivo e curativo, integrado a práticas de saúde coletiva, de controle ambiental, de vetores, roedores e reservatórios das doenças endêmicas, imunizações, vigilância sanitária e epidemiológica, acompanhamento nutricional, controle das condições de saúde de populações de risco, atendimento à doenças profissionais e crônica degenerativas, acidente de trabalho e vigilância das condições de trabalho.

§ 2º - Os serviços especializados constituir-se-ão em ambulatorios, com média capacidade tecnológica de diagnóstico e terapia.

§ 3º - Os serviços de alta complexidade compreenderão serviços especializados que envolvem a utilização de tecnologia complexa de diagnóstico e terapia, que deverão ser atendidos conforme a PPI de assistência e os casos de urgência/emergência deverão ser encaminhados à Central Estadual de Regulação.

SEÇÃO II - DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 518 - A Secretaria Municipal de Saúde através do órgão de Controle Epidemiológica executará as medidas que visem à prevenção e impeçam a disseminação das doenças transmissíveis, com capacidade de diagnóstico, tratamento e controle.

Art. 519 - Para efeito do disposto no artigo anterior, o risco que representam as doenças transmissíveis para a coletividade, a Secretaria Municipal de Saúde promoverá a adoção das seguintes medidas a fim de interromper ou dificultar a sua propagação e proteger grupos humanos mais suscetíveis:

- I - Notificação obrigatória;
- II - Investigação epidemiológica;

- III - Controle de comunicantes;
- IV - Vacinação obrigatória;
- V - Quimioprofilaxia;
- VI - Isolamento hospitalar;
- VII - Vigilância sanitária e epidemiológica;
- VIII - Desinfecção;
- IX - Saneamento;
- X - Assistência médico-hospitalar.

Art. 520 - Na eminência ou no curso de epidemia, a Secretaria Municipal de Saúde poderá interditar total ou parcial, locais públicos ou privados, durante o período que considerar necessário.

Art. 521 - A Secretaria Municipal da Saúde emitirá normas técnicas especiais, baseadas em normas do MS/SES, sobre as doenças transmissíveis onde à doença existe com caráter endêmico ou epidêmico.

SUBSEÇÃO I - DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Art. 522 - A Secretaria Municipal de Saúde exercerá a execução e a coordenação das atividades de prevenção, controle e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, compreendendo, entre outras, a sífilis, a gonorréia, o cancro-mole, o linfogranuloma venéreo, a donovanose, e a síndrome da imuno-deficiência adquirida - AIDS.

PARÁGRAFO ÚNICO - O programa a que se refere este artigo incluirá também, dado o seu interesse para a saúde pública, quando transmitidas por contato sexual, a Trichomoníase, a Síndrome de Reiter, o Herpes Genital, a Pediculose Pubiana, o Molusco Contagioso, as uretrites e as vaginites não gonocócicas e o condiloma acuminato.

Art. 523 - A Secretaria Municipal de Saúde adotará as Normas técnicas e Operacionais pertinentes, e estabelecerá medidas de vigilância epidemiológica dos doentes e dos suspeitos, com o objetivo de evitar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 524 - O tratamento de doenças sexualmente transmissíveis é obrigatório, e a transmissão intencional de doença, constitui delito contra a saúde pública, previsto no Código Penal.

Art. 525 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá promover amplas campanhas de esclarecimento junto à população, acerca das medidas profiláticas e terapêuticas das doenças sexualmente transmissíveis.

SUBSEÇÃO II - DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS POR RADIAÇÃO IONIZANTE

Art. 526 - Para permitir a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças transmissíveis por radiação ionizante, a Secretaria Municipal de Saúde, em regime de

cooperação com os órgãos competentes, exercerá ações de vigilância epidemiológica e sanitária, abrangendo os dispositivos deste Capítulo, as Normas Técnicas Especiais e Operacionais, e a legislação pertinente.

Art. 527 - A autoridade sanitária, no que tange às doenças transmissíveis por radiação ionizante, realizará por rotina, o cadastramento e a fiscalização dos locais onde a referida radiação esteja presente.

Art. 528 - Para os efeitos deste Capítulo, entende-se por doença transmissível por radiação ionizante, aquela que é causada por efeitos genéticos das radiações e por contaminação radioativa.

CAPÍTULO III

DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 529 - As ações relacionadas com o controle das doenças transmissíveis, inclusive quanto à vigilância epidemiológica, à aplicação da notificação compulsória, ao programa de imunizações e ao atendimento de agravos coletivos à saúde, bem como os decorrentes de calamidade pública, no território do Município de Jacareacanga, reger-se-ão pelo disposto neste Título.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam adotados por este Capítulo os conceitos de doenças transmissíveis, seu tratamento, período de isolamento, autoridade sanitária, desinfecção, quimioprofilaxia, epidemia e outros, os constantes da Lei Federal nº. 6.259, de 30 de outubro de 1975 e seu Regulamento.

SEÇÃO II - DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE DOENÇAS

Art. 530 - A ação de vigilância epidemiológica inclui, principalmente, a elaboração de informações, pesquisas, inquéritos, investigações, levantamentos e estudos necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações que ameacem a saúde pública.

Art. 531 - Compete ao Setor de Vigilância Sanitária, no território do Município, definir, sua Unidade de Vigilância Epidemiológica integrante da rede de serviços da saúde em sua estrutura, responsáveis pelas ações de vigilância epidemiológica.

PARÁGRAFO ÚNICO - As ações de vigilância epidemiológica compreendem:

- I - Coleta de informações básicas necessárias ao controle de doenças;
- II - Diagnóstico das doenças que estejam sob regime de notificação compulsória;
- III - Averiguação de disseminação das doenças notificadas e a determinação da população em risco;

IV - Proposição e execução de medidas pertinentes ao controle de doenças transmissíveis;

V - Criação de mecanismos de tratamento e utilização adequada de informações e a sua divulgação, dentro e fora do sistema de saúde.

Art. 532 - É dever de todo cidadão comunicar ao Setor de Vigilância Sanitária a ocorrência de caso de doença transmissível.

§ 1º - É facultado ao Setor de Vigilância Sanitária, na atividade de prevenção da dengue, Esquistossomose e outras doenças, o serviço forçado, por ato de polícia administrativa, em imóveis particulares, que se encontrarem abandonados e/ou desocupados, quando mostrar-se fundamental para contenção da doença, dentre outras medidas que se afigurarem necessárias, sem necessidade de recurso à via judicial.

§ 2º - Para a realização da faculdade constante no § 1º, o órgão municipal de controle Epidemiológico, poderá requisitar força policial, para a garantia do procedimento.

Art. 533 - São obrigados a fazer notificação ao Setor de Vigilância Sanitária, os médicos e outros profissionais de saúde no exercício profissional, os responsáveis por organizações, estabelecimentos públicos e particulares da saúde, ensino e trabalho e por habitações coletivas onde se encontrar o doente.

Art. 534 - Notificada um caso de doença transmissível ou observada, de qualquer modo a necessidade de uma investigação epidemiológica, compete à autoridade a adoção das medidas adequadas.

Art. 535 - Para os efeitos desta seção, entende-se por notificação obrigatória, a comunicação ao Setor de Vigilância Sanitária dos casos e dos óbitos suspeitos ou confirmados de doenças especificadas abaixo:

I - Botulismo;

II - Carbúnculo ou “antraz”;

III - Cólera ;

IV - Conjuntivite;

V - Coqueluche ;

VI - Dengue;

VII - Difteria;

VIII - Doenças de Chagas (casos agudos);

IX - Doenças Meningocócicas e outras Meningites;

X - Esquistossomose (em área não endêmica);

XI - Febre Amarela;

XII - Febre de Nilo;

XIII - Febre Maculosa;

XIV - Leishmaniose Tegumentar Americana;

XV - Leishmaniose Visceral;

XVI - Leptospirose;

XVII - Malária;

- XVIII - Meningite por *Haemophilus influenzae*;
- XIX - Peste;
- XX - Poliomelite;
- XXI - Paralisia Flácida Aguda;
- XXII - Raiva Humana;
- XXIII - Rubéola;
- XXIV - Síndrome da Rubéola Congênita;
- XXV - Sarampo;
- XXVI - Febre Tifóide;
- XXVII - Hanseníase;
- XXVIII - Hantavirose;
- XXIX - Hepatites Virais;
- XXX - Infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) em gestantes e crianças expostas ao risco de transmissão vertical;
- XXXI - Sífilis Congênita;
- XXXII - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS);
- XXXIII - Síndrome Respiratória Aguda Grave;
- XXXIV - Tétano;
- XXXV - Tularemia;
- XXXVI - Tuberculose;
- XXXVII - Varíola;
- XXXVIII - Eventos adversos pós-vacinais.

§ 1º - A notificação de qualquer das doenças e agravos referidos neste Artigo deve ser feita à simples suspeita e o mais precocemente possível, aos serviços de saúde municipal, regional ou Estadual.

§ 2º - Serão emitidas, periodicamente, Normas Técnicas especiais contendo os nomes constantes de Normas Técnicas Compulsórias.

§ 3º - De acordo com as condições epidemiológicas, o Setor de Vigilância Sanitária poderá exigir a notificação de quaisquer infecções ou infestações, constantes de agente etimológico para o meio ambiente, mesmo que não apresentam, no momento sintomologia clínica alguma.

Art. 536 - Quando ocorrer doenças de notificação, compulsória em estabelecimento coletivo, a autoridade comunicará esse fato, por escrito ao seu responsável, o que deverá acusar a recepção da notificação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, no máximo, também por escrito, ficando desde logo no dever de comunicar as autoridades sanitárias os novos casos suspeitos, assim como o nome, idade e residência daqueles que faltarem ao estabelecimento por mais de 3 (três) dias consecutivos.

Art. 537 - Recebida à notificação, o Setor de Vigilância Sanitária é obrigado a proceder à investigação epidemiológica pertinente para elucidação do diagnóstico e averiguações sobre doença e sua discriminação entre a população em risco.

§ 1º - A autoridade poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos, junto de indivíduos, de grupos populacionais determinados, sempre que julgar necessário, visando à proteção da saúde pública.

§ 2º - Nos casos de óbitos por doenças constantes das normas técnicas especiais, o cartório que os registrar, deverá comunicar o fato à autoridade sanitária, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a qual verificará se o caso foi notificado nos termos deste Plano Diretor, tomando as devidas providências em caso negativo.

Art. 538 - As notificações recebidas pelo Setor de Vigilância Sanitária serão comunicadas imediatamente aos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Saúde e do Ministério Saúde de casos de doenças sujeita à comunicação, conforme normas técnicas especiais e Regulamento Sanitário Internacional.

Art. 539 - A autoridade competente providenciará a divulgação constante das disposições deste Capítulo, referentes à notificação obrigatória de doenças transmissíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - É proibida a divulgação da identidade do paciente portador de doença de notificação compulsória, fora do âmbito médico-sanitário, exceto quando se verificarem circunstâncias excepcionais de grande risco para a comunidade, a juízo do Setor de Vigilância Sanitária e com prévio conhecimento do doente ou seu representante.

Art. 540 - São obrigados a fazerem notificação ao Setor de Vigilância Sanitária, os médicos e outros profissionais de saúde, os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e privados de saúde, ensino e trabalho, os responsáveis por habitação coletiva e cidadãos comuns (Lei Federal nº 6259/75).

§ 1º - Serão emitidas normas técnicas especiais pela Secretaria Municipal de Saúde, contendo o nome das doenças de notificação compulsória, em conformidade com o Ministério da Saúde.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Saúde poderá exigir a notificação de quaisquer infecções de infestação, de acordo com condições epidemiológicas.

§ 3º - A informação deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Saúde à Secretaria de Estado de Saúde, face a simples suspeita de ocorrência de Doença de Notificação Compulsória, devendo esta ser feita por e-mail, fax, telefone, telegrama ou por carta, devendo ser dado preferência ao meio mais rápido, e seguido do respectivo boletim de notificação ou investigação do agravo.

SEÇÃO III - DAS VACINAS OBRIGATÓRIAS

Art. 541 - A vacinação obrigatória será gratuita e de responsabilidade da rede de serviços de saúde do SUS, que atuarão junto à população residente e/ou em trânsito, cumprindo as determinações estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 542 - É dever de todo cidadão submeter os menores sob sua guarda e responsabilidade, à vacinação obrigatória, de acordo com a Legislação vigente.

Art. 543 - A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela vacinação obrigatória no território do Município, nos termos da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Setor de Vigilância Sanitária elaborará e divulgará periodicamente, relação das vacinas de caráter obrigatório no Município seguindo as diretrizes aprovadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 544 - Toda pessoa vacinada, seus pais ou responsáveis, tem direito de exigir o correspondente atestado comprobatório da vacina obrigatória recebida, a fim de satisfazer exigências legais ou regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em situações excepcionais, a autoridade sanitária poderá dispensar a emissão do atestado.

Art. 545 - A pessoa que durante o ano inteiro recorrer aos serviços de saúde pública para realização de vacinações obrigatórias e não conseguir a aplicação das mesmas poderá exigir daqueles órgãos um atestado comprobatório da impossibilidade da vacinação, a fim de eximir-se, nas datas aprazadas, das obrigações e sanções estabelecidas na Legislação específica.

SEÇÃO IV - DA PREVENÇÃO DE ZONÓSES

Art. 546 - A Secretaria Municipal de Saúde coordenará em seu âmbito, as ações de prevenção e controle de zoonoses, em articulação com os Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, podendo, para tanto implantar o Centro Municipal de Zoonoses.

Art. 547 - Todo proprietário ou possuidores de animais, a qualquer título, deverão observar a vacinação obrigatória dos animais, e as disposições legais e técnicas das autoridades sanitárias, bem como adotar suas medidas indicadas para evitar a transmissão de zoonoses, de acordo com a Legislação Vigente.

Art. 548 - Toda pessoa fica obrigada a permitir a entrada em seu domicílio, ou em lugar cercado de sua propriedade, ou submetida a seus cuidados, dos técnicos da saúde mediante identificação, para efeito de exames, tratamento, captura ou sacrifício de animais doentes e/ou suspeito de zoonoses e controle de vetores.

Art. 549 - A partir da vigência deste Plano Diretor, ficam proibidas instalações industriais e semi-industriais de chiqueiros ou pocilgas, estábulos, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres, dentro da zona urbana do Município.

§ 1º - As instalações existentes na data da publicação deste Plano Diretor, que contrariam o disposto deste artigo, terão prazo máximo de 12 (doze) meses para serem removidas.

§ 2º - Será tolerada a existência em zona urbana, de criação de galinhas, frangos e galos de uso exclusivamente domésticos, situados fora da habitação e que não tragam inconvenientes ou incômodos á vizinhança.

§ 3º - As instalações referidas no “caput” deverão seguir princípios de higiene, limpeza e conservação.

SEÇÃO V - DO CONTROLE DE ZONOSSES

SUBSEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 550 - Fica o Setor de Vigilância Sanitária, responsável pela execução das ações de controle de zoonoses.

Art. 551 - Para efeito dessa seção, entende-se por:

I - Zoonoses: infecções ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa;

II - Agente Sanitário: médicos veterinários e técnicos da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Setor Sanitário Responsável: aquele responsável pela Coordenação e Controle de Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde de Jacareacanga.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de Zoonoses, preservar a saúde da população, mediante o emprego de conhecimentos especializados e experiências da Saúde Pública Veterinária.

Art. 552 - Constituem objetivos básicos das ações de controle das populações animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;

II - Preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais.

Art. 553 - Todo proprietário ou possuidor de animais, a qualquer título, deverá observar as disposições legais e regulamentares pertinentes e adotar as medidas indicadas pelas autoridades de saúde para evitar a transmissão de Zoonoses às pessoas.

Art. 554 - É obrigatória a vacinação dos animais contra as doenças especificadas pelo Ministério da Saúde.

SUBSEÇÃO II - DA CAPTURA DE ANIMAIS

Art. 555 - É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com uso adequado de coleira, guia conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cães mordedores e bravios somente poderão sair às ruas devidamente amordaçados.

Art. 556 - Serão apreendidos os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por Agente Sanitário ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

§ 1º - Será ainda apreendido todo e qualquer animal:

- I - Encontrado solto nas vias públicas ou locais de livre acesso ao público;
- II - Suspeito de raiva ou outra zoonose;
- III - Submetido a maus tratos por seus proprietários ou preposto deste;
- IV - Mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;
- V - Cujas criação ou uso seja vedado pelo presente Plano Diretor.

§ 2º - Se o cão apreendido for portador de registro seu portador deverá ser notificado.

Art. 557 - O animal encontrado solto nas vias e logradouros públicos será apreendido, podendo ser resgatado somente pelo seu legítimo proprietário ou representante legal, após o preenchimento do expediente próprio de identificação e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º - Os animais apreendidos ficarão à disposição do proprietário ou seu representante legal nos prazos previstos no parágrafo seguinte, sendo que durante esse período de tempo, o animal será devidamente alimentado, assistido por médico-veterinário e pessoal preparado para tal função.

§ 2º - As praxes, a que se refere o parágrafo anterior, contados do dia da apreensão do animal, será de 5 (cinco) dias para médios e grandes animais.

Art. 558 - O cadáver do animal sacrificado ou morto será cremado ou destinado a local previamente estabelecido pela autoridade sanitária competente.

Art. 559 - Os animais apreendidos poderão ter as seguintes destinações, a critério do setor sanitário responsável:

- I - Resgate;
- II - Leilão;
- III - Adoção;
- IV - Doação;
- V - Sacrifício;

CAPÍTULO IV

DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO, DOMÉSTICOS, E POR CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 560 - Serão consideradas, dentre outras, as seguintes ações de atenção à saúde, relativas aos acidentes de trânsito e domésticos:

- I - educação em prevenção de acidentes de trânsito devido a desvios de comportamento e alterações físicas ou mentais, particularmente neurose, psicoses e intoxicação por álcool ou drogas;
- II - cooperação com os órgãos competentes de trânsito, no desenvolvimento das ações relativas à saúde.

Art. 561 - A Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com suas congêneres, a nível Estadual e Federal, coordenará a execução de planos e atividades que visem à

prestação de serviços médicos de urgência, particularmente aos politraumatizados e à reabilitação dos acidentados.

Art. 562 - Especial atenção será dada às normas legais pertinentes, no que se refere à prevenção, controle, cadastramento e fiscalização dos acidentes causados por efeitos agudos das radiações.

§ 1º - Os casos a que se refere este artigo são aqueles onde se associam altas doses de radiação, recebidas em grandes áreas do corpo humano, em um curto período de tempo, podendo levar à síndrome aguda de radiação e até mesmo à morte imediata.

§ 2º - Na luta contra os acidentes causados por efeitos agudos das radiações referidas no “caput” deste artigo, todos os esforços públicos e privados, deverão ser mobilizados para prestações eficientes e gratuitas de todas as facilidades terapêuticas adequadas.

Art. 563 - Na ocorrência de casos de agravos à saúde, decorrente de calamidades públicas, para o controle de epidemias e outras ações indicadas, a Secretaria Municipal de Saúde articulará com Órgãos Federais e Estaduais, promovendo a mobilização de todo os seus recursos sanitários, médicos e hospitalares considerados necessários.

CAPÍTULO V DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

SEÇÃO I - DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 564 - A Secretaria Municipal de Saúde, em regime de integração com Órgãos Federais e Estaduais, implementará os serviços relacionados à vigilância da saúde do trabalhador, conforme recomendações do Ministério da Saúde:

- I - As condições sanitárias e poluição ocupacional dos locais de trabalho;
- II - As condições de saúde do trabalhador;
- III - Os maquinários, equipamentos, aparelhos, instrumentos de trabalho e dispositivos de proteção individual e coletiva que colocam em risco a saúde do trabalhador e/ou coletividade;
- IV - A salubridade dos locais de trabalho;
- V - As condições inerentes a própria natureza e as condições de trabalho.

Art. 565 - A Saúde do Trabalhador deverá ser resguardada nas relações sociais que se estabelecem entre o capital e o trabalho, no processo de produção, pressuposta a garantia da sua integridade e da sua higidez física e mental.

§ 1º - Entende-se por processo de produção, a relação que se estabelece entre o capital e o trabalho, englobando os aspectos econômicos, organizacionais e ambientais na produção de bens e serviços.

§ 2º - As ações na área de saúde do trabalhador, previstas neste Capítulo, compreendem o meio urbano e o meio rural.

Art. 566 - Para os efeitos desta seção, considera-se Saúde do Trabalhador, o conjunto de medidas que visem à promoção, a proteção e a recuperação da saúde, que serão desenvolvidas através da assistência individual, concomitante com a coletiva, desenvolvendo atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, visando à redução da morbi-mortalidade.

§ 1º - As atividades de prevenção referidas neste artigo devem observar o nexo causal.

§ 2º - As atividades de saúde do trabalhador abrangerão, dentre outras, medidas que controlem os riscos:

- I - decorrentes de acidentes e doenças do/ e/ou/ no trabalho;
- II - da ação de agentes físicos, químicos e biológicos;
- III - decorrentes da fadiga ocupacional;
- IV - decorrentes de inaptações somáticas, fisiológicas e psicológicas.

Art. 567 - As ações de atenção à saúde do trabalhador são consideradas, dentre outras:

- I - vigilância sanitária relativa à saúde do trabalhador;
- II - vigilância epidemiológica relativa à saúde do trabalhador;
- III - assistência à saúde do trabalhador.

Art. 568 - Para fins do disposto no artigo anterior, especial atenção será dada à realização de uma articulação das ações nele mencionadas e do estabelecimento das relações entre as condições de saúde e as do ambiente de trabalho.

Art. 569 - A vigilância sanitária, no âmbito da saúde do trabalhador, será realizada em estabelecimentos, empresas e locais de trabalho, pela autoridade sanitária competente, que exercerá a fiscalização, abrangendo, dentre outras, as:

- I - condições sanitárias ambientais e os riscos operacionais dos locais de trabalho;
- II - condições de saúde do trabalhador;
- III - condições relativas à disposição física das máquinas.

Art. 570 - Dentre outras obrigações no âmbito da saúde pública, relativamente à saúde do trabalhador, incumbe ao Sistema Único de Saúde, a normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição, destinação final dos resíduos, e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos, no processo de trabalho.

§ 1º - Cabe ao Sistema Único de Saúde, avaliar o impacto que as tecnologias provocam na saúde do trabalhador, e estabelecer medidas de controle.

§ 2º - Cabe ao Sistema Único de Saúde, a revisão periódica da legislação pertinente à defesa da saúde do trabalhador e a atualização permanente da lista oficial de doenças originadas no processo de trabalho.

Art. 571 - A autoridade sanitária investigará e realizará inspeções sanitárias, cabendo:

I - ao trabalhador, a manutenção higiênica, a execução de ações de segurança operacional e o uso de dispositivos de proteção adequados;

II - à empresa ou proprietário, a direção, o planejamento, a manutenção e a execução das medidas preventivas, quanto aos aspectos de salubridade e periculosidade, ficando os mesmos, obrigados a fornecer todos os dispositivos de proteção necessários.

Art. 572 - São obrigações do empregador, além daquelas estabelecidas na legislação em vigor:

I - manter as condições de trabalho e a organização de trabalhos adequada às condições psicofísicas dos trabalhadores;

II - permitir e facilitar o acesso das autoridades sanitárias aos locais de trabalho qualquer dia e horário, fornecendo as informações e dados solicitados;

III - em caso de risco conhecido, dar ampla e constante informação aos trabalhadores;

IV - em caso de risco ainda não conhecido, arcar com os custos de estudos e pesquisas que visem esclarecê-lo;

V - uma vez detectado o risco, seja físico, químico, biológico, operacional ou proveniente da organização do trabalho, comunicar imediatamente à autoridade sanitária, elaborar cronograma para aprovação, e implementar a correção dos mesmos.

Art. 573 - Os órgãos executores das ações de saúde do trabalhador desempenharão suas funções observando os seguintes princípios e diretrizes:

I - informar aos trabalhadores e respectivos sindicatos, sobre os riscos e danos à saúde, no exercício da atividade laborativa e nos ambientes de trabalho;

II - Garantir a participação dos sindicatos de trabalhadores na formulação, planejamento, avaliação e controle de programas de saúde do trabalhador;

III - garantir aos sindicatos de trabalhadores, sua participação nos atos de fiscalização, avaliações ambientais de saúde, de pesquisas, e também, acesso aos resultados obtidos;

IV - garantir ao trabalhador, em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, a interrupção de suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco;

V - garantir aos sindicatos, o direito de requerimento ao setor de Vigilância Sanitária, a interdição de máquinas, de parte ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição de risco iminente para a vida ou a saúde dos trabalhadores, com imediata ação do Poder Público competente;

VI - dever de considerar o conhecimento do trabalhador como tecnicamente fundamental para o levantamento das áreas de riscos e dos danos à saúde;

VII - dever da autoridade sanitária, sob pena de responsabilidade, de comunicar ao Ministério Público, todas as condições de risco e agravo à saúde do

trabalhador e ao meio ambiente, decorrentes da atividade das entidades privadas ou públicas, bem como, das ocorrências de acidentes e/ou doenças do trabalho;

VIII - dever de atuar na defesa da saúde do trabalhador, obedecendo a ações programáticas planejadas em que os objetivos, métodos e avaliações da intervenção sejam uma rotina;

IX - dever dos órgãos públicos competentes, no campo da saúde do trabalhador, de utilizarem o método epidemiológico, entre outros, como instrumento básico para a definição de prioridades na alocação de recursos e orientação programática;

X - dever de priorizar a formação de recursos humanos para a área de atuação na saúde do trabalhador;

XI - dever de estimular e apoiar pesquisas sobre a saúde nos ambientes de trabalho;

XII - dever de utilizar instrumentos de informação e comunicação regulamentados por Normas Técnicas Especiais ou Portarias;

XIII - estabelecer Normas Técnicas Especiais para a proteção da saúde no trabalho da mulher, no período de gestação, do menor e dos portadores de deficiências;

XIV - dever de determinar correções e, quando for o caso, tomar medidas de correção nos ambientes de trabalho, observando os seguintes níveis de prioridade:

- a) eliminação da fonte de risco;
- b) medida de controle diretamente na fonte;
- c) medida de controle no meio ambiente de trabalho;
- d) medidas de controle no uso dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), rigorosamente dentro do que determinam as Normas Técnicas em vigor.

XV - adotar normas, preceitos e recomendações dos organismos internacionais do trabalho, na ausência de Normas Técnicas Nacionais e específicas.

Art. 574 - As unidades básicas de saúde serão capacitadas a controlar a nocividade dos ambientes de trabalho nos momentos preventivos, curativos e de reabilitação, contando para isso com equipes multiprofissionais.

Art. 575 - A investigação dos ambientes de trabalho, abrangida ou não pela fiscalização, compreende cinco (05) fases básicas:

- I - fase de reconhecimento preliminar;
- II - fase de levantamento de dados sobre o ambiente;
- III - fase de avaliação da saúde;
- IV - fase de elaboração de dados;
- V - fase de planejamento das ações de prevenção.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se em qualquer etapa de desenvolvimento das fases de investigação, for de conhecimento da autoridade sanitária, situação de risco iminente ou dano constatado à saúde dos trabalhadores; serão implementadas de imediato, ações preventivas de correção ou de interdição parcial ou total da atividade.

Art. 576 - Por meio de reuniões mantidas com os trabalhadores e seus representantes sindicais, serão levantadas informações dos locais e condições de trabalho, objetivando a obtenção de uma visão da empresa e de sua problemática.

Art. 577 - Considerando-se as etapas mais desfavoráveis do processo de trabalho e com base no conhecimento obtido na primeira fase, descrita no artigo 718, serão realizadas as avaliações qualitativas e quantitativas dos fatores ambientais de risco à saúde.

Art. 578 - Constatadas patologias conexas aos fatores ambientais agressivos à saúde, nas duas primeiras fases descritas no artigo 718, mediante critérios epidemiológicos, o estado de saúde dos trabalhadores será analisado através de exames clínico-laboratoriais.

Art. 579 - As informações e os dados levantados na investigação serão consolidados com a inclusão das medidas técnicas de correção, e encaminhados aos representantes dos trabalhadores investigados, ao sindicato da categoria e à empresa.

Art. 580 - A fase de planejamento das ações de prevenção referida no artigo 718, item V, contará com a participação dos sindicatos de trabalhadores, será estabelecido o cronograma de acompanhamento e avaliação dos resultados, e a consequente divulgação para os trabalhadores da empresa, outros profissionais da área de saúde do trabalhador, e outras instituições que atuarem no processo de investigação.

Art. 581 - A autoridade sanitária determinará a elaboração de estudo prévio de risco-benefício sanitário a toda obra, empreendimento, processo produtivo, de consumo e de prestação de serviços, atividade de exploração de recursos naturais de qualquer natureza e qualquer atividade desenvolvida no meio ambiente, nele incluído o do trabalho, quando houver importância de benefício potencial, ou significativo risco ou desconhecimento do risco à saúde humana, abordando-se a situação atual de saneamento e saúde ambientais na área de influência do projeto, assim como as possíveis consequências nocivas e benéficas para a saúde, e as medidas eficazes para a sua proteção, sendo os custos de estudos suportados pelo requerente.

§ 1º - No procedimento deste artigo será realizada audiência pública, na forma da lei, dando-se oportunidade ao público para consultar o estudo no prazo mínimo de quarenta e cinco dias anteriores à audiência.

§ 2º - A notícia da realização da audiência pública será publicada nos jornais de circulação no Município, nas emissoras de rádio e de televisão locais, comunicando-se por carta registrada com aviso de recebimento, às entidades civis não governamentais, que intervierem no procedimento.

Art. 582 - As empresas com mais de 100 (cem) e menos de 500 (quinhentos) trabalhadores por turno, e as empresas de risco 4 (quatro), com mais de 20 (vinte) e menos de 50 (cinquenta) trabalhadores por turno, conforme classificação de risco, estabelecida na

NR-4, da Portaria Nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho, que operem em turnos no período das 18:00 horas às 06:00 horas, manterão, obrigatoriamente em funcionamento, estabelecimento de assistência à saúde para primeiros socorros, com pelo menos 1 (um) enfermeiro do trabalho, no período.

Art. 583 - Será assegurada ao trabalhador, a assistência à saúde, permanente e contínua, durante o turno de trabalho e em horas extras.

Art. 584 - Especial atenção será dada às diretrizes estabelecidas no Capítulo III, Subseção II, e demais dispositivos deste Capítulo e dos órgãos Federais e Estaduais competentes, no que se refere à prevenção e controle de doenças transmissíveis causadas por radiação em profissionais ocupacionalmente expostos ou circunstantes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos a que se refere este artigo serão aqueles onde se associam altas doses de radiação em um curto intervalo de tempo, ou a pequenas doses de radiação crônica, em um longo intervalo de tempo.

Art. 585 - A autoridade sanitária, no que tange às doenças não transmissíveis, causadas por radiação, realizará visita de rotina, o cadastramento e a fiscalização dos locais onde a referida radiação esteja presente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na luta contra doenças não transmissíveis, causadas por radiação, referidas neste artigo, para melhoria das condições gerais de salubridade e da terapêutica, serão oferecidas, gratuitamente, pelos órgãos Municipais, quando da integração de ações com os órgãos Federais e Estaduais competentes, todas as facilidades para o adequado tratamento dos doentes, em estabelecimentos oficiais ou particulares conveniados.

SEÇÃO II - COZINHAS OU SALAS DE MANIPULAÇÃO

Art. 586 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Plano Diretor, as cozinhas e/ou salas de manipulação, deverão observar as seguintes normas:

- I - Piso cerâmico ou material eficiente, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagem;
- II - Paredes impermeabilizadas com azulejos ou materiais adequados na cor clara até a altura de 2,00 m (dois metros), e o restante das paredes pintadas na cor clara;
- III - Teto liso, de material adequado, pintado na cor clara, que permita perfeita limpeza de higienização;
- IV - Aberturas teladas com tela à prova de insetos;
- V - Água corrente, quente e fria;
- VI - Fogão apropriado, com coifa e/ou exaustor;
- VII - Mesas de manipulação constituídas somente de pés e tampos, devendo estes ser feitos ou revestidos de material impermeabilizantes;
- VIII - Filtro para água que atenda à demanda;

IX - É proibida a utilização de divisões de madeira, revestimentos de madeira nas paredes, teto e piso.

SEÇÃO III - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 587 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis desta Seção, todos os estabelecimentos deverão possuir uma instalação sanitária, no mínimo que deverá seguir normas:

I - Piso cerâmico ou de material eficiente com inclinação suficiente para escoamento das águas de lavagens;

II - Paredes impermeabilizadas com azulejos ou material eficiente até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) na cor clara e o restante das paredes pintada na cor clara;

III - Teto liso, de material adequado, pintado na cor clara, que permita perfeita limpeza de higienização;

IV - Não ter ligação direta com nenhuma dependência do estabelecimento, devendo possuir ante-sala;

V - Vaso sanitário com tampa e mictório, sendo, em ambos os casos, obrigatória a água corrente para descarga;

VI - Portas providas de molas;

VII - Os estabelecimentos que possuírem mais de 15 (quinze) funcionários deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo, observado o que dispõe o Regulamento das Construções do Município, inclusive para portadores de deficiência.

VIII - As latrinas múltiplas (Masculino/Feminino/Deficientes) serão divididas em salas independentes com biombos fixos, e com 2,00m (dois metros) de altura.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos dispositivos contidos nos itens anteriores ficam os estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas fracionadas, obrigados a ter instalações sanitárias separadas por sexo, a critério da autoridade sanitária, conforme determinação do decreto Federal 2596/04 – NBR 9050.

Art. 588 - Fica proibido construir instalações sanitárias sobre riachos, córregos ou qualquer curso d'água no perímetro do Município de Jacarecanga.

SEÇÃO IV - DA ODONTOLOGIA SANITÁRIA

Art. 589 - A Secretaria Municipal de Saúde planejará, coordenará, executará e orientará as atividades em que se integram as funções de promoção, de proteção e de recuperação da saúde bucal dos munícipes, através de atividades corretivas e preventivas.

CAPÍTULO VI

DAS FARMÁCIAS, DROGARIAS, ERVANÁRIOS E SIMILARES

SEÇÃO I - DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO

Art. 590 - O comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos é privativo dos estabelecimentos devidamente licenciados, sendo que a dispensação de medicamentos somente é permitida a:

- I - Farmácia;
- II - Drogeria;
- III - Dispensário de Medicamento.

Art. 591 - É permitido às farmácias e drogerias exercerem o comércio de determinados correlatos, como aparelhos e acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética, produtos utilizados para fins de diagnósticos e analíticos de higiene pessoal ou de ambiente, cosméticos e perfumes, dietéticos, produtos odontológicos e outros, desde que observada a Legislação Federal, especialmente a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, a Legislação Estadual, este Código e suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 592 - É proibido o uso de seringas e agulhas não descartáveis, bem como a reutilização das descartáveis, em farmácias e drogerias.

Art. 593 - A farmácia poderá manter laboratório de análises clínicas, desde que em dependência distinta e separada, e sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

Art. 594 - É privativo das farmácias e dos herbanários ou ervanários à venda de plantas medicinais, a qual somente poderá ser efetuada desde que seja observada a legislação federal, este Plano Diretor e demais atos da autoridade sanitária do Estado.

Art. 595 - Não poderão ser entregues ao consumo ou expostos à venda, as drogas, os medicamentos, os insumos farmacêuticos e os correlatos que não tenham sido registrados pelo Ministério da Saúde.

Art. 596 - É proibido a outros estabelecimentos, que não farmácias e drogerias, a venda de produtos ou correlatos, não enquadrados no conceito de drogas, medicamentos ou insumos farmacêuticos, e que independem de prescrição médica.

Art. 597 - O comércio dos medicamentos homeopáticos está sujeito ao mesmo controle dos medicamentos alopáticos, na forma deste Plano Diretor, observado as suas peculiaridades.

§ 1º - A farmácia homeopática só poderá manipular as fórmulas oficiais e magistrais, com obediência à farmacotécnica homeopática.

§ 2º - A manipulação de medicamentos homeopáticos que não conste da farmacopéia ou dos formulários homeopáticos depende de aprovação do Ministério da Saúde.

§ 3º - A aprovação de que trata o parágrafo anterior será requerida pelo representante legal da empresa proprietária do estabelecimento farmacêutico ao Ministério da Saúde.

§ 4º - O pedido constituirá processo próprio, cuja decisão favorável dará lugar a licença do produto.

Art. 598 - É permitido às farmácias homeopáticas manter seções de vendas de correlatos e de medicamentos homeopáticos, desde que estejam acondicionados em suas embalagens originais.

CAPÍTULO VII DA PROTEÇÃO A SAÚDE

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 599 - A Secretaria Municipal de Saúde, através de seu setor competente, exercerá atividade de vigilância sanitária visando eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Art. 600 - O controle sanitário do Município de Jacareacanga tem por finalidade a prevenção e resolução dos problemas sanitários através de orientação, inspeção e fiscalização:

- I - Da higiene de habitações, seus anexos e lotes vagos;
- II - Da qualidade das condições de higiene dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestacionais e similares, bem como daqueles de peculiar interesse da Saúde Pública;
- III - Das condições de higiene da produção, conservação, manipulação, beneficiamento, fracionamento, acondicionamento, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e consumo de alimento em geral e do uso de aditivos alimentares;
- IV - Dos mercados, feiras livres, comércio ambulante de alimentos e congêneres;
- V - Das condições sanitárias dos logradouros públicos, dos locais de esporte e recreação, dos acampamentos públicos, bem como dos estabelecimentos de diversões em geral;
- VI - Das condições sanitárias dos hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos similares;
- VII - Das condições sanitárias das barbearias, salões de cabeleireiros, de beleza, academias de ginástica e dos estabelecimentos afins;
- VIII - Das condições de saúde e higiene das pessoas que trabalhem em estabelecimentos sujeitos à Licença para Funcionamento (Alvará);
- IX - Das condições das águas destinadas ao consumo público e privado;

X - Das condições sanitárias da coleta e destino das águas servidas e esgotos sanitários;

XI - Das condições sanitárias decorrentes da coleta, transporte e destino do lixo e refugos industriais, domiciliares e outros;

XII - Das condições sanitárias dos abrigos destinados a animais, localizados no território do Município;

XIII - Das agências funerárias e casas mortuárias;

XIV - Outras condições sanitárias de interesse da coletividade em geral não especificadas nos incisos anteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuando as habitações em geral, na forma prevista no inciso I, todos os estabelecimentos regulados no presente artigo, deverão possuir Licença para Funcionamento (Alvará), renovável anualmente junto a Prefeitura.

Art. 601 - No desempenho das atividades previstas serão empregados todos os meios e recursos disponíveis, e adotados os processos e métodos científicos e tecnológicos adequados às normas e padrões aprovados, bem como aplicados os preceitos legais e regulamentares aprovados, visando obter maior eficiência e eficácia no controle e fiscalização de saúde.

Art. 602 - Os serviços de vigilância sanitária manterão estreito entrosamento com os serviços de epidemiologia farmacologia e ambiental, apoiando-se numa rede laboratorial de saúde pública, a fim de permitir uma ação coordenada e objetiva na solução e acompanhamento dos casos sob controle.

SEÇÃO II - DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS À SAÚDE

Art. 603 - A ação sanitária será exercida sobre os produtos e serviços relacionados à saúde, ao pessoal que o manipula ou fornece, sobre os locais e instalações onde fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, execute, venda e consumo.

CAPÍTULO VIII DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 604 - Os assuntos pertinentes à defesa e à proteção da saúde individual ou coletiva, no que concerne a alimentos em todas as etapas de sua produção até o consumo no comércio, serão regidos em todo o Município pelas disposições deste Plano Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os conceitos e definições de alimento, matéria-prima alimentar, alimento enriquecido, alimento de fantasia ou artificial, alimento irradiado, aditivos intencional, acidental, produto alimentício, padrão de identidade e qualidade, bem

como os de rotulo, embalagem, propaganda, órgão competente, laboratório oficial, autoridade fiscalizadora competente, análise de controles, análise fiscal, estabelecidos no Decreto-Lei Federal nº 986, de 21 de outubro de 1969, e demais textos legais posteriores, ficam adotados por este Plano Diretor.

Art. 605 - Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabricação, preparo, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito ou venda de alimentos, de produtos relacionados à saúde bem como os demais de interesse da Saúde Pública Municipal e os que vierem a ser regulamentados através de normas técnicas, deverão possuir:

- I - Licença de autorização sanitária;
- II - Instalação sanitária adequada;
- III - Água corrente potável;
- IV - Ralos no piso de lavagem;
- V - Ventilação e iluminação adequadas;
- VI - Pias e lavabos com sifão e/ou ralo sinfonada;
- VII - Recipientes com tampa adequados para lixo;
- VIII - Recipiente de material inócuo sem ranhuras ou fragmentação, para o preparo, uso e transporte de alimentos;
- IX - As toalhas, copos, xícaras e demais utensílios similares, quando não forem descartáveis, deverão sofrer processo de esterilização.

Art. 606 - Para os efeitos deste Plano Diretor, considera-se alimento fraudado, adulterado ou falsificado, todo aquele que:

- I - Houver sido misturado ou acondicionado com substâncias que modifiquem as suas características por ocasião do pedido de registro;
- II - Houver sido retirado qualquer elemento da sua composição normal, sem autorização das normas sanitárias respectivas;
- III - Houver sido substituídos elementos integrantes de sua composição normal, por outro de qualidade inferior, ou tiverem sido acrescidos de substâncias não autorizadas pelas normas sanitárias, de modo a suprimir ou reduzir o seu valor alimentício ou torná-lo nocivo à saúde;
- IV - O seu volume, peso ou medida não corresponder à quantidade aprovada oficialmente;
- V - Forem apresentados na sua propaganda, rótulo, ou embalagem, indicações que induzam a erro, engano ou confusão à sua procedência, origem, composição ou finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se ainda para os efeitos deste Plano Diretor:

- a. Comércio ambulante: toda e qualquer forma de atividade lucrativa, de caráter eventual ou transitório, que se exerçam de maneira intolerante, nas vias, logradouros públicos, ou que realize vendas a domicílio;

SEÇÃO II - DO REGISTRO

Art. 607 - Todo e qualquer alimento passível de registro só poderá ser exposto ao consumo após ter seu registro pelo órgão competente da União do Estado, Município ou por ele delegado.

Art. 608 - Os alimentos e aditivos intencionais deverão ser rotulados de acordo com as exigências da Legislação Federal específica, devendo os rótulos mencionar em caracteres legíveis:

- I - A qualidade, a natureza, o prazo de validade e o tipo de alimento, observado a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade;
- II - Nome ou marca do alimento;
- III - Nome da empresa responsável;
- IV - Endereço completo da firma responsável;
- V - Número do registro do alimento no órgão competente da União;
- VI - Indicação se for o caso, de aditivo intencional, mencionado e indicação do código de identidade correspondente;
- VII - Número de identificação da partida e lote, ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;
- VIII - O peso ou o volume líquido;
- IX - Outras indicações que venham a ser fixadas em Regulamento ou Normas Técnicas Especiais, Federais, Estaduais e Municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os efeitos da vigilância e fiscalização municipal, aplicam-se as disposições do decreto Lei Federal nº 986 de 21-10-1969 no tocante as exigências de rotulo etiquetagem e aditivação dos alimentos.

SEÇÃO III - DOS ADITIVOS

Art. 609 - Só será permitido o emprego intencional quando:

- I - Comprovado a sua inocuidade;
- II - Não induzir o consumidor a erro ou confusão;
- III - Utilizado no limite permitido pela Comissão Nacional de Normas de Padrões para Alimentos (CNNPA) ou órgão que a substitua;
- IV - Satisfazer seu padrão de identidade e qualidade;
- V - Estiver registrado no órgão competente da União.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os aditivos internacionais registrados terão automaticamente cancelados os seus registros, quando nova concepção científica ou tecnológica vier a condenar o seu emprego no alimento.

Art. 610 - No interesse da saúde pública, poderão ser estabelecidos limites residuais, para os aditivos incidentais no alimento.

SEÇÃO IV - DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE

Art. 611 - São adotados e serão observados pelo Setor de Vigilância Sanitária, os padrões de identidade e qualidade estabelecidos para cada tipo ou espécie de alimento pelo órgão competente da União, abrangendo:

- I - Denominação, definição e composição compreendendo a identificação do alimento, o nome científico, quando houver, e os requisitos que permitem fixar um critério de qualidade;
- II - Requisitos de higiene, compreendendo medidas sanitárias concretas e demais disposições necessárias à obtenção de um alimento puro, comestível e de qualidade comercial;
- III - Aditivos internacionais que possam ser empregados, abrangendo a finalidade do emprego e o limite de adição;
- IV - Requisitos aplicáveis ao peso e medida;
- V - Requisitos relativos à rotulagem e apresentação do produto;
- VI - Métodos de coleta de amostra, ensaio e análise de alimento.

§ 1º - Os requisitos de higiene, adotados e observados, abrangerão também o padrão microbiológico do alimento e o limite residual de pesticida e contaminantes toleráveis.

§ 2º - Os padrões de identidade e qualidade poderão ser revistos, na forma da Legislação em vigor, e por iniciativa do poder público, ou a requerimento da parte interessada, devidamente fundamentada.

§ 3º - Poderão ser aprovados sub-padrões de identidade e qualidade, devendo os alimentos por eles abrangidos serem embalados e rotulados de forma a distingui-los de alimento padronizado.

§ 4º - Os alimentos de fantasia ou artificiais, ou ainda não padronizados, deverão obedecer, na composição, às especificações que tenham sido declaradas e aprovadas por ocasião do respectivo registro.

§ 5º - Os alimentos sucedâneos deverão ter aparência diferente daquela dos alimentos genuínos ou permitir, por outra forma, a sua identificação, de acordo com as disposições da Legislação vigente.

Art. 612 - Caso ainda não exista padrão de identidade e qualidade pelo órgão competente para determinado alimento, serão adotados os preceitos bromotológicos constantes dos regulamentos federais vigentes ou na sua falta os dos regulamentos estaduais e/ ou municipais pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de divergência na interpretação dos dispositivos a que se refere este artigo, serão esclarecidos pela Comissão de Normas Técnicas e Padrões para Alimentos (CNNPA), ou órgão que legalmente a substitua.

SEÇÃO V - DA VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS

Art. 613 - A ação fiscalizadora será exercida pelas autoridades federais, estaduais e municipais, no âmbito de suas respectivas atribuições, e a fiscalização será exercida sobre os alimentos e o pessoal que os manipulem e sobre os locais e instalações onde se fabriquem, produzam, beneficiem, manipulam, acondicionem, conservem, depositem, armazenem, transportem, comercializem ou consuma alimentos.

§ 1º - Além de apresentar em perfeitas condições para o consumo, os produtos, substâncias, insumos ou outros, deverão ser oriundos ou de fontes aprovadas ou autorizadas pela autoridade sanitária competente.

§ 2º - Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de temperatura, ventilação e luminosidade que os protejam de contaminações e deteriorações.

§ 3º - No fabrico, produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenamento, depósito, transporte, distribuição, venda, compra e consumo de alimentos, deverão ser observados rigorosos preceitos de limpeza e higiene.

Art. 614 - Os gêneros alimentícios devem, obrigatoriamente, ser protegidos por invólucros próprios e adequados no armazenamento, transporte exposição e comércio.

§ 1º - No acondicionamento de alimentos não é permitido o contato direto com jornais, papéis tingidos, papéis ou filmes plásticos usados com a face impressa e recipiente destinado ao acondicionamento de lixo.

§ 2º - Os gêneros alimentícios que por força da sua comercialização, não puderem ser completamente protegidos por invólucros, devem ser abrigados em dispositivo adequados a evitar a contaminação e serem manuseados ou servidos mediante o emprego de utensílio ou outros dispositivos que sirva para evitar o contato com as mãos.

§ 3º - A sacaria utilizada no acondicionamento de alimentos deve ser de primeiro uso, sendo proibido o emprego de embalagens ou aditivos.

Art. 615 - É proibido manter no mesmo compartimento, ou transportar no mesmo ambiente de um veículo, alimentos e substâncias estranhas que possam contaminá-los ou corrompê-los.

§1º - Excetuam-se das exigências deste artigo, os alimentos embalados em recipientes hermeticamente fechados, impermeáveis e resistentes.

§ 2º - Nesses recipientes deve constar em local visível à expressão "Proibida a reutilização de alimentos".

Art. 616 - Os utensílios e recipientes dos estabelecimentos onde se preparem e/ou consumam alimentos, deverão ser lavados e higienizados adequadamente, ou ser usados recipientes descartáveis, inutilizados após seu uso.

Art. 617 - Os alimentos serão sempre e obrigatoriamente mantidos afastados de desinfetantes, solventes, combustíveis, líquidos, produtos de perfumaria, limpeza e congêneres.

Art. 618 - Na industrialização e comercialização de alimentos, deve ser restringido o contato manual direto, fazendo-se uso apropriado de processos mecânicos, circuitos fechados, utensílios e outros dispositivos.

Art. 619 - As peças, maquinarias, utensílios, recipientes, equipamentos, embalagens que venham a entrar em contato com alimentos nas diversas fases de fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, conservação, transporte, armazenamento, depósito, distribuição, comercialização e outras quaisquer situações, não devem intervir nocivamente nos mesmos, alterar o seu valor nutritivo, ou as suas características organolépticas, devendo ser mantidas limpas e livres de sujeiras, poeiras, insetos e outras contaminações.

Art. 620 - Toda e qualquer ação fiscalizadora, deverá ser facilitada pelos responsáveis dos estabelecimentos onde se encontrarem os gêneros alimentícios.

Art. 621 - Os alimentos em trânsito, em qualquer local que se encontrarem estarão sujeitos à fiscalização.

Art. 622 - No interesse da Saúde Pública, poderá a autoridade sanitária proibir o preparo e a venda de gêneros e produtos alimentícios em determinados locais.

Art. 623 - Nenhum alimento poderá ser exposto à venda sem estar convenientemente protegido contra poeira, insetos e outros.

Art. 624 - A critério da autoridade sanitária poderá ser proibida a venda por ambulante e em feira livre, de produtos alimentícios que não possam ser objeto de consumo imediato.

Art. 625 - Os alimentos suscetíveis, de fácil contaminação, como o leite, produtos lácteos, maionese e carnes, deverão ser conservados em refrigeração adequada.

Art. 626 - O transporte de alimentos deverá ser realizado em veículos dotados de compartimentos hermeticamente fechados, protegidos contra insetos, poeira e conservados rigorosamente limpos.

Art. 627 - O destino dos restos de alimentos, sobras intactas e lixo, nos locais onde se manipule, comercializem ou se processe os produtos, deve obedecer às técnicas recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 628 - Na vigilância sanitária de alimentos, as autoridades responsáveis pela fiscalização, observarão, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - Controle de possíveis contaminações microbiológicas, químicas e radioativas, principalmente no que diz respeito a certos produtos animais, em particular o leite, a carne e o pescado.

II - Na atividade de que trata o inciso anterior, verificar-se-á se foram cumpridas as normas técnicas sobre limites admissíveis de contaminantes biológicos e bacteriológicos, as medidas de higiene relativas às diversas fases de operação

com o produto, os resíduos e coadjuvantes de cultivo, tais como defensivos agrícolas, níveis de tolerância de resíduos aditivos intencionais que se utilizam exclusivamente por motivos tecnológicos no processo de fabricação, de transformação ou elaboração de produtos alimentícios, resíduos de detergentes em contato com os alimentos; contaminações por poluição atmosférica ou de água; exposição a radiações ionizantes a níveis compatíveis, e outras;

III - Procedimento de conservação em geral;

IV - Menções na regulamentação dos elementos exigidos pela Legislação Federal pertinente;

V - Normas sobre embalagens e apresentação dos produtos em conformidade com a Legislação e a normas complementares pertinentes;

VI - Validade dos produtos;

VII - Normas sobre construções e instalações do ponto de vista sanitário, dos locais onde se exerçam as atividades respectivas.

SEÇÃO VI - COLETA DE AMOSTRAS E ANÁLISE FISCAL

Art. 629 - Compete ao Setor de Vigilância Sanitária realizar periodicamente, ou quando necessárias coletas de amostras de alimentos, matérias-primas para alimentos, aditivos, coadjuvantes, para efeito de análise fiscal.

Art. 630 - A coleta de amostra será feita sem apreensão do produto, quando se tratar de análise de rotina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o resultado da análise de rotina for condenatório, a autoridade poderá efetuar coleta de amostra, para análise fiscal, com a apreensão do produto, lavrando no Auto de Apreensão e Depósito.

Art. 631 - A coleta de amostra para análise fiscal ou de rotina, com ou sem apreensão de alimentos ou material que relacionado, será feita pela autoridade fiscalizadora competente, que lavrará Auto de Coleta de amostra em 3 (três) vias, assinadas por ela, pelo possuidor ou responsável pelo produto e, na ausência ou recusa deste, por duas testemunhas, se possível, especificando-se no auto a natureza e outras características do alimento ou material relacionado.

§ 1º - A amostra representativa de alimento ou material relacionado será dividida em 3 (três) partes, individualmente invioláveis ou autenticadas no ato da coleta, sendo uma delas entregue ao proprietário ou responsável pelo produto para servir de contraprova, e as duas outras encaminhadas imediatamente ao laboratório oficial ou credenciado.

§ 2º - As amostra referidas neste artigo serão colhidas em quantidade adequada à realização dos exames e perícias, de conformidade com os métodos oficialmente adotados.

§ 3º - Se a quantidade ou difícil alterabilidade da mercadoria não permitir respectivamente a coleta de que trata o parágrafo primeiro, deste artigo ou a conservação na condição em que foram colhidas, será a mesma levada de imediato para o laboratório

oficial ou credenciado, onde na presença do possuidor ou responsável pelo produto e do perito por ele indicado, ou, na sua falta, de duas testemunhas, será efetuada a análise fiscal.

§ 4º - A análise deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento de amostra, sendo que, em caso de produto perecível, este prazo não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, após a entrega do material.

Art. 632 - Concluída a análise fiscal, o laboratório oficial ou credenciado remeterá o laudo respectivo, em 3 (três) vias, no mínimo, à autoridade fiscalizadora competente, a qual, por sua vez, encaminhará uma das vias ao possuidor ou responsável e outra ao produtor e / ou comerciante do alimento e, com a 3ª (terceira) via instruirá o processo, se for o caso.

§ 1º - Se a análise comprovar a infração de qualquer preceito deste Plano Diretor, Legislação Federal ou Estadual específica, a autoridade fiscalizadora competente lavrará Auto de Infração.

§ 2º - Constará do Auto de Infração o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator interponha recurso, requerendo perícia de contraprova.

§ 3º - No caso de produtos perecíveis, esse prazo será de 72 (setenta e duas) horas.

§ 4º - Decorridos os prazos de que trata os parágrafos, 2º e 3º deste artigo, sem que o infrator tenha apresentado o recurso ou requerido perícia de contraprova, a autoridade competente dará prosseguimento às mediadas leis cabíveis.

§ 5º - Se o resultado da análise for condenatório e se referir à amostra em fiscalização de rotina, sem apreensão do produto, efetuar-se-á apreensão e depósito do produto ainda existente, devendo neste caso, proceder à nova coleta de amostra.

§ 6º - A autoridade sanitária competente dará ciência do resultado de análise ao possuidor ou responsável pelo produto, sempre e obrigatoriamente, mesmo quando não tiver sido caracterizada infração, bem como ao produtor, se necessário.

Art. 633 - A perícia de contraprova será efetuada sobre a amostra em poder de possuidor ou responsável pelo produto no laboratório oficial credenciado, que tenha realizado a análise fiscal, na presença do perito do laboratório que expediu o laudo condenatório, do perito indicado pelo requerente e, opcionalmente, na presença da autoridade fiscalizadora competente.

§ 1º - O requerimento da perícia de contraprova indicará desde logo o perito, devendo a indicação recair em profissional que preencha os requisitos legais.

§ 2º - Serão fornecidas todas as informações solicitadas pelo perito do requerente, inclusive relativos à análise fiscal condenatória e demais documentos que julgar necessários.

§ 3º - O possuidor ou responsável pelo produto apresentará amostra sob guarda, na data fixada, para perícia de contraprova.

§ 4º - A perícia de contraprova será realizada quando a amostra de que trata o parágrafo anterior apresentar indícios de violação.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, será lavrado o Auto de Infração e efetuada nova coleta, seguindo-se normalmente o processo administrativo.

§ 6º - Os peritos lavrarão ata de tudo aquilo que ocorrer na perícia de contraprova.

§ 7º - A ata de que trata o parágrafo anterior será arquivado no laboratório oficial ou credenciado.

§ 8º - O requerente receberá uma cópia da referida ata, podendo outra cópia ser entregue ao perito do requerente, mediante recibo, em ambos os casos.

Art. 634 - Aplicar-se-á à contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal, podendo, se houver anuência dos peritos, ser empregada outra técnica.

Art. 635 - Em caso de divergência entre os peritos quanto ao resultado de análise fiscal condenatória, ou discordância entre os resultados desta última com a perícia de contraprova, caberá recurso da parte interessada ou do perito responsável pela análise condenatória à autoridade competente, na forma deste Capítulo, devendo esta determinar a realização do novo exame pericial sobre a segunda amostra em poder do laboratório oficial ou credenciado.

§ 1º - O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de conclusão da perícia de contraprova.

§ 2º - A autoridade que receber o recurso deverá decidir sobre o mesmo no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de seu recebimento.

§ 3º - Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem decisão do recurso, prevalecerá o resultado da perícia de contraprova.

Art. 636 - No caso de confirmada a condenação do alimento em perícia de contraprova, poderá o interessado solicitar nova retirada de amostras, aplicando-se técnica de amostragem estatística adequada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuando os casos de presença de organismo patogênicos ou suas toxinas, considerar-se-á liberada a partida que indicar um índice de alteração ou deterioração inferior a 10% (dez por cento) de seu total, após seleção cabível.

Art. 637 - No caso de produtos condenados, oriundos de outras unidades da federação, ou resultado da análise condenatória será obrigatoriamente comunicado ao órgão federal ou congênere da unidade federativa de procedência do produto.

Art. 638 - Estabelecimentos ficam sujeitos, para seu funcionamento, licença de autorização sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, que será concedido após inspeções sanitárias nos estabelecimentos, obedecidas às especificações deste regulamento e de suas normas técnicas especiais do Município, Estado e Federação, a qual será renovada anualmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os funcionários dos estabelecimentos de casas de carnes e peixarias ficam obrigados a:

- I - Usar uniformes adequados à natureza do serviço, manter cabelos totalmente protegidos, por redes ou tocas, e calçados de uso exclusivo do trabalho, não sendo sandálias abertas;
- II - Não portar, no horário de expediente e/ou serviço, adornos, joias, anéis e relógios;
- III - Manter rigoroso asseio individual.

Art. 639 - Na vigilância sanitária de produtos e serviços destinados à saúde, a autoridade municipal, dentre outra, observará os seguintes aspectos:

I - Controle de possíveis contaminações microbiológicas, químicas e radioativas, principalmente com respeito a certos produtos animais, em particular o leite, a carne e o pescado;

II - Nestas atividades deverão ser verificados o cumprimento de normas técnicas sobre:

a - Limites admissíveis de contaminação biológica e bacteriológica;

b - Medidas de higiene relativas às diversas fases de operação com o produto;

c - Os resíduos e coadjuvantes de cultivo, tais como agrotóxicos, níveis de tolerância de resíduos e de aditivos intencionais.

III - Procedimento de conservação em geral;

IV - Menções na rotulagem dos elementos exigidos pela legislação pertinente;

V - Normas sobre embalagens e apresentação dos produtos em conformidade com a legislação e normas complementares pertinentes.

VI - Normas sobre as construções e instalações do ponto de vista sanitário, dos locais onde se exerçam as atividades respectivas.

SEÇÃO VII - QUALIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS

Art. 640 - Só poderão ser dado à venda ou expostos ao consumo alimentos próprios para a tal finalidade, sendo considerados os que:

I - Estejam em bom estado de conservação;

II - Por sua natureza, composição e circunstância de produção, fabricação, manipulação, beneficiamento de quaisquer outras atividades relacionadas com os mesmos, não sejam nocivos à saúde, não tenham o seu valor nutritivo prejudicado e não apresentem aspecto repugnante;

III - Sejam provenientes de estabelecimentos licenciados pelo órgão competente ou se encontrem em tais estabelecimentos;

IV - Obedecem às disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal vigentes, relativas ao registro, rotulagem e padrões de identidade e qualidade.

Art. 641 - São considerados impróprios para o consumo, os alimentos que:

I - Contenham substâncias venenosas ou toxinas em quantidade que possam torná-los prejudiciais à saúde do consumidor;

II - Transportem ou contenham substâncias venenosas tóxicas, adicionais ou acidentais, para as quais não tenham sido estabelecidos limite de tolerância ou que as contenham acima do limite estabelecido;

III - Contenham parasitas patogênicos em qualquer estagio de evolução ou seus produtos causadores de infecções, infestações ou intoxicações;

IV - Contenham parasitas que indiquem a deterioração ou o defeito de manipulação, acondicionamento ou conservação;

V - Sejam compostos no todo, ou em parte, de substâncias em decomposição;

VI - Estejam alterados por ações naturais, tais como: umidade, ar, luz, enzimas, microorganismos e parasitas, tenham sofrido avarias, deterioração, ou prejuízo em sua composição intrínseca, pureza ou caracteres organolépticos;

VII - Por modificações evidentes em suas propriedades organolépticas normais ou presença de elementos estranhos ou impurezas, demonstrem pouco asseio em qualquer das circunstâncias em que tenham sido gerados, da origem ao consumidor;

VIII - Tenham sido operados a origem ao consumidor, sob alguma circunstância que ponham em risco a saúde pública;

IX - Sejam constituídos ou tenham sido preparados, no todo ou em parte, com produto proveniente de animal que não tenha morrido por abate, ou animal enfermo, exceto os casos permitidos pela inspeção veterinária oficial;

X - Tenham sua embalagem constituída, no todo ou em parte, por substância prejudicial à saúde;

XI - Sendo destinado ao consumo imediato, tendo ou não sofrido processo de coação, estejam à venda, sem a devida proteção.

Art. 642 - Consideram-se alimentos deteriorados, os que hajam sofrido avaria ou prejuízo em sua pureza, composição ou caracteres organolépticos, por ação da temperatura, micro-organismos, parasitas, sujidade, transporte inadequado, acondicionamento, defeito de fabricação ou em consequência de outros agentes.

Art. 643 - Consideram-se corrompidos, adulterados ou falsificados os gêneros alimentícios:

I - Cujos componentes tenham sido, no todo ou em parte, substituídos por outras de qualidade inferior;

II - Que tenham sido coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substâncias estranhas, com o fim de ocultar qualquer fraude ou alteração, ou lhe atribuir melhor qualidade do que realmente apresentam;

III - Que se constituírem, no todo ou em parte, de produtos animais degenerados ou decompostos, ou de vegetais, alterados ou deteriorados, e minerais alterados.

Art. 644 - Não poderão ser comercializados os alimentos que:

I - Provierem de estabelecimentos não licenciados pelos órgãos competentes, quando for o caso;

II - Não possuírem registro no órgão federal, estadual ou municipal competente, quando for o caso;

III - Não estiverem rotulados, quando obrigados pela exigência, ou quando desobrigados não puder ser comprovada a sua procedência;

IV - Estiverem rotulados em desacordo com a Legislação vigente;

V - Não corresponderem à denominação, definição, a composição, qualidade, requisitos à rotulagem e apresentação do produto especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade, quando se tratar de alimento padronizado, ou aqueles que tenham sido declarados no momento do respectivo registro, quando se tratar de alimento de fantasia ou não padronizado ou, ainda, às especificações federais, estaduais pertinentes ou, na sua falta, às do regulamento municipal concernente ou às normas e padrões internacionais aceitos, quando ainda não padronizados.

Art. 645 - Não são consideradas fraude, falsificação ou adulteração, as alterações nos produtos, substâncias ou eventos naturais ou imprevisíveis, que vierem a determinar avaria ou deterioração, sem prejuízo da respectiva apreensão.

SEÇÃO VIII - NORMAS GERAIS PARA ALIMENTOS

Art. 646 - Em virtude das normas gerais para alimentos estabelecidos nesta Seção, é proibido:

I - Fornecer ao consumidor sobras ou restos de alimentos que já tenham sido servidos, bem como o aproveitamento das referidas sobras para elaboração ou preparação de outros produtos alimentícios;

II - Na elaboração de massas e recheios para pasteis, empadas e produtos afins, na utilização de óleos e gorduras que serviram previamente em frituras;

III - Utilizar os recheios para pasteis, empada e produtos afins, quando não forem preparados no próprio dia;

IV - Utilização de gordura ou óleo de fritura em geral, assim que apresentarem sinais de saturação, modificações na presença de resíduos queimados;

V - A comercialização de manteiga ou margarina fracionada;

VI - Manter acima de 16° C (dezesesseis graus Celsius) a margarina e acima de 10° C (dez graus Celsius) a manteiga;

VII - Manter acima de 10° C (dez graus Celsius) a manteiga e os queijos classificados segundo a Legislação Federal, como moles e semi-duros;

VIII - Fornecer manteiga ou margarina ao consumo que não seja embalagem original e que não esteja devidamente fechada;

IX - Comercializar alimentos enlatados com embalagem enferrujada, amassada, estufada ou outro tipo de avaria na mesma.

Art. 647 - Além do disposto em normas técnicas específicas do órgão fiscalizador da saúde pública as chamadas "vítimas vivas", compreendendo igualmente quaisquer sucos de frutas naturais, obedecerão às seguintes exigências no seu preparo:

I - Serão elaborados no momento de serem servidos ao consumidor, com todo rigor de higiene;

II - Serão usadas em sua elaboração frutas em perfeito estado de conservação;

III - Quando em sua fabricação entrar leite, que esteja pasteurizado ou equivalente;

IV - Quando o gelo for usado na composição ou no resfriamento do produto, deve o mesmo ser potável, respeitar os padrões de qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, bem como o transporte e acondicionamento.

Art. 648 - Na preparação do caldo de cana-de-açúcar devem ser observadas as seguintes exigências:

I - Serão elaborados no momento de serem servidos ao consumidor, com todo o rigor de higiene;

II - A cana-de-açúcar destinada à moagem deverá passar por seleção e lavagem em água a fim de ser preparada qualquer substância estranha;

III - O caldo, obtido em instalações apropriadas, deverá passar em coadores rigorosamente limpos, e servido obrigatoriamente em copos descartáveis;

IV - Só será permitida a utilização de cana raspada em condições satisfatória para consumo, consoante, critérios estabelecidos pelo setor competente;

V - A estivagem e raspagem de cana deverão ser realizadas, obrigatoriamente em local previamente autorizado pela autoridade sanitária e mantido em perfeitas condições de higiene;

VI - Os resíduos de cana devem ser mantidos em depósito fechados até a sua remoção, após encerramento das atividades comerciais ou industriais diárias ou sempre que fizer necessário;

VII - Quando o gelo for usado na composição ou resfriamento do produto, deve o mesmo ser potável e respeitar os padrões de qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, bem como transporte e acondicionamento;

VIII - Os engenhos deverão ter calha de material inoxidável.

Art. 649 - Os estabelecimentos que comercializem alimentos cozidos ou preparados para serem servidos quentes deverão possuir estufas para exposição ou guarda de produtos, que devem ser mantidos em temperaturas acima de 60° C (sessenta graus Celsius).

SEÇÃO IX - DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA SOBRE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Art. 650 - Ficam sujeitos à Vigilância Sanitária Municipal, sem prejuízo da estadual, os estabelecimentos que exerçam atividades relacionadas com a saúde, tais como: empresas aplicadoras de saneantes domissanitários: laboratórios e oficinas de prótese odontológica, institutos e clínicas de fisioterapia, estabelecimento de massagem, casas de tatuagem, casas de artigos cirúrgicos, ortopédicos, fisioterápicos e odontológicos, banco de olhos, banco de leite humano e outros órgãos como farmácias, drogarias, postos de medicamentos e ervaria.

SEÇÃO X - DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 651 - Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabrico, preparo, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito ou venda de alimentos, bem como todos os demais de interesse da saúde pública Municipal aqui regulamentados e os que vierem a ser regulamentados através de normas técnicas, deverá possuir:

- I - Licença de Funcionamento Sanitária ;
- II - Certificado de Inspeção Sanitária;
- III - Água corrente potável;
- IV - Pisos com inclinação suficiente para o escoamento de água de lavagem;
- V - Ralos no piso;
- VI - Ventilação e iluminação adequadas;
- VII - Pias e lavabos com sifão ou ralo sifonada;
- VIII - Recipientes com tampa, adequadas para o lixo;
- IX - Vasilhames de material inócuo, inatacável, sem ranhuras ou fragmentação para o preparo, uso e transporte de alimentos;
- X - Câmaras, balcões frigoríficos ou geladeiras de capacidade proporcional a demanda para conservação dos gêneros alimentícios de fácil deterioração, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- XI - armários com portas, que atendam a demanda apropriada para guarda de vasilhames e demais utensílios ou revestidos internamente de material impermeabilizante, a critério da autoridade sanitária competente;
- XII - As portas dos armários devem ser mantidas fechadas;
- XIII - Perfeita limpeza, higienização e conservação em geral;
- XIV - Açucareiros e outros utensílios afins do tipo que permitam a retirada do açúcar e congêneres sem levantamento da tampa ou introdução de colheres, e evitem a entrada de insetos;
- XV - As toalhas, copos, xícaras e demais utensílios similares, quando não for descartável devem passar por processos de esterilização.

§ 1º - A licença para funcionamento Sanitária será concedido após inspeção das instalações pela autoridade sanitária Municipal competente, obedecidas às especificações deste Plano e de suas normas técnicas especiais e renováveis anualmente devendo o seu requerimento ser protocolado até a data de seu vencimento.

§ 2º - A guia de pagamento devidamente autenticada pelo órgão competente poderá constituir e equivaler, após a realização e inspeção ou vistoria, à Licença de Funcionamento Sanitária e Caderneta de Inspeção Sanitária.

§ 3º - A critério da autoridade sanitária competente, poderá ser exigido ainda dos estabelecimentos de que trata esta seção, Caderneta de Inspeção Sanitária, para anotações

de observações de interesse da fiscalização sanitária, cujo modelo, forma e dimensões serão definidas em ato próprio da Coordenação de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Art. 652 - Nos locais onde se fabricam, preparam, beneficiam, acondicionam e comercializam alimentos é proibido:

- I - Ter em depósito substâncias nocivas à saúde ou que possam servir para alterar, fraudar ou falsificar alimentos;
- II - Fumar, quando estiver manipulando, e /ou em contato com alimentos;
- III - Varrer a seco;
- IV - Uso de pratos, copos, talheres e demais utensílios quando quebrados, rachados, gretados ou defeituosos;
- V – Acesso ou comunicação diretamente com residência;
- VI - Permanência de quaisquer animais estranhos às atividades dos estabelecimentos.

§ 1º - Só será permitida a comercialização de saneantes, desinfetantes e produtos similares em estabelecimentos que comercializem ou consumam alimentos quando estes possuírem local apropriado e separado para a guarda de tais produtos, devidamente aprovados pela autoridade sanitária.

§ 2º - As edificações, as dependências e demais instalações, quaisquer que sejam, onde funcionem os estabelecimentos constantes desta seção, deverão estar em perfeito estado de conservação e atender ao fim a que se destinem.

Art. 653 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Plano Diretor, os estabelecimentos de venda deverão seguir as seguintes normas:

- I - Piso cerâmico ou de material eficiente com inclinação suficiente para o escoamento das águas de lavagem;
- II - Paredes revestidas com material adequado, de modo a permitir fácil limpeza e higienização;
- III - Teto de material adequado que permita uma perfeita limpeza e higienização;
- IV - Balcões e mesas com tampo revestidos de material eficiente;
- V - Pia com água corrente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Materiais não previstos nesta seção deverão ter prévia aprovação da autoridade sanitária competente, seguindo normas técnicas específicas constantes no Título III - Regulamento das Construções.

Art. 654 - A Secretaria Municipal de Saúde, no desempenho de suas atribuições previstas, e sem prejuízos da fiscalização por parte de órgãos Federais e Estaduais, verificará em suas visitas e inspeções sanitárias de rotinas e/ou para liberação da licença de autorização sanitária, os seguintes aspectos:

- I - Capacidade legal do agente, através do exame dos documentos de habilitação inerentes ao âmbito profissional ou ocupacional;

II - Adequação das condições do ambiente, onde esteja sendo desenvolvida a atividade profissional, para a política das ações que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde;

III - Existência de instalações, equipamentos e aparelhos indispensáveis e condizentes com as facilidades e em perfeito estado de funcionamento;

IV - Meios de proteção, capazes de evitar efeitos nocivos à saúde dos agentes, clientes, pacientes e coletividade circundante;

V - Métodos ou processos de tratamento dos pacientes, de acordo com os critérios científicos e não vedados por Lei;

VI - Disposição e tratamento dos seus resíduos líquidos, sólidos e radioativos, dentro dos padrões sanitários.

CAPÍTULO IX DO SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 655 - A Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com entidades Federais e Estaduais, observará no âmbito do território do Município, as normas legais regulamentares e técnicas sobre saneamento e meio ambiente.

Art. 656 - A promoção das medidas de saneamento constitui uma obrigação do poder público, da coletividade e dos indivíduos que, para tanto, ficam restritos, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção, e no exercício da atividade, a cumprir as determinações legais: regulamentares, recomendações, ordens, vedações e interdições, ditadas pelas autoridades sanitárias.

SEÇÃO II - DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 657 - Compete ao Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto o exame periódico de suas redes e demais instalações com o objetivo de constatar a possível existência de fatores que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Art. 658 - A fiscalização e controle do exato cumprimento dos procedimentos referidos no artigo anterior serão exercidos em todo o território do Município pelo órgão de Vigilância Sanitária, através de seu órgão próprio, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde e do Ministério da Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sempre que o órgão de Vigilância Sanitária detectar existência de anormalidades ou falhas no sistema de abastecimento de águas e esgoto, oferecendo risco à saúde, comunicará o fato aos responsáveis para imediatas medidas corretivas.

Art. 659 - A Secretaria Municipal de Saúde participará da análise dos projetos de loteamento de terrenos com o fim de extensão ou formação de núcleos urbanos, com vistas a preservar os requisitos higiênicos e sanitários indispensáveis à proteção da saúde e do bem-estar, individual e coletivo.

Art. 660 - O Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto deverá ter sistema de controle da qualidade de água distribuída à população, de acordo com as normas e padrões do Ministério da Saúde, que deverá ser certificado mensalmente pelo Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 661 - Sempre que forem verificadas alterações em relação ao padrão de potabilidade da água, a vigilância sanitária do Município estabelecerá entendimento para a elaboração de um plano de ação e a tomada das medidas cabíveis e providências imediatas para a correção da anormalidade.

Art. 662 - Todo e qualquer sistema de abastecimento de água estará sujeito ao monitoramento e fiscalização de sua qualidade e padrões de potabilidade, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

SEÇÃO III - DAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

Art. 663 - É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede pluvial de abastecimentos de água, sempre que existente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam os estabelecimentos comerciais ou industriais obrigados às disposições constantes desta seção, naquilo que couber e a critério da autoridade competente.

Art. 664 - Todos os estabelecimentos de água potável deverão passar por limpeza e desinfecção periódica de preferência com cloro ou seus componentes ativos, e permanecer devidamente tampados.

Art. 665 - A execução de instalações adequadas de abastecimento de água potável é de obrigação do proprietário, cabendo ao ocupante à manutenção das instalações hidráulicas e de armazenamento, permanentemente, em bom estado de conservação e funcionamento.

Art. 666 - Será permitida a abertura de poços ou aproveitamento de fontes para fornecimento de água potável, desde que na região não haja sistema de abastecimento de água, observada às condições higiênicas deste artigo e regulada em normas técnicas específicas.

§ 1º - Os poços deverão ficar situados em nível superior ao das fontes de contaminação.

§ 2º - Não será permitida a abertura de poços a uma distância inferior a 15 (quinze) metros de focos de contaminação.

§ 3º - Todo poço escavado deverá possuir:

- a) Paredes impermeabilizadas até 03 (três) metros de profundidade, no mínimo;
- b) Tampa de concreto;
- c) Extração de água por meio de bomba elétrica ou manual;
- d) Dispositivo que desvie as águas pluviais e calçadas de cimento em torno do poço com um caimento tal que evite a acumulação de águas nessa calçada.

§ 4º - Nas zonas de expansão urbana poderão ser tomadas outras medidas técnicas de acordo com o interesse e a conveniência da saúde pública.

Art. 667 - Todos os reservatórios de água potável devem passar por limpeza e desinfecção periódica, e permanecer devidamente tampados, principalmente os reservatórios das escolas, hospitais, hotéis e habitações coletivas em geral.

Art. 668 - A comercialização de água para consumo humano deverá ser disciplinada por norma técnica especial, pelo órgão municipal competente e ainda resguardar os princípios de potabilidade da água, higienização e desinfecção dos reservatórios utilizados.

Art. 669 - Os prédios residenciais, comerciais e industriais, ou instalação em logradouro público, localizados em área atendida por sistema de água e esgoto, serão obrigados a fazer as ligações ao sistema.

Art. 670 - Onde não houver rede de esgoto, os prédios residenciais, comerciais e industriais, deverão utilizar fossas sépticas seguidos de filtro para lançar seus fluentes em corpo receptor seguindo normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 671 - A execução de instalações em edificações domiciliares, comerciais e industriais é de obrigação do proprietário, cabendo ao ocupante à manutenção das referidas instalações em bom estado de conservação e funcionamento, sendo proibidos os seus lançamentos, em vias, logradouros públicos e galerias pluviais.

Art. 672 - Os sistemas e instalações em desacordo com o artigo anterior deverão ser corrigidos de modo à exigência do mesmo, em prazo a ser estabelecido pela autoridade sanitária municipal.

Art. 673 - Todo e qualquer sistema de produção, acondicionamento, coleta, transporte, reciclagem e destino final dos resíduos sólidos e líquidos, estará sujeito à aprovação e fiscalização órgão de Vigilância Sanitária.

Art. 674 - Todos os serviços elencados no artigo anterior, de empresa pública ou privada, deverá possuir responsáveis técnicos devidamente habilitados, cujo termo de responsabilidade deverá ser encaminhado à vigilância sanitária municipal quando da solicitação da licença de autorização sanitária.

Art. 675 - Os estabelecimentos que, em função de suas atividades, produzam de forma constante, periódica ou eventual, resíduos sólidos que possam ser caracterizados como perigosos segundo a NBR 10.004 da ABNT, são responsáveis pela sua adequada armazenagem, coletas, transporte, tratamento, reciclagem e destino final.

Art. 676 - Os resíduos hospitalares sépticos e cirúrgicos deverão ter a sua regulamentação pelo plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, fixando

critérios quanto ao seu acondicionamento, fluxo, transporte interno e externo, coleta e disposição final.

SEÇÃO IV - DA COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ESPECIAIS

Art. 677 - São considerados resíduos especiais àqueles que, por sua constituição, apresentem riscos maiores para a população, assim definidos:

- a) Resíduos hospitalares;
- b) Resíduos de laboratórios de análises e patologias clínicas;
- c) Resíduos de farmácia e drogarias;
- d) Resíduos químicos;
- e) Resíduos radioativos;
- f) Resíduos de clínicas e hospitais veterinários;
- g) Resíduos de consultórios médicos e odontológicos.

§ 1º - Resíduos de laboratórios de análises e patologias clínicas deverão estar acondicionados em recipientes à sua natureza de maneira a não contaminarem as pessoas e o ambiente.

§ 2º - Resíduos especiais de que trata o caput deste artigo serão acondicionados em recipientes resistentes de forma a impedirem vazamento, não podendo ser colocados em vias públicas, sendo recolhidos dentro do estabelecimento de procedência, no qual será guardado em local seguro e inacessível ao público;

§ 3º - Os recipientes deverão ser de sacos plásticos de cor leitosa, volume adequado, resistente, sendo lacrado com fita crepe ou arame plastificado.

§ 4º - As agulhas e outros materiais cortantes ou perfurantes deverão ser colocados em caixas antes de serem acondicionados em sacos plásticos.

Art. 678 - É proibido deixar no solo a céu aberto, qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos, sem permissão da autoridade sanitária, quer seja de propriedade pública ou particular.

§ 1º - A autoridade sanitária deverá aprovar os projetos do destino final do lixo, fiscalizando a sua execução, operação e manutenção.

§ 2º - O solo poderá ser utilizado para o destino final de resíduos sólidos (lixo) desde que sua disposição seja feita por meio de aterros sanitários.

§ 3º - Na execução e operação dos aterros sanitários devem ser tomadas medidas adequadas visando à proteção do lençol de água subterrâneo, ou de qualquer manancial, a juízo da autoridade sanitária.

§ 4º - Não é permitido o depósito final do lixo em aterros sanitários, quando estes não dispuserem de mecanismos apropriados de drenagem e tratamento do percolado e de cota dos gases produzidos no aterro.

§ 5º - A disposição no solo de resíduos sólidos ou líquidos, que contenham substâncias tóxicas, venenosas.

Art. 679 - O resíduo deve ser acumulado em recipientes plásticos ou quando em volumes acima de 100 (cem) litros em recipientes providos de tampa, construídos de material resistente e não corrosível ou outro aprovado pelos órgãos técnicos, sendo vedado dispor resíduos sólidos (lixo) em local aberto.

Art. 680 - A coleta e o transporte de resíduos especiais serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas.

Art. 681 - A aprovação de qualquer solução pretendida para o destino final de resíduo que não conste neste Plano Diretor, ficará a critério da autoridade sanitária e das disposições contidas na legislação vigente.

§ 1º - É proibida a utilização de resíduos quando "in-natura", para alimentação de animais, ou ser depositado sobre o solo, ou ser lançado em água de superfícies, bem como a sua queima ao ar livre.

§ 2º - É terminantemente proibido o acúmulo nas habitações e nos terrenos a elas pertencentes, bem como ainda em terrenos vazios, de resíduos alimentares ou qualquer outro material desse tipo que contribua para a proliferação das larvas de moscas e de outros insetos e animais daninhos.

CAPÍTULO X DOS CEMITÉRIOS, NECROTÉRIOS E ATIVIDADES MORTUÁRIAS

Art. 682 - O sepultamento e cremação de cadáveres, só poderão ser realizados em cemitérios licenciados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 683 - A autoridade sanitária municipal poderá ordenar a execução de obras e trabalhos que sejam consideradas necessárias para o melhoramento sanitário dos cemitérios, assim como a interdição temporária ou definitiva do mesmo.

SEÇÃO I - DAS AGÊNCIAS FUNERÁRIAS, CASAS MORTUÁRIAS, NECROTÉRIOS, SALAS DE ANATOMIA PATOLÓGICA, CEMITÉRIO E CREMATÓRIO

Art. 684 - As agências funerárias, casas mortuárias, necrotérios, cemitério e crematório, ficam sujeitos às disposições deste Plano Diretor, no que couber a critério da autoridade sanitária, e, especificamente às disposições deste capítulo.

Art. 685 - Fica terminantemente proibido o embalsamento e tamponamento de cadáveres nas agências funerárias.

Art. 686 - Não será tolerada a permanência de cadáveres nas agências funerárias.

Art. 687 - Os locais destinados a velórios devem ser ventilados, iluminados e dispor pelo menos de:

- I - Sala de vigília com área não inferior a 20,00 m² (vinte metros quadrados);
- II - Sala de descanso e espera proporcional ao número de salas de vigílias;

- III - Bebedouro de jato inclinado e guarda protetora, sendo a extremidade do local de suprimento de água localizado acima do nível de transbordamento;
- IV - O bebedouro a que se refere o inciso anterior deverá estar fora do local destinado a velório.

Art. 688 - Os necrotérios, salas de necropsia e anatomia patológica deverão ter pelo menos:

- I - Sala de necropsia com área não inferior a 16,00 m² (dezesesseis metros quadrados) e, neste deverá existir pelo menos:
 - a) Mesa para necropsia, de formato que facilite o escoamento de líquidos, sendo a mesa feita ou revestida de material liso, resistente, impermeável, lavável
 - b) Lavabo e / ou pia com água corrente, e dispositivo que permita a lavagem das mesas de necropsia e do piso;
- II - Câmara fria adequada para cadáveres e com área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados);
- III - Sala de recepção e espera;
- IV - Tanque para tratamento.

Art. 689 - Os cemitérios só poderão ser construídos mediante autorização do Poder Executivo, obedecendo:

- I - Em regiões elevadas, nas contravertentes de água, no sentido de evitar contaminação das fontes de abastecimento de água;
- II - Em regiões planas, a autoridade sanitária só poderá autorizar a construção dos cemitérios se não houver risco de inundação;
- III - Nos casos dos incisos I e II, a autoridade sanitária deverá fazer estudos técnicos de lençol freáticos, que não poderá ser nunca inferior ao nível de 2 m (dois metros);
- IV - deverão ser isolados dos logradouros públicos e terrenos vizinhos por uma faixa de 15 m (quinze metros), quando houver redes de água, e por uma faixa de 30 m (trinta metros), quando na região não houver rede de água;
- V - Deverá ser exigido estudo de impacto ambiental, com a expedição do respectivo relatório de impacto no meio ambiente.

Art. 690 - Os cemitérios deverão possuir, pelo menos:

- I - Local para administração e recepção;
- II - Deposito de matérias e ferramentas;
- III - Vestiário e instalações sanitárias para os empregados e para o público, separados por sexo.

Art. 691 - Nos cemitérios, pelo menos 20% (vinte por cento) de sua área será destinado à arborização ou ajardinamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os jardins sobre jazigos não serão computados para os efeitos deste artigo.

Art. 692 - Os projetos referentes à construção de cemitérios deverão ser submetidos à prévia aprovação das autoridades sanitárias sem prejuízo de outras prescrições legais a que estarão sujeitos.

Art. 693 - Nenhum sepultamento será feito sem o atestado de óbito e seu respectivo registro no Cartório competente e fora dos cemitérios públicos, particulares ou religiosos, observando-se ainda os preceitos sanitários ou legais.

Art. 694 - As sepulturas comuns (covas simples) obedecerão às dimensões mínimas de 2,00 m (dois metros) de comprimentos, 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) de profundidade, por 0,80 (oitenta centímetros) de largura, distanciadas uma das outras, em todos os sentidos, no mínimo em 0,60 m (sessenta centímetros).

§ 1º - Quando se tratar de cadáveres de crianças ou recém-nascidos estas medidas poderão ser reduzidas, proporcionalmente a critério da autoridade sanitária competente.

§ 2º - No caso de produtos de aborto, embrião ou feto, e de membros extirpados, será seguido os ditames da Legislação Federal.

Art. 695 - O sepultamento de cadáver vitimado por doença transmissível poderá ser feito antes de 24 (vinte e quatro) horas após o óbito, observadas as cautelas e medidas determinadas pela autoridade sanitária.

Art. 696 - É proibido o uso de caixões metálicos ou de madeira revestidos deste material, excetuando-se os casos de embalsamento, exumações ou quando os cadáveres não tenham que ser com eles enterrados, sendo obrigatória sua desinfecção após o uso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Outros materiais poderão ser utilizados na fabricação de caixões, desde que aprovados pela autoridade sanitária.

Art. 697 - Havendo suspeita de que o óbito foi consequência de doença transmissível, endêmica ou epidêmica, a autoridade sanitária deverá exigir a necropsia ou exumação para determinar a causa da morte.

Art. 698 - As trasladações serão efetuadas decorridos os 3 (três) anos após a morte quando não se tratar de doenças transmissíveis ou 05 (cinco) anos, quando for este o caso.

Art. 699 - A pedido das autoridades sanitárias ou judiciárias, a exumação poderá ser efetuada em qualquer época, principalmente se for para esclarecimento de diagnósticos ou quando se tratar de crimes dolosos, culposos ou de acidentes de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os veículos para transporte de cadáver deverão ser de forma a se prestarem à lavagem ou desinfecção metálico ou outro material impermeável.

Art. 700 - O transporte de restos mortais exumados será feito em caixão metálico ou urna metálica, após autorização da autoridade sanitária competente.

Art. 701 - O transporte de cadáver ou restos mortais, após exumação, de um para outro município, para dentro ou fora do país, só poderá ser executado em caixões de zinco ou equivalente, hermeticamente fechado e constatado pela autoridade sanitária ou policial.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em se tratando de morte por doença transmissível a exigência do caixão de zinco, metálico ou equivalente, em hipótese alguma poderá ser dispensada.

Art. 702 - Se o cadáver permanecer insepulto após 36 (trinta e seis) horas, ainda que a morte não tenha sido por doença transmissível, deverá sofrer processo de formalização ou qualquer outro meio de conservação de cadáver, a juízo das autoridades competente.

Art. 703 - Os administradores, proprietários, gerentes ou responsáveis por serviços funerários, bem como empresas, firmas ou corporações que fornecerem ou fabricarem caixões mortuários, ficam sujeitos às obrigações deste Plano Diretor.

CAPÍTULO XI

DAS INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA MUNICIPAL E RESPECTIVAS SANÇÕES

Art. 704 - As infrações a Legislação Sanitária Municipal são as configuradas no presente Plano Diretor;

§ 1º - Só serão utilizados os expedientes de infração e penalidades, após autorização e esclarecimento ao infrator das consequências e agravos a saúde pública.

§ 2º - Responde pela infração sanitária, quem por ação ou omissão lhe deu causa, ou concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

TÍTULO VI

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO, PAISAGISMO E CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 705 - Este Plano Diretor contém as medidas de política administrativa referente ao meio ambiente, normatizando as relações entre o Poder Executivo e os municípios.

Art. 706 - Compete ao Poder Executivo Municipal elaborar e implementar a política municipal de defesa do meio ambiente, mediante conciliação da Administração Pública local, Estadual e Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento deste Plano Diretor, o Poder Executivo Municipal pode firmar convênios entre quaisquer organismos públicos ou privados, visando à solução dos problemas comuns de saneamento básico, conservação e preservação dos recursos naturais.

Art. 707 - A Política Municipal de Meio Ambiente terá como principais fontes de financiamentos, os recursos a que se referem os artigos 20 parágrafo primeiro e 158, Inciso IV, da Constituição Federal, assim como os recursos do Fundo Nacional do meio ambiente previstos no artigo 3º da Lei Federal No. 7.797 de 10 de junho de 1.989, os orçamentos específicos, doações e outros.

Art. 708 - São objetivos deste Título:

- I - A proteção ao homem, às outras formas de vida e ao patrimônio ambiental;
- II - A normatização no território municipal da utilização dos recursos ambientais de interesse local;
- III - O incentivo ao desenvolvimento de tecnologia apropriada de reciclagem e proteção ambiental;
- IV - O planejamento com a formulação de estratégias para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente do Município, bem como as diretrizes para o seu detalhamento e planos setoriais e de acompanhamento e avaliação;
- V - A integração com demais políticas setoriais do Município, Estado e União.

Art. 709 - São instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - Zoneamento antrópico ambiental;
- II - Cadastro técnico urbano e rural das atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadora dos recursos ambientais;
- III - Licenciamento Municipal, análise de risco e monitoramento ambiental;
- IV - A fiscalização do uso dos recursos naturais de interesse local e o cumprimento da mesma;
- V - Os sistemas municipais de conservação;
- VI - A educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a conscientização da comunidade;
- VII - Plano municipal de proteção aos mananciais hídricos;
- VIII - Audiência pública para os Projetos de Lei, realização de obras públicas impactantes, alteração do zoneamento antrópico ambiental e do Plano Diretor.

Art. 710 - São indispensáveis às terras públicas patrimoniais ou devolutas do Município, necessária à preservação ou conservação dos ecossistemas naturais.

SEÇÃO I - DA ARBORIZAÇÃO, PAISAGISMO E MEIO AMBIENTE

Art. 711 - E competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- I - Promover estudos e desenvolver projetos sobre paisagismo urbano;
- II - Promover a defesa das áreas verdes, adotando medidas que visem a sua conservação;
- III - Orientar na manutenção e conservação dos recursos naturais do Município;
- IV - Adotar medidas que vise à produção de mudas em quantidades suficientes para atender a demanda do Poder Executivo, quanto da população;
- V - Proceder ao levantamento no sentido de identificar as áreas carentes, promovendo a arborização, o ajardinamento e outros benefícios da mesma;
- VI - Promover campanhas de sensibilização e conscientização da população, quanto à importância da preservação e ampliação de áreas verdes da cidade;

- VII - Executar os serviços de preservação das espécies no combate aos predadores, pragas e doenças;
- VIII - Desenvolver estudos para a defesa dos mananciais de águas nas micro-bacias do Município;
- IX - Fomentar a prática de manutenção de áreas de preservação permanente, pelos produtores rurais;
- X - Levantar e delimitar áreas de reservas e preservação permanentes no Município;
- XI - Propor a criação de áreas de parques e reserva legal;
- XII - Fomentar a prática conservacionista pelos Municípios, no perímetro urbano e rural;
- XIII - Dar parecer técnico nos projetos de edificações, loteamentos e abertura de logradouros públicos, com respeito à arborização e controle ambiental;
- XIV - Promover a distribuição de mudas em períodos adequados e colaborar nas campanhas de ampliação e conservação de parques, jardins e áreas verdes, executados por pessoas ou entidades;
- XV - Prestar orientação técnica às pessoas e entidades que procurarem o Poder Executivo;
- XVI - Adotar normas técnicas que disciplinem o plantio de mudas na cidade;
- XVII - Providenciar a poda periódica das árvores existentes nas ruas e avenidas para melhor sobrevivência das mesmas, bem como, embelezamento e segurança pública;
- XVIII - Conservar os parques, jardins e praças do Município;
- XIX - Executar o plantio de árvores, arbustos e gramas nos logradouros públicos;
- XX - Promover a manutenção dos materiais empregados nos serviços a cargo da Secretaria, bem como controlar a sua utilização;
- XXI - Realizar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 712 - Constitui o patrimônio ambiental do Município o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Art. 713 - Os elementos constitutivos do patrimônio ambiental municipal são considerados bens de uso comum do povo, de uso especial ou dominical, devendo sua utilização sob qualquer forma ser submetida às limitações que a legislação em geral, e especialmente este Plano Diretor estabelece.

Art. 714 - Pela sua relevância, considera-se patrimônio ambiental os recursos naturais existentes dentro do território municipal a serem especialmente protegidos.

Art. 715 - Compete ao Município em conjunto com o Estado, a proteção do patrimônio genético, objetivando a manutenção da biodiversidade pela garantia dos processos naturais que permitam a reprodução deste mesmo patrimônio.

SEÇÃO II - DA FLORA

Art. 716 - As florestas e demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são consideradas bens de interesse comum, a todos os cidadãos, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral determina.

Art. 717 - Compete ao Poder Executivo Municipal de Jacareacanga:

I - Proteger a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem extinção das espécies, estimulando e promovendo o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, em áreas degradadas, objetivando especialmente, a proteção de encostas e dos recursos hídricos;

II - Garantir a elaboração de inventários e censos florísticos periódicos;

III - Fiscalizar as áreas que compõem toda a Flora do Município.

SEÇÃO III - DA FAUNA

Art. 718 - Os animais que constituem a fauna, bem como os seus ninhos, abrigos, criadouros naturais e ecossistemas necessários a sua sobrevivência, são considerados bens de domínio público, cabendo ao Poder Executivo Municipal de Jacareacanga e a coletividade o dever de defendê-los e preservá-los para os presentes e futuras gerações, observando o disposto na Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Art. 719 - É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição e aprisionamento.

Art. 720 - O apreendido da caça pesca ou captura de espécimes da fauna silvestre terá destinação social.

Art. 721 - Compete ao Poder Executivo Municipal:

I - Proteger a fauna, vedada as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou que submetam os animais à crueldade;

II - Preservar os habitantes de ecossistemas associados das espécies raras endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;

III - A introdução e reintrodução de exemplares da fauna em ambientes naturais de interesse local e áreas reconstituídas devem ser efetuadas com base em dados técnicos e científicos.

Art. 722 - Compete ao Poder Executivo Municipal estabelecer reservas de pesquisas de grande interesse local.

PARÁGRAFO ÚNICO - As reservas serão manejadas com o intuito de perpetuar as espécies e minimizar a carência de abastecimento à população.

SEÇÃO IV - DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

Art. 723 - Compete ao Poder Executivo Municipal em conjunto com o Estado e ou Governo Federal:

I - A proteção do patrimônio genético, objetivando a manutenção da biodiversidade pela garantia dos processos naturais que permitam a reprodução deste mesmo patrimônio;

II - A criação e a manutenção de um sistema integrado de áreas protegidas dos diversos ecossistemas ocorrentes no seu território;

III - A garantia da preservação de amostras significativas dos diversos componentes de seu patrimônio genético e de seus habitats;

IV - A criação e a manutenção de bancos de germoplasma que preservem amostras significativas de seu patrimônio genético, em especial das espécies raras e ameaçadas de extinção;

V - A garantia de pesquisas e do desenvolvimento de tecnologia de manejo de bancos genéticos e gestão dos habitats das espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, bem como de seus ecossistemas associados.

SEÇÃO V – DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PINTURAS PULVERIZADAS OU VAPORIZADAS E SIMILARES

Art. 724 - Os estabelecimentos de que trata esta seção estão sujeitos, no que couber, às prescrições referentes aos estabelecimentos comerciais em geral.

Art. 725 - Os serviços de limpeza, lavagem, lubrificação, pulverização ou outro que resulte em partículas em suspensão serão realizados em compartimentos próprios de modo a evitar a dispersão de substâncias tóxicas para o exterior, devendo possuir, ainda, aparelhamento para evitar a poluição do ar.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica excetuada da exigência deste artigo, a lavagem de veículo que obedeça a distância mínima de 06m (seis metros) do logradouro público e 02m (dois metros) das divisas.

Art. 726 - É proibido lançar detritos, óleos e graxas nos logradouros e redes públicas.

Art. 727 - É proibida a instalação dos estabelecimentos de que trata esta Seção, com piso de chão batido.

Art. 728 - O lançamento dos despejos e águas residuais na rede pública será precedido de filtros de areia ou poços convenientemente dispostos, de forma a reter os óleos ou graxas.

Art. 729 - A desobediência às normas dessa Secção sujeitará o infrator à multa pecuniária e interdição do estabelecimento, se for o caso, até o seu restabelecimento normal.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DE ARBORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO

Art. 730 - Os resíduos domésticos ou industriais não poderão ser lançados nos canteiros da arborização urbana.

Art. 731 - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção para fins de controle ambiental terão livre acesso às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras, particulares ou públicas, capazes de prejudicar o meio ambiente.

Art. 732 - O Município poderá firmar convênio com Órgãos Públicos Estaduais ou Federais para execução de tarefas que objetivem o controle da poluição ambiental e dos planos para sua proteção.

Art. 733 - O comércio, estocagem de agrotóxicos e afins, deverá obedecer a Legislação Federal e Estadual pertinentes, observando-se receituário agrônomo.

SEÇÃO I - DOS MUROS E CERCAS

Art. 734 - Compete ao proprietário do terreno o zelo da arborização e ajardinamento existente na área pública em toda a testada do lote.

Art. 735 - A reconstrução e reforma de muros, cercas e passeios afetados pela arborização das vias públicas ficarão a cargo do Poder Executivo, quando feita pelo Poder Executivo.

SEÇÃO II - DOS CORTES E PODAS

Art. 736 - É competência privativa do Poder Executivo municipal, definir a Política de Arborização Urbana, fornecendo orientação técnica para podar, cortar, derrubar ou sacrificar árvores da arborização pública de ruas, praças, jardins e parques.

Art. 737 - Qualquer pessoa poderá requerer a licença para derrubada, corte ou sacrifício de árvores no Município, o Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sob orientação técnica, orientara o que deve ser feito.

§ 1º - Concedida licença para corte de árvores, deverá ser plantada na mesma propriedade uma espécie de porte semelhante e/ou quando adulta, no ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

§ 2º - Esta licença será negada se a árvore for considerada imune de corte mediante ato do Poder Executivo, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de portasementes.

Art. 738 - A Secretaria Municipal Meio Ambiente, não autorizará o corte de árvore quando se tratar da colocação de luminosos, letreiros e similares.

Art. 739 - Nas ruas arborizadas, os fios condutores de energia elétrica e telefônica deverão ser colocados à distância razoável ou convenientemente isolados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando a copa destas árvores estiver atingindo a rede elétrica, elas deverão ser podadas seguindo orientação técnica condizente de tal forma que não prejudique ou danifique a mesma.

SEÇÃO III - DA FIXAÇÃO E PROTEÇÃO DO SOLO

Art. 740 - A Secretaria Municipal Meio Ambiente poderá exigir dos proprietários, o recobrimento vegetal do solo, quando:

I - O nível do terreno for superior ao da rua;

II - Se verificar erosão do terreno particular em consequência das chuvas.

Art. 741 - Caberá ao Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, indicar a vegetação a ser utilizada na fixação do solo, fazendo a expedição das intimações que se fizerem necessária.

Art. 742 - Quando o proprietário deixar de cumprir a intimação, o Poder Executivo poderá executar a obra e serviços necessários e cobrará do proprietário os custos relativos aos serviços, com ampliação de multa conforme **tabela III**.

Art. 743 - As taxas dos serviços serão regulamentadas pelo Poder Executivo através de Decreto.

SEÇÃO IV - DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES

Art. 744 - Considera-se área verde ou arborizada as de propriedade pública ou particular, delimitadas pelo Poder Executivo Municipal com o objetivo de implantar ou preservar a arborização, visando assegurar condições ambientais e paisagísticas.

Art. 745 - São consideradas áreas verdes, e como tal incorporam-se no sistema de áreas verdes do Município dentre outras:

I - Todas as praças, jardins e parques públicos do Município;

II - Todos os espaços livres de arruamentos que possuam cobertura vegetal natural, ou plantados já existentes, ou cujos projetos vierem a ser aprovados.

Art. 746 - O Poder Executivo municipal manterá cadastro atualizado das áreas verdes existentes no Município.

Art. 747 - As áreas particulares que vierem a ser incorporadas na forma deste Plano Diretor, ao sistema de áreas verdes cadastradas junto ao Poder Executivo, poderão ter os impostos sobre elas existentes, reduzidos de 20% (vinte por cento).

Art. 748 - As áreas verdes cadastradas no Poder Executivo Municipal, não perderão mais sua destinação específica, tornando-se indivisíveis, seja qual for sua área total, ficando vedados novos cadastramentos de inclusão em relação ao mesmo terreno.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de depredação total ou parcial, deve o proprietário recuperar a área afetada mantendo-a isolada e interditada, até que seja considerada refeita, mediante laudo técnico emitido pelo órgão municipal competente.

Art. 749 - A prática de se jogar lixo, entulhos e outros materiais líquidos e/ou sólidos nas áreas verdes, constituem infração e está sujeita às penalidades previstas neste Plano Diretor, conforme tabela de multas.

Art. 750 - O Poder Executivo Municipal fica responsável pela remoção de invasores e/ou ocupantes dessas áreas.

SEÇÃO V - DAS NORMAS PARA ARBORIZAÇÃO

Art. 751 - A arborização, a juízo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, só poderá ser feita:

I - Quando as ruas e passeios tiverem largura compatível com a expansão da copa da espécie a ser utilizada, observando-se o devido afastamento das construções.

Art. 752 - Nas calçadas a pavimentação será interrompida deixando espaços com área mínima de 1,00m x 1,00m para o plantio de árvores em espaçamentos compatíveis com o porte da espécie a ser utilizada.

Art. 753 - A arborização dos logradouros públicos deverá obedecer as seguintes condições:

I - As árvores da arborização não poderão estar a uma distância inferior a 1,00m (um metro) da guia ou meio fio;

II - Para calçadas de 3,0m (três metros) de largura a distância não pode ser inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) da guia;

III - Para calçadas com largura superior a 3,0m (três metros) a distância não pode ser inferior 2,0m (dois metros) da guia.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Executivo Municipal classificará por Decreto as vias, quanto às dimensões e as normas de arborização quanto ao afastamento e largura das calçadas.

Art. 754 - Compete ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, selecionar as espécies para a arborização, considerando as suas características, os fatores físicos e ambientais, bem como o espaçamento para o plantio.

Art. 755 - Quando se tratar de ajardinamento este deverá obedecer as seguintes condições:

I - Somente poderá ser executado em calçadas onde permita a largura mínima de 1,0m (um metro) para circulação de pedestres, em faixas desenvolvidas longitudinalmente, localizadas junto ao alinhamento do lote;

II - Para calçadas com largura superior a 3,0m (três metros), será facultada a execução de outra faixa ajardinada junto a guia;

III - Nas faixas ajardinadas, junto ao alinhamento do lote, será permitido somente o plantio de grama, vegetação rasteira e plantas arbustivas de pequeno porte, obedecendo a distância mínima de arborização;

IV - As faixas ajardinadas deverão ser interrompidas, em toda a extensão, na frente das portas de garagens, pelo pavimento da calçada, ou por faixas pavimentadas com largura mínima de 40 cm (quarenta centímetros) para passagem das rodas dos veículos.

Art. 756 - As calçadas, para receberem simultaneamente o plantio de árvores e ajardinamentos, deverão ter largura mínima de 3,0m (três metros), nas ruas onde é exigido afastamento ou recuo frontal; e calçadas com largura de 5,0m (cinco metros), naquelas onde são permitidas edificações no alinhamento.

CAPÍTULO IV DOS PARQUES MUNICIPAIS

Art. 757 - Este Plano Diretor estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Municipais.

§ 1º - Para os efeitos deste Plano Diretor, consideram-se Parques Municipais, as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidos à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.

§ 2º - O objetivo principal dos parques reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Art. 758 - Os parques têm por finalidade:

I - A proteção integral da flora, da fauna e demais recursos naturais com a utilização para objetivos educacionais e científicos;

II - Resguardar os atributos excepcionais da natureza na região;

III - Manter o ambiente necessário à vida silvestre;

IV - Assegurar condições de bem estar público.

Art. 759 - Para compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Art. 760 - São vedadas, dentro da área dos Parques Municipais, quaisquer obras que comprometam a integridade do Parque.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente será permitida a implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas, se estas existirem.

Art. 761 - Não são permitidas, dentro das áreas dos Parques Municipais, quaisquer obras de barragens hidroelétricas, de margens e outras atividades, que possam alterar suas condições hídricas naturais.

Art. 762 - Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais, na área dos Parques, como também o uso do fogo, conforme tabela de multas.

§ 1º - O solo, as águas, a flora, a fauna e demais recursos naturais do Parque ficam sujeitos ao regime especial de proteção do Código Florestal, da Lei de Proteção a Fauna, Regulamento dos Parques e demais normas complementares.

CAPÍTULO V

DAS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 763 - Entende-se como Zona Especial de Preservação Permanente, a faixa de terreno dimensionada em função da área da bacia hidrográfica correspondente, das condições topográficas da região, da necessidade de escoamento das águas, e, objetivar a política de zoneamento e as programações visando à proteção do meio ambiente e criação e conservação das áreas verdes.

Art. 764 - Ficam definidas as seguintes Zonas Especiais de Preservação Permanente conforme a **prancha XX**:

- I - **XXX**;
- II - **XXX**;

PARÁGRAFO ÚNICO - Novas Zonas Especiais de Preservação Permanente serão determinadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando o bem estar da população.

Art. 765 - A nova filosofia do Poder Público Municipal, no que diz respeito ao controle da poluição, saneamento e drenagem se consubstancie em:

- I - Transformar as áreas adjacentes aos cursos d'água e nos fundos de vales em áreas de preservação;
- II - Recuperar os recursos hídricos existentes na área do Município;
- III - Preservar áreas com finalidades, tais como parques, hortos florestais, parques zoobotânicos, e outros de interesse social;
- IV - Além da faixa de drenagem mínima, devem ser incluídas entre as pistas laterais, áreas com vegetação natural destinada a manutenção dos cursos d'água a critério do Órgão Competente.

Art. 766 - As áreas a serem loteadas e que apresentarem cursos d'água de qualquer porte ou fundos de vale, deverá receber as diretrizes de arruamento vinculado às faixas de proteção.

Art. 767 - As Zonas Especiais de Preservação Permanente, em loteamentos serão determinadas independentemente do que a legislação prescrever sobre áreas destinadas a bens patrimoniais ou dominicais.

Art. 768 - No que concerne ao uso do solo, as Zonas Especiais de Preservação Permanente deverão sempre atender, prioritariamente, aos Parques lineares envolvendo atividades destinadas a prática de recreação e ao lazer.

Art. 769 - Compete, exclusivamente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente as seguintes medidas essenciais:

I - Análise e aprovação se forem o caso, de outros usos do solo e respectivos parâmetros;

II - Tomar medidas subsequentes destinadas a preservar, da melhor forma possível, o meio ambiente no âmbito das APPs.

Art. 770 - As construções existentes nas Zonas Especiais de Preservação Permanente em desconformidade com este Plano Diretor seja quanto ao uso ou ocupação do solo, deverão ser regularizadas.

§ 1º - As que não se enquadrarem serão mantidas somente enquanto perdurarem legalmente os respectivos alvarás.

§ 2º - Os bares, restaurantes, lanchonetes e outros, localizados nessas Zonas de Preservação Permanente ficam obrigados a respeitar as normas de proteção e preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO VI DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 771 - Ficam estabelecidas as áreas de preservação permanente conforme Lei Federal 12.651 de 25 de Maio de 2012 nos seus art. 9º e 6º.

Art. 772 - Consideram-se Áreas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

I- as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

Art. 773 - Estas áreas destinam-se à:

I - Formar faixas de proteção ao longo dos rios e córregos;

II - Conter a erosão das terras;

III - Abrigar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;

IV - Manter o ambiente necessário à vida silvestre;

V - Assegurar condições de bem estar público.

Art. 774 - Constituem contravenções a este Plano Diretor, observando-se a legislação Federal e Estadual pertinentes:

I - Destruir ou danificar a vegetação em Áreas de Preservação Permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas estabelecidas ou previstas neste Plano Diretor;

II - Cortar árvores em Áreas de Preservação Permanente;

III - Penetrar em Áreas de Preservação Permanente conduzindo armas para caça amadora ou profissional;

IV - Atear fogo, em florestas e demais formas de vegetação;

V - Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação;

VI - Receber madeira, lenha, carvão ou outros produtos procedentes de Áreas de Preservação Permanente;

VII - Depósitos de qualquer tipo de resíduos, escavações e o exercício de quaisquer atividades nas Áreas de Preservação Permanente.

Art. 775 - A recuperação das matas ciliares da Área de Preservação Permanente será executada pelo infrator que causar a degradação, sob pena de responsabilidade civil e sanções administrativas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A recuperação das áreas degradadas deve ser feita com reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 776 - Respeitadas as restrições que possam ser impostas pela Legislação do Estado e da União, são regidas por este Plano Diretor, as águas públicas de uso comum, quando situadas exclusivamente no território Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - São águas públicas de uso comum:

I - As correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis;

II - As correntes de que se façam estas águas;

III - As fontes e reservatórios públicos;

IV - As nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si só, constituem o uso comum.

Art. 777 - Compete ao Poder Executivo Municipal à proteção e conservação, de forma suplementar a União, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no sentido de:

I - Serem obrigatórias à conservação, e proteção das águas, para o abastecimento das populações, inclusive através da implantação de matas ciliares;

II - Fazer o zoneamento de áreas frequentemente inundáveis, com restrições à edificações;

III - Exigir que a captação em cursos d'água para fins industriais seja feita a jusante do ponto de lançamento dos efluentes líquidos da própria indústria, sendo proibido o despejo de qualquer substância poluente capaz de tornar as águas impróprias, ainda que temporariamente, para o consumo e utilização normais, ou para sobrevivência das espécies;

IV - Regulamentar as atividades de lazer e turismo ligadas aos cursos d'água como forma de promover a vigilância civil sobre a qualidade da água.

Art. 778 - É vedada a implantação de sistema de coleta de águas pluviais em redes conjuntas com esgotos domésticos ou industriais.

Art. 779 - Os frigoríficos, curtumes e demais atividades industriais deverão fazer a instalação de aparelhos próprios para evitar a poluição dos córregos, rios e lagos do Município.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS MINERAIS

Art. 780 - A Política Municipal de Recursos Minerais desenvolver-se-á de modo integrado e ajustado com as diretrizes da Política do Meio Ambiente.

Art. 781 - Respeitando-se as normas Federais e Estaduais vigentes, a atividade mineral, poderá ser desenvolvida mediante observância, das seguintes normas:

I - Seus efluentes serem oriundos da extração, lavagem, concentração ou beneficiamento, deverão apresentar qualidade compatível com a classificação do rio em cuja bacia a atividade se desenvolva;

II - O transporte adequado das substâncias minerais dentro do território municipal.

Art. 782 - Quando se localizam nas proximidades de assentamentos urbanos e/ou lançarem suas águas servidas em cursos d'água, deverão automonitorar a qualidade de seus efluentes, das águas do curso receptor e seus padrões de emissões de gases, partículas e ruídos.

Art. 783 - A licença para exploração dos recursos minerais dentro dos limites do Município só será concedida mediante apresentação do projeto de recuperação da área degradada.

§ 1º - Quem não cumprir o disposto neste Plano Diretor poderá ter sua licença de funcionamento, cassada.

§ 2º - As empresas que explorar recursos naturais inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras fica obrigada a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a técnica exigida.

CAPÍTULO IX DAS ATIVIDADES FLORESTAIS E AGRÍCOLAS

Art. 784 - As florestas de domínio privado não sujeitas ao regime de utilização limitada, e ressalvadas as de preservação permanente, são suscetíveis de exploração, obedecidas as restrições, de acordo com a Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012:

I - As derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas desde que seja, em qualquer caso, respeitando o limite máximo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada a critério do Órgão Competente;

II - Contemplar o manejo integrado do solo, água e flora;

III - Compatibilizar a utilização de insumos químicos com a classificação do rio em cuja drenagem a atividade se desenvolva;

IV - Não comprometer os mananciais de abastecimento público, quando utilizarem a irrigação;

V - Estimular a diversidade de culturas.

Art. 785 - O armazenamento e utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins, obedecerão às normas Federais e Estaduais vigentes.

Art. 786 - Os projetos de assentamento deverão ser desenvolvidos de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, bem como, traçados de maneira a minimizar as possibilidades de erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola.

Art. 787 - Os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamento, deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre

as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local.

CAPÍTULO X DA POLUIÇÃO

Art. 788 - Os efluentes das estações de tratamento de esgoto deverão ser de qualidade compatível com a de classificação do curso d'água receptor, obedecida a legislação pertinente.

Art. 789 - O tratamento, quando for o caso, o transporte e a disposição de resíduos de qualquer natureza, de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, quando não forem de responsabilidade do Município, deverão ser feitos pelo próprio agente poluidor.

Art. 790 - Os serviços de saneamento básico, tais como, os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgoto e de lixo operados por Órgãos e Entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle da Secretaria Municipal de Meio Ambiente sem prejuízo do controle de outros Órgãos Ambientais.

Art. 791 - A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação do sistema de saneamento básico, dependerão de prévia aprovação da Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 792 - Os resíduos e rejeitos perigosos devem ser reciclados, neutralizados ou eliminados pelo fabricante ou comerciante, inclusive recuperando aqueles resultantes dos produtos que foram por eles produzidos ou comercializados.

Art. 793 - Os consumidores deverão devolver as substâncias, produtos, objetos, rejeitos ou resíduos potencialmente perigosos ao meio ambiente, nos locais de coleta pública, ao comerciante ou ao fabricante diretamente, conforme instruções da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 794 - As normas técnicas de armazenamento, transporte e manipulação serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que organizará as listas de substâncias, produtos, objetos, rejeitos ou resíduos perigosos ou proibidos de uso no Município e baixará instruções sobre a reciclagem, neutralização, eliminação, devolução, recuperação e coleta dos mesmos.

Art. 795 - A todo munícipe, ou entidades representativas, cabe a informação sobre os níveis de poluição e a qualidade do meio ambiente em que a sociedade está inserida.

Art. 796 - Ao Município, cabe promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública quanto a necessidade de uma preservação ambiental, onde o munícipe é agente.

Art. 797 - Toda e qualquer obra de grande porte que for se instalar no Município deverá fazer o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) EIV (Estudo de Impacto da Vizinhança) e o RIMA para que possa ter sua aprovação ou não.

Art. 798 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente caberá informar a população sobre os resultados da RIMA, para que esta possa se posicionar a respeito do assunto.

Art. 799 - A sociedade poderá mostrar sua opinião através de representações hábeis, e por suas entidades representativas competentes.

CAPÍTULO XI DO LICENCIAMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I - DAS LICENÇAS

Art. 800 - Dependem da autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a instalação e o funcionamento de quaisquer obras ou atividades poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente.

Art. 801 - São instrumentos de controle do Licenciamento Municipal, a Licença de Localização (LL), a Licença Especial (LE) e a Licença de Funcionamento (LF).

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas concessionárias de serviço público deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental, não sendo permitida a renovação da permissão ou concessão no caso de reincidência da infração.

Art. 802 - Todo e qualquer loteamento, fica sujeito ao Licenciamento Municipal.

SEÇÃO II - DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO

Art. 803 - A licença de Localização aprova a habilidade de um projeto em caráter preliminar, em consonância com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, e deverá conter:

I - A descrição resumida do local e seu contorno, considerando o meio físico, o meio biológico e o meio socioeconômico, apresentando o título de propriedade e/ou instrumento particular de ocupação da área;

II - A descrição dos possíveis impactos ambientais a curto, médio e longo prazo;

III - As medidas preventivas para minimizar e corrigir os impactos negativos.

§ 1º - Não será expedida Licença de Localização quando houver indícios ou evidências de que ocorrerá lançamento ou liberação de poluentes.

§ 2º - As decisões da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quanto ao pedido de Licença de Localização deverão ser proferidas no prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do pedido.

§ 3º - Em caso de mudança de local o interessado deverá solicitar nova Licença de Localização, mesmo que seja na mesma atividade.

SEÇÃO III - DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 804 - A Licença de Funcionamento só será concedida quando da apresentação da licença ambiental proveniente do Órgão Estadual Competente.

Art. 805 - A Licença de Funcionamento terá validade pelo prazo máximo de um ano.

Art. 806 - A Licença de Funcionamento só será renovada mediante:

I - Parecer técnico favorável expedido pelo setor competente, com base em vistorias realizadas “IN LOCO”;

II - Apresentação pelo interessado, de Certidão Negativa de Débito Ambiental, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiental.

SEÇÃO IV - DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 807 - A Licença Especial destina-se a permitir à ocorrência de atividades especiais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se atividade especial o corte ou renovação de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na atividade mineral, festas populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade entre e perfuração de poços artesianos.

Art. 808 - O não cumprimento das exigências ou prazos estabelecidos nas licenças acarretarão a aplicação de multa ao infrator, conforme tabela de multas.

SEÇÃO V - DO CADASTRO URBANO

Art. 809 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente manterá cadastro atualizado, de obras ou atividades poluidoras e de usuários de recursos ambientais.

Art. 810 - É obrigatório o cadastramento, principalmente dos seguintes serviços e atividades:

I - Firmas prestadoras de serviços sanitários;

II - Usuários de matéria-prima florestal;

III - Produtores, comerciantes, transportadores e outros manipuladores de agrotóxicos;

IV - Prestadores de serviços de arborização e paisagismo;

V - Poços artesianos.

Art. 811 - As fontes de poluição sujeitas ao Licenciamento Municipal, regularmente existente na data de aprovação deste Plano Diretor, ficam obrigadas ao cadastramento na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SEÇÃO VI - DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMBIENTAL

Art. 812 - A prova de quitação de multas, do cumprimento das medidas de prevenção e outras obrigações referentes ao meio ambiente assumidas perante o Poder Executivo Municipal serão feitas através de Certidão Negativa expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A expedição de Certidão Negativa não impede a cobrança de débitos anteriores.

Art. 813 - Quando ocorrer à comprovação de infrações e/ou reincidências de que trata o artigo anterior, não será concedida Certidão Negativa.

Art. 814 - A Certidão Negativa de Débito Ambiental (CNDA) terá validade de 90 dias a contar da data de expedição da mesma.

SEÇÃO VII – DA FABRICAÇÃO, COMÉRCIO, TRANSPORTES E EMPREGO DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 815 - No interesse público a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fiscalizará as atividades de fabricação e comércio, transporte e emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 816 - São considerados inflamáveis:

- I – Fósforos e materiais fosforados;
- II – Derivados do petróleo;
- III – Éteres, alcoóis, aguardentes e outros em geral;
- IV – Carbureto e materiais betuminosos;
- V – Qualquer substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135º C.

Art. 817 - São considerados explosivos:

- I – Fogos de artifícios;
- II – Pólvora, espoleta e estopins.

Art. 818 - É terminantemente proibido:

- I – Depositar ou conservar em logradouros públicos explosivos e inflamáveis mesmo que provisoriamente;
- II – Fazer queima de material em fogueiras que possa prejudicar qualquer bem público ou particular.

PARÁGRAFO ÚNICO – A queima de fogos de artifícios poderá ocorrer em dias de festividades religiosas, comícios, regozijo público, desde que tomadas as precauções cabíveis, e a distância mínima de 500 metros de hospitais, postos de abastecimento de combustíveis e similares.

Art. 819 - O requerente de licença para funcionamento de depósitos de explosivos e inflamáveis deverá estar acompanhado de memorial descritivo e planta indicando espessura e material adequado das paredes e coberturas, a localização do depósito, capacidade, dispositivos protetores contra incêndio e vazamentos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Poder Executivo poderá negar a licença ou não renovar o alvará de funcionamento para fábrica ou depósito de inflamáveis e explosivos, quando julgar inconveniente por motivos técnicos.

Art. 820 - Qualquer projeto de implantação de depósitos ou fábricas de inflamáveis ou explosivos, deverá elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança/EIA e submeter aprovação do Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO VIII – DOS DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 821 - A capacidade de armazenamento dos depósitos de explosivos irá variar de acordo com sua condição interna de segurança exigida pelo órgão municipal Ambiental, observando a Legislação Federal.

Art. 822 - Aos varejistas não é permitido conservar estoques de explosivos e inflamáveis que ultrapassem a venda provável de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O comércio de fogos de artifício não será permitido em zonas residenciais.

Art. 823 - Aos exploradores de pedreiras que usem explosivos, só serão permitidos ter seus depósitos em condições arejadas e a um raio mínimo de 1000m (mil metros) de qualquer outra construção.

Art. 824 - Não será permitida a instalação de depósitos de inflamáveis e explosivos nas zonas residenciais e comerciais.

Art. 825 - A porta de entrada dos depósitos de explosivos e seu interior deverão ser sinalizados na forma estabelecida em regulamento.

Art. 826 - O Poder Executivo de Jacareacanga, através do órgão municipal Ambiental, só poderá aprovar projetos de depósitos de explosivos e inflamáveis, de posse da Planta e dos projetos específicos em cada caso.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 827 - O Município deverá adotar estímulos e incentivos que possibilitem atingir mais rapidamente os objetivos do Plano Diretor.

Art. 828 - O Executivo deverá justificar proposta para a Lei Orçamentária Anual e para o Plano Plurianual de Investimentos, com base nos objetivos e diretrizes constantes deste Plano Diretor.

Art. 829 - Os objetivos do Plano Diretor deverão obrigatoriamente, nortear as adequações necessárias da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo constantes deste Plano Diretor.

Art. 830 - Os padrões mínimos, o nível de atendimento e o detalhamento das propostas que integram o presente Plano Diretor, a serem observados na implantação de políticas, de serviços públicos e de equipamentos sociais, serão regulamentados pelo Executivo, mediante sugestão dos Órgãos Setoriais Competentes, e a luz dos objetivos e diretrizes do presente Plano Diretor.

Art. 831 - As edificações executadas antes da publicação deste Plano Diretor que não estejam de acordo com as exigências aqui estabelecidas, somente poderão ser ampliadas ou modificadas, quando tais ampliações ou modificações não venham transgredir esta legislação.

Art. 832 - As áreas pertencentes ao Município poderão ser concedidas sob forma de uso não tituláveis, para utilização com campos de futebol ou outras modalidades esportivas, exceto em áreas de preservação permanente.

Art. 833 - As situações cuja solução exija generalizações deverão ser formalizadas e encaminhadas a Câmara Municipal para incorporação a este Plano Diretor, visando o seu aperfeiçoamento.

Art. 834 - A publicidade atualmente exposta, em desacordo com as normas do presente Plano Diretor deverá observar os seguintes prazos de regularização:

I – A que não colide com o disposto neste Plano Diretor deverá ter sua regularização no prazo remanescente do contrato em vigor desde que não ultrapasse a cento e oitenta dias a contar da data de aprovação do presente Plano Diretor;

II – Aquela considerada não regularizável deverá ser retirada no prazo máximo de 60 dias.

Art. 835 - Os projetos de loteamentos aprovados e não implantados deverão se ajustar às normas contidas neste Plano Diretor.

Art. 836 - Atribuído a Secretaria Municipal de Planejamento, o julgamento dos casos omissos neste Plano Diretor, bem como o enquadramento legal dos loteamentos já concluídos, com vista a não prejudicar a situação dos lotes já comprometidos.

Art. 837 - Num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Plano Diretor, o Executivo Municipal deverá encaminhar à Câmara Municipal, projetos de alteração do Código Tributário Municipal, Código de Obras, Código de Posturas, Código de Meio Ambiente e Código de Vigilância em Saúde.

Art. 838 - O Poder Executivo e Legislativo fará ampla divulgação do texto deste Plano Diretor às Instituições Públicas e Privadas, Sindicatos, Associações de moradores, Clubes de serviços, Comunidade Industrial e Comercial e a todos os munícipes.

Art. 839 - Este Plano Diretor entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogada a Lei Municipal Nº 267/06 de 30 de Outubro de 2006.

ANEXOS

TABELA I
MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DO PLANO DIRETOR
SOBRE O USO DO SOLO URBANO

Zona	Usos Permitidos	Tolerados	Permissíveis	Proibidos	Multa VRM
ZR-1 Residencial Exclusiva	Residências Unifamiliares	Comércio e serviço vicinais exclusivamente farmácia, padaria e confeitaria	--	Todos os demais usos	
ZR-2 Baixa dens.	Habitações unifamiliares e multifamiliares, comércio e serviços vicinais e bairros	Comércio e serviços de bairro do grupo "C"	Comércio e serviços de bairros, grupo "A" e "B", comércio e serviços setoriais	Todos os demais usos	
ZR-3 Média dens.	Habitação unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais de bairros grupo "A", "B" e "C", setoriais e específicos do Grupo "A"	Comércio e serviços gerais	Comércio e serviços específicos "A" e "B"	Todos os demais usos e serviços gerais de ferro velho, armazéns gerais, entreposto e cooperativa, silos, cerâmicas e marmorarias	
ZC-1	Comércio e serviços vicinais de bairros do grupo "A", "B" e "C", setoriais	Habitações unifamiliares, comércio e serviços específicos do grupo "A"	Comércio e serviços setoriais do grupo "A" e "B".	Todos os demais usos	
ZC-2 Alta dens.	Habitação unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, comércio de bairro do grupo "A", "B" "C"	Comércio e serviços gerais	Comércio e serviços setoriais e específicos "A" e "B"	Todos os demais usos	

Z- I Zona Industrial	Zoneamento a carga do Plano Diretor	Habitações unifamiliares e coletivas	III – Indústria Indústrias de pequeno, médio e grande porte não nocivas e perigosas	Todos os demais usos	
ZE Zona Especial	Zoneamento a cargo do Plano Diretor	ZEAE, ZEPHN, ZEAP, ZEFV, ZEHIS, ZEPP, ZEPA, ZECL e ZEAVR	ZETR	Todos os demais usos	
ZEU Zona de Expansão Urbana					
ZR Zona Rural ou Zona Agrícola	Habitações unifamiliares e/ou coletivas, estabelecimento agropecuário, hortigranjeiros,	Comércio e serviços específicos, “A” e “B” estabelecimento de agro-indústria	IV – Agricultura, Floresta e Pecuária	--	

TABELA II
MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DO PLANO DIRETOR
COEFICIENTES/TAXA DE OCUPAÇÃO

Zona	Altura máxima	Taxa de ocupação (térreo)	Dimensões Testada / Área	Coeficiente de aproveitamento	Recuo do alinhamento frontal	Recuo das div. Laterais e fundo	Recuo lateral (esquina)	Multa VRM
ZR-1	02 Pav.	50 %	--	0,5	10,00 m	2,50/2,50	5,00 m	
ZR-2	08 Pav.	80 %	--	1,00	5,00 m	2,50/2,50	5,00 m	
ZR-3	04 Pav.	50 %	--	1,00	3,00 m	1,50/1,50	2,50 m	
ZC-1	08 Pav.	100 %	--	1,00	--	--	5,00	
ZC-2	04 Pav.	80 %	--	1,00	3,00 m	2,50/2,50	2,50 m	
Z-I	A cargo do Plano Diretor	50 %	--	1,00	20,00 m	12,00 / 12,00	12,00 m	
Z-R	A cargo do Plano Diretor	25 %	--	--	100,00 m	25,00/25,00	25,00 m	
ZE	A cargo do Plano Diretor	-	-	-	-	-	-	

TABELA III
TABELA DE MULTAS E INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DESTE PLANO DIRETOR

DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
I	VI	II		Do Zoneamento		
I	VI	IV		Da Publicidade e Propaganda ao Ar Livre		
I	VII	I		Das Disposições Preliminares		
I	VII	I	II	Da Apresentação do Projeto		
I	VII	I	III	Dos Loteamentos		
I	VII	I	IV	Das Vias de Circulação		
I	VII	I	VII	Das Obras e Serviços Exigidos		
I	VIII			Dos Parcelamentos em Condomínio		
I	IX			Das Infrações e Sanções		
II	I			Do Sistema Viário e Transportes		
II	II			Dos Transportes Coletivos e de Cargas		
III	I	I		Regulamento das Construções Das Disposições Preliminares Das Condições Gerais		
III	I	II		Da Responsabilidade Técnica		
III	I	III		Da Análise e Registro de Projetos		
III	I	IV	I	Habite-se		
III	I	IV	II	Da Numeração /		

				Remuneração dos Prédios		
III	I	IV	III	Da Execução das Obras		
III	I	IV	VII	Das Edificações em Geral		
III	I	IV	IX	Dos Tapumes e Andaimés		
III	II	VI		Das Obras nas Vias Públicas		
III	IV			Dos Postos de Serviços e de Abastecimento de Veículos		
IV	II	I		Da Higiene Pública Da Competência		
IV	II	II		Da Conservação e da Limpeza Urbana		
IV	II	III		Do Lixo		
IV	II	III	I	Do Acondicionamento, Coleta e Transporte do Lixo Domiciliar.		
IV	II	III	II	Da Coleta e Transporte do Lixo Público		
IV	II	IV		Dos Terrenos não Edificados		
IV	II	V		Das Obras e Serviços nos Passeios, Vias e Logradouros Públicos		
DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	Multa VRM
IV	II	VI		Das Feiras Livres		
IV	II	VII		Dos Hotéis, Motéis, Pensão, Restaurante, Padaria, Lanchonete, Café, Confeitaria e Similares.		
IV	II	VIII		Das Atividades Ambulantes		
IV	II	IX		Das Barbearias, Cabeleireiros e		

				Similares		
IV	II	XI		Dos Serviços de Limpeza, Lavagem, Lubrificação, Pinturas Pulverizadas ou Vaporizadas e Similares.		
IV	II	XII		Da Segurança no Trabalho		
IV	III	I		Da Ordem e Sossego Público		
IV	III	II		Dos Divertimentos Públicos		
IV	III	III	I	Da Ocupação das Vias Públicas		
DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
IV	III	III	II	Do Trânsito Público		
IV	III	III	III	Dos Veículos de Transporte Coletivo e de Cargas		
IV	III	VII		Da Fabricação, Comércio, Transportes e Emprego de Inflamáveis e Explosivos		
IV	III	VIII		Dos Depósitos de Inflamáveis e Explosivos		
IV	III	IX		Dos Produtos Químicos no Trabalho Rural		
IV	III	X		Das Medidas Referentes aos Animais e Quanto a Criação de Animais Domésticos		

IV	III	X	II	Da Comercialização das Aves.		
IV	III	XI		Da Comercialização de Frutas e Verduras		
IV	III	XII		Dos Locais de Culto		
DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
IV	III	XIII		Das Calçadas, Muros, Cercas e Divisórias em Geral.		
IV	III	XIV		Da Publicidade em Geral		
IV	III	XVI		Da Higiene dos Poços e Fontes para Abastecimento de Água Domiciliar		
IV	III	XVII		Da Instalação e Manutenção de Fossas		
IV	IV			Do Mobiliário Urbano		
IV	V	III		Do Horário de Funcionamento		

IV	V	VII		Dos Locais de Reunião		
IV	V	VIII		Das Diversões Eletrônicas		
IV	V	IX		Dos Mercados de Abastecimento		
IV	V	X		Dos Movimentos de Terra		
DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
IV	V	XI		Do Transporte de Gêneros Alimentícios		
IV	V	XII		Das Casas de Carne e Peixarias		
IV	VI	I		Dos Cemitérios em Geral		
IV	VII			Da Preservação do Meio Ambiente		
IV	IX			Das Infrações e Penalidades		
V	IV	IV	-	Da Prevenção de Zoonoses		
V	IV	V	I	Do Controle de Zoonose		
V	IV	V	II	Da captura de Animais		
V	VI	II	-	Cozinhas ou Salas de Manipulação		

DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
V	VI	III	-	Instalações Sanitárias		
V	IV	IV	-	Da Prevenção de Zoonoses		
V	IV	V	I	Do Controle de Zoonose		
V	IV	V	II	Da captura de Animais		
V	VI	II	-	Cozinhas ou Salas de Manipulação		
V	VI	III	-	Instalações Sanitárias		
V	VII	I	-	Do Comércio Farmacêutico		
V	IX	V	-	Da Vigilância e Fiscalização dos Alimentos		
V	IX	VII	-	Qualificação dos Alimentos		

DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
V	IX	VIII	-	Normas Gerais para Alimento		
V	IX	X	-	Dos Estabelecimentos		

V	X	IV	-	Da Coleta e Disposição dos Resíduos		
V	XI	I	-	Das Agências Funerárias, Casas Mortuárias, Necrotérios, Salas de Anatomia Patológica, Cemitério e Crematório.		
VI	II	III	-	Da Fauna		
VI	III	I	-	Das Condições do Meio Ambiente		
VI	III	II	-	Da Obstrução das Vias Públicas		
VI	III	VII	-	Do Sistema de Áreas Verdes		
DISPOSITIVOS INFRINGIDOS						Multa VRM
Título	Capítulo	Seção	Subseção	Assunto	Artigos e parágrafos	
VI	IV	-	-	Dos Parques Municipais		
VI	V	-	-	Das Zonas Especiais de Preservação Permanente		
VI	VI	-	-	Das Áreas de Preservação Permanente		

VI	VII	-	-	Dos Recursos Hídricos		
VI	VIII			Dos Recursos Minerais		
VI	IX			Das Atividades Florestais e Agrícolas		
VI	X			Da Poluição		
VI	XI	I		Das Licenças		
VI	XI	IV		Da Licença Especial		
VI	XI	V		Do Cadastro Urbano Rural		

PRANCHAS